

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

**ENTENDENDO A PSICOPATIA: CONTRIBUIÇÃO DOS TRAÇOS
DE PERSONALIDADE E VALORES HUMANOS**

RENAN PEREIRA MONTEIRO

**João Pessoa – PB
Fevereiro de 2014**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**ENTENDENDO A PSICOPATIA: CONTRIBUIÇÃO DOS TRAÇOS
DE PERSONALIDADE E VALORES HUMANOS**

Renan Pereira Monteiro, *Mestrando*
Prof. Dr. Valdiney Veloso Gouveia, *Orientador*

João Pessoa, Fevereiro de 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**ENTENDENDO A PSICOPATIA: CONTRIBUIÇÃO DOS TRAÇOS
DE PERSONALIDADE E VALORES HUMANOS**

Renan Pereira Monteiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (Mestrado), da Universidade Federal da Paraíba, por Renan Pereira Monteiro, sob orientação do professor Dr. Valdiney Veloso Gouveia, como requisito parcial para a obtenção do grau de *Mestre* em Psicologia Social.

João Pessoa, Fevereiro de 2014

M775e Monteiro, Renan Pereira.
Entendendo a psicopatia: contribuição dos traços de
personalidade e valores humanos / Renan Pereira Monteiro.--
João Pessoa, 2014.
186f. : il.
Orientador: Valdiney Veloso Gouveia
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHL
1. Psicologia social. 2. Psicopatia. 3. Traços de
personalidade. 4. Valores humanos. 5. Mediação.

UFPB/BC

CDU: 316.6(043)

ENTENDENDO A PSICOPATIA: CONTRIBUIÇÃO DOS TRAÇOS DE PERSONALIDADE E VALORES HUMANOS

Renan Pereira Monteiro

BANCA AVALIADORA:

Prof. Dr. Valdiney Veloso Gouveia (UFPB, *Orientador*)

Prof. Dr. Emerson Diógenes de Medeiros (UFPI, *Membro Externo*)

Prof^a Dr^a Patrícia Nunes da Fonsêca (UFPB, *Membro Interno*)

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a Deus por me possibilitar chegar até este momento e por ter colocado em meu caminho pessoas maravilhosas que muito me ajudaram a iniciar e concluir esta etapa. Especificamente, agradeço aos meus pais (Manoel e Regina), por terem feito de tudo para que eu tivesse uma boa educação, além de todo o apoio e amor que me deram ao longo dos anos, sempre me incentivando e contribuindo para a realização dos meus sonhos. Agradeço, também, a minha irmã Amanda, um exemplo que tento seguir, principalmente por seu esforço e dedicação, além de todo o amor e paciência que tem comigo. Ainda no âmbito familiar, tenho muito a agradecer a meu tio Marcelo, que sempre esteve presente em momentos marcantes da minha vida e que tem um papel fundamental nessa conquista.

Além de uma família abençoada, tive a sorte de conhecer pessoas maravilhosas que me incentivaram e ajudaram a concretizar este sonho que, no começo, parecia distante. Neste cenário, a figura do professor Emerson Diógenes de Medeiros é central, trazendo uma psicologia, até então, por mim desconhecida, sempre me incentivando a seguir no mundo acadêmico. Além de sua contribuição decisiva na minha formação, tenho muito a agradecer por sua amizade preciosa. Obrigado por tudo, professor Diógenes, sem a sua presença certamente eu não estaria aqui, talvez nem a graduação tivesse concluído.

Desde quando chegou na Universidade Federal do Piauí, Diógenes, então doutorando, sempre me falava com muita admiração do seu orientador, o professor Valdiney Veloso Gouveia, me instigando a tentar a seleção de mestrado na Universidade Federal da Paraíba. No início de 2011 tive a oportunidade de conversar pessoalmente com o professor Valdiney, que se mostrou muito acessível e logo me

incentivou a tentar a seleção no fim daquele ano. Não foi um processo fácil, mas felizmente consegui ser aprovado.

Após a euforia, logo chega o momento da mudança, pela primeira vez na minha vida saí de casa. Não foi fácil superar a saudade, mas tudo foi amenizado com as amizades que construí em João Pessoa, amigos que me receberam muito bem e logo me senti adaptado. Neste contexto de mudança, a figura do professor Valdiney é muito importante, uma pessoa que orienta não apenas no sentido acadêmico, mas também para a vida. Conviver com o senhor, professor Valdiney, é um aprendizado diário, seja em sala de aula ou mesmo nos momentos de descontração. Por seu caráter e competência, o senhor se torna um exemplo para todos que o conhecem, muito obrigado por ter me aceitado em seu núcleo de pesquisa e por todas as oportunidades que tem me dado. Agradeço também à Rildésia, que sempre se mostrou disponível em me ajudar e apoiar neste momento de mudança e por sua amizade durante este período de convívio.

No grupo de pesquisas BNCS, tive a sorte de conhecer pessoas que vão além de meros colegas de trabalho, são amigos de verdade que vou levar para toda vida, pessoas com quem aprendi e aprendo muito, pessoas que me apoiam e incentivam diariamente: Ana Isabel de Araújo Silva de Brito Gomes, Ana Karla Silva Soares, Bruna da Silva Nascimento, Carlos Eduardo Pimentel, Dayse Ayres Mendes do Nascimento, Deliane Macedo Farias de Sousa, Estefênea Élide da Silva Gusmão, Gabriela Oliveira do Nascimento, Gabriel Lins de Holanda Coelho, José Farias de Souza Filho, Kátia Côrrea Vione, Larisse Helena Gomes Macêdo Barbosa, Layrthton Carlos de Oliveira Santos, Leogildo Alves Freires, Luis Augusto de Carvalho Mendes, Luiz Henrique de Carvalho Diniz Melo, Maria Gabriela Costa Ribeiro, Patrícia Nunes da Fonsêca, Raffaella de Carvalho Rodrigues Araújo, Rebecca Alves Aguiar Athayde, Rômulo Lustosa

Pimenteira de Melo, Roosevelt Vilar Lobo de Souza, Sandra Elisa de Assis Freire, Vanessa Cruz Alexandrino, Viviany Silva Pessoa e Thiago Medeiros Cavalcanti.

Ainda em solo paraibano, agradeço a amizade de Ronaldo Filho e Rodolfo Melo e da colega de mestrado Débora Najda de Medeiros Viana. Mesmo não tendo o convívio diário, são pessoas importantes e que felizmente tive a oportunidade de conhecer.

Em solo piauiense guardo o carinho e a amizade de pessoas especiais que tenho muito a agradecer. Destaco Tatiana Medeiros Costa, Felipe Sávio Cardoso Teles Monteiro, Carlos José de Cerqueira Veras Filho e Elba Celestina do Nascimento Sá, a amizade de vocês é muito importante para mim! Agradeço, ainda, demais amigos e familiares que me acompanharam e torceram por mim.

Por fim, agradeço à CAPES que me concedeu bolsa de estudos permitindo dedicação exclusiva ao mestrado.

ENTENDENDO A PSICOPATIA: CONTRIBUIÇÃO DOS TRAÇOS DE PERSONALIDADE E VALORES HUMANOS

Resumo. Esta dissertação objetivou verificar em que medida os traços de personalidade, mediado pelos valores humanos, predizem fenótipos psicopatas. Neste sentido, três estudos empíricos foram levados à cabo. O *Estudo 1* objetivou adaptar ao contexto brasileiro a *Triarchic Psychopathy Measure* (TriPM), participando 498 estudantes universitários de instituições públicas e particulares de João Pessoa-PB, com média de idade de 22 anos ($DP = 7,79$), estes responderam à TriPM e perguntas demográficas. Inicialmente, checkou-se o poder discriminativo dos itens, sendo eliminado o item 35 por não diferenciar participantes com pontuações próximas. Posteriormente, por meio de uma Análise dos Componentes Principais, fixando rotação varimax e a extração de três fatores, foi possível verificar uma estrutura com indicadores aceitáveis de fidedignidade, sendo cada dimensão composta por nove itens: *Disinhibition* ($\alpha = 0,73$), *Boldness* ($\alpha = 0,73$) e *Meanness* ($\alpha = 0,81$), explicando conjuntamente 25,6% da variância total. O *Estudo 2* objetivou testar a versão ora adaptada, para tanto, participaram 230 pessoas da população em geral, com idade média de 26,9 anos ($DP = 8,87$) que responderam a versão com 27 itens da TriPM e questões demográficas. Testaram-se modelos alternativos, não obstante, o de três fatores mostrou-se algo mais aceitável (e.g., GFI = 0,81; RMSEA = 0,05), ademais, verificou-se que a estrutura é invariante quanto ao sexo dos participantes. Com evidências preliminares que atestam a adequação da TriPM, partiu-se para o *Estudo 3*, objetivando verificar o papel mediador dos valores humanos na relação entre traços de personalidade e psicopatia. Participaram 228 estudantes universitários, de instituições públicas e particulares de João Pessoa-PB, com idade média de 25,1 anos ($DP = 7,51$), que responderam a versão adaptada da TriPM, o *Inventário dos Cinco Grandes Fatores da Personalidade*, o *Questionário dos Valores Básicos* e questões demográficas. Os resultados indicaram que traços de personalidade e valores foram bons preditores dos fenótipos psicopatas, ademais, confirmou-se o papel mediador dos valores na relação entre personalidade e psicopatia. Estima-se que os objetivos propostos foram alcançados, com a adaptação de uma medida de autorrelato para a estimação de traços psicopatas na população geral, apresentando evidências preliminares de sua validade fatorial e consistência interna, além de aumentar o entendimento que se tem em torno da psicopatia a partir das relações que ela estabelece com outros construtos.

Palavras-chave: Psicopatia, validação, correlatos, mediação.

UNDERSTANDING PSYCHOPATHY: CONTRIBUTION OF PERSONALITY TRAITS AND HUMAN VALUES

Abstract. This dissertation aimed at determining the extent to which personality traits, mediated by human values, predict psychopaths phenotypes. In this sense, three empirical studies were carried out. Study 1 aimed to adapt to the Brazilian context the Triarchic Psychopathy Measure (TriPM). Participants were 498 undergraduate students of public and private universities from João Pessoa (Brazil), with a mean age of 22 years ($SD = 7.79$), they responded to TriPM and demographic questions. Initially, we verified the discriminative power of items, item 35 was eliminated for not differentiate participants with close scores. Subsequently, a Principal Component Analysis was performed by fixing varimax rotation and extraction of three factors, it was possible to identify a solution with acceptable reliability indicators and each dimension being formed by nine items: *Disinhibition* ($\alpha = .73$), *Boldness* ($\alpha = .73$) and *Meanness* ($\alpha = .81$), together explaining 25.6% of the total variance. Study 2 aimed to test the adapted version. Participants were 230 people from the general population, with mean age 26.9 years ($SD = 8.87$), who responded the TriPM version with 27 items and demographic questions. Alternative models were tested, but the three factors was more acceptable (e.g., $GFI = .81$; $RMSEA = .05$). With preliminary evidences attesting to the adequacy of TriPM proceeded to the Study 3, aiming to verify the mediating role of human values in the relationship between personality traits and psychopathy. Participants were 228 undergraduate students of public and private universities from João Pessoa (Brazil), with a mean age of 25.1 years ($SD = 7.51$) who answered TriPM, Big Five Inventory, the Basic Values Questionnaire and demographic questions. The results indicated that personality traits and values were good predictors of psychopathic phenotypes, moreover, confirmed the mediating role of values in the relationship between personality and psychopathy. It is estimated that the objectives were achieved, with the adaptation of a self-report measure for the estimation of psychopathic traits in general population, with preliminary evidence for its factorial validity and internal consistency, and increasing the understanding that has been around psychopathy from the relationships it establishes with other constructs.

Keywords: Psychopathy, validation, correlates, mediation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
PARTE I – MARCO TEÓRICO.....	20
CAPÍTULO 1. PSICOPATIA	21
1.1.BREVE HISTÓRICO DA PSICOPATIA	23
1.2. DIMENSÕES DA PSICOPATIA	31
1.3. MODELOS NEUROPSICOLÓGICOS PARA A COMPREENSÃO DA PSICOPATIA.....	34
1.4 PRINCIPAIS MEDIDAS PARA AVALIAÇÃO DA PSICOPATIA	37
1.4.1. <i>Psychopathy Checklist</i>	38
1.4.2 <i>Psychopathic Personality Inventory</i>	42
1.4.3 <i>Levenson Self-Report Psychopathy</i>	44
1.5. TRIARCHIC MODEL OF PSYCHOPATHY	46
1.5.1. <i>Triarchic Psychopathy Measure</i>	49
CAPÍTULO 2. PERSONALIDADE	52
2.2.CINCO GRANDES FATORES DA PERSONALIDADE	54
2.2.1. <i>Precursores da perspectiva léxica</i>	55
2.2.2. <i>Gordon Allport</i>	57
2.2.3. <i>Raymond Cattel</i>	59
2.2.4. <i>Hans Eysenck</i>	62
2.2.5. <i>Teoria dos Cinco Fatores da Personalidade</i>	65
2.3. PERSONALIDADE NORMAL E ANORMAL.....	69
2.4. PERSONALIDADE E VALORES	77
CAPÍTULO 3. VALORES HUMANOS.....	79
3.1. BREVE HISTÓRICO E CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS.....	83

3.2. VALORES INSTRUMENTAIS E TERMINAIS DE ROKEACH	89
3.3. TIPOS MOTIVACIONAIS DE SCHWARTZ	91
3.4. TEORIA FUNCIONALISTA DOS VALORES HUMANOS	94
PARTE II – ESTUDOS EMPÍRICOS.....	101
4. ESTUDO 1. PARÂMETROS PSICOMÉTRICOS DA TRIARCHIC	
PSYCHOPATHY MEASURE (TRIPM).	102
4.1. MÉTODO	102
4.1.1. Delineamento.....	102
4.1.2. Participantes.....	102
4.1.3. Instrumentos	102
4.1.4. Procedimento.....	102
4.1.5. Análise de dados.....	103
4.2. RESULTADOS	103
4.2.1. Poder discriminativo dos itens	104
4.2.2. Análise Fatorial Exploratória	106
4.3. DISCUSSÃO PARCIAL	111
5. ESTUDO 2. TESTANDO A ADEQUAÇÃO DO TRIARCHIC MODEL OF	
PSYCHOPATHY	114
5.1. MÉTODO	114
5.1.1 Delineamento.....	114
5.1.2. Participantes.....	114
5.1.3. Instrumentos	114
5.1.4. Procedimento.....	114
5.1.5. Análise de Dados.....	115
5.2. RESULTADOS	116

5.2.1. <i>Análise Fatorial Confirmatória</i>	116
5.2.2. <i>Invariância Fatorial</i>	119
5.3. DISCUSSÃO PARCIAL	120
6. ESTUDO 3. ENTENDENDO A PSICOPATIA: PAPEL DOS TRAÇOS DE PERSONALIDADE E VALORES HUMANOS	124
6.1. MÉTODO	124
6.1.1. <i>Delineamento e Hipóteses</i>	124
6.1.2. <i>Participantes</i>	127
6.1.3. <i>Instrumentos</i>	127
6.1.5. <i>Análise de dados</i>	128
6.2. RESULTADOS	129
6.2.1. <i>Correlatos entre personalidade e psicopatia</i>	129
6.2.2. <i>Correlatos valorativos da psicopatia</i>	130
6.2.3. <i>Valores como mediadores das relações entre personalidade e psicopatia</i>	132
6.3. DISCUSSÃO PARCIAL	138
CAPÍTULO 7. DISCUSSÃO GERAL	143
7.1. LIMITAÇÕES DA PESQUISA	144
7.2. RESULTADOS PRINCIPAIS.....	146
7.3. DIREÇÕES FUTURAS E CONCLUSÃO	149
8. REFERÊNCIAS	151
ANEXOS	181

LISTA DE TABELAS

<i>TABELA 1. EVOLUÇÃO CONCEITUAL DA PSICOPATIA</i>	<i>24</i>
<i>TABELA 2. ESTRUTURA FATORIAL DAS ESCALAS HARE.</i>	<i>40</i>
<i>TABELA 3. RELAÇÕES ENTRE OS <i>BIG FIVE</i> E OS DEZ TRANSTORNOS DE PERSONALIDADE LISTADOS NO DSM-IV.</i>	<i>73</i>
<i>TABELA 4. RELAÇÕES ENTRE PSICOPATIA E TRAÇOS DE PERSONALIDADE.....</i>	<i>75</i>
<i>TABELA 5. PODER DISCRIMINATIVO DOS ITENS</i>	<i>104</i>
<i>TABELA 6. ESTRUTURA FATORIAL DA <i>TRIARCHIC PSYCHOPATHY MEASURE</i>.....</i>	<i>108</i>
<i>TABELA 7. INDICADORES DE AJUSTE DOS MODELOS TESTADOS.....</i>	<i>118</i>
<i>TABELA 8. INVARIÂNCIA FATORIAL DA <i>TRIARCHIC PSYCHOPATHY MEASURE</i> QUANTO AO SEXO.....</i>	<i>120</i>
<i>TABELA 9. CORRELAÇÕES ENTRE <i>BIG FIVE</i> E PSICOPATIA</i>	<i>129</i>
<i>TABELA 10. CORRELATOS ENTRE VALORES HUMANOS E TRAÇOS PSICOPATAS.....</i>	<i>131</i>

LISTA DE FIGURAS

<i>FIGURA 1.</i> ESTRUTURA DOS TIPOS MOTIVACIONAIS.	93
<i>FIGURA 2.</i> FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E VALORES ESPECÍFICOS	95
<i>FIGURA 3.</i> CONGRUÊNCIAS DAS SUBFUNÇÕES VALORATIVAS	98
<i>FIGURA 4.</i> REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS VALORES PRÓPRIOS	107
<i>FIGURA 5.</i> ESTRUTURA FATORIAL DA TRIARCHIC PSYCHOPATHY MEASURE	117
<i>FIGURA 6.</i> MODELO DE MEDIAÇÃO TESTADO PARA <i>BOLDNESS</i>	134
<i>FIGURA 7.</i> MODELO DE MEDIAÇÃO TESTADO PARA <i>MEANNESS</i>	135
<i>FIGURA 8.</i> MODELO DE MEDIAÇÃO TESTADO PARA <i>DISINHIBITION</i>	136
<i>FIGURA 9.</i> MODELO DE MEDIAÇÃO TESTADO PARA O ESCORE TOTAL DA PSICOPATIA. ...	137

É perceptível a curiosidade em torno da psicopatia, sendo tema recorrente na mídia em geral. Por exemplo, é possível listar inúmeros personagens de filmes, novelas e seriados, rotulados como psicopatas (e.g., Hannibal Lecter, Dexter Morgan, Norman Bates), no mesmo sentido, é comum associar o diagnóstico a mítica figura do *serial killer*. Portanto, é notável a forte relação estabelecida entre violência e psicopatia, algo muito mais consistente na visão da população em geral do que as evidências empíricas possam apontar (Hauck Filho, Teixeira, & Dias, 2012; Kennealy, Skeem, Walters, & Camp, 2010).

Estudos indicam que é mais coerente pensar nos comportamentos de extrema violência como eventuais correlatos e não como uma condição inerente e necessária para caracterizar um psicopata (Cooke, Michie, Hart, & Clark, 2004). Sendo assim, conviver com pessoas que apresentam traços deste transtorno pode ser uma realidade não tão distante. De fato, atentando para o meio social, é um tanto comum deparar-se, no dia-a-dia, com sujeitos aproveitadores, que apresentam um charme superficial e que são manipuladores, agindo sempre de acordo com seus próprios interesses, aplicando pequenos golpes e enganando os demais (Murray, Wood, & Lilienfeld, 2012). Portanto, apesar de não se relacionar diretamente com crimes extremos, como assassinatos em série, é possível certificar-se que psicopatas podem causar prejuízos diversos a sociedade (Hare, 1999).

Nesta direção, a partir de uma visão dimensional e não criminosa, é pertinente empreender esforços para a mensuração do construto, possibilitando estimativas mais precisas e consistentes, pautando intervenções clínicas e decisões judiciais sustentadas por evidências empíricas. Sendo assim, na década de 1980, surgem estudos pautados em uma tradição empírica, buscando definir operacionalmente o construto (Hauck Filho, Teixeira, & Dias, 2009).

O advento de medidas de psicopatia possibilitou, além de avaliar o transtorno de forma mais acurada e independente, levar a cabo estudos correlacionais, possibilitando um maior entendimento sobre a psicopatia a partir das relações que ela estabelece com outros construtos (Hauck Filho et al., 2009). Diante desta conjuntura, é relevante verificar possíveis variáveis que potencialmente podem contribuir para a predição, desenvolvimento ou mesmo inibição de manifestações mais severas deste distúrbio.

Cabe ressaltar o forte componente hereditário que envolve a psicopatia, entretanto, variáveis contextuais são importantes para a expressão de fenótipos mais graves, ou mesmo possibilitando um ajuste dos psicopatas ao convívio em sociedade. Dentre variáveis ambientais, é possível citar o ambiente familiar desestruturado, os estilos parentais e o histórico de abuso sofrido na infância como potenciais gatilhos para manifestações extremas da psicopatia (Davoglio, Gauer, Jaeger, & Tolotti, 2012). Portanto, é pertinente pensar em construtos que possam auxiliar para um maior entendimento sobre este distúrbio, especificamente, é relevante verificar o papel de variáveis de cunho social, possibilitando pensar em alternativas que inibam traços mais acentuados de psicopatia.

Logo, além de considerar a influência de variáveis mais estáveis, e com maior componente genético, é importante ter em conta variáveis mais sociais para o estudo deste controverso construto. Considerando variáveis com estas características, é possível pensar nos traços de personalidade, de forte componente genético, e nos valores humanos, construto formado, sobretudo, no processo de socialização dos indivíduos. Nesta direção, esta dissertação objetivou verificar em que medida a psicopatia se relaciona com os traços de personalidade e valores humanos. Especificamente, considerando que os traços de personalidade antecedem os valores, e que estes são princípios guia individuais (Bilsky & Schwartz, 1994; Gouveia, 2013),

testou-se o papel mediador dos valores na relação entre personalidade e expressões comportamentais da psicopatia.

Para atender o objetivo proposto, em termos estruturais, esta dissertação organiza-se em duas partes, teórica e empírica. Na primeira, são expostos três capítulos versando sobre os construtos utilizados nesta dissertação. O *Capítulo 1* tem em conta a psicopatia, fazendo um breve resgate histórico no estudo do construto, definindo-o conceitualmente e citando algumas das medidas utilizadas para sua avaliação. No *Capítulo 2* trata-se da personalidade, enfatizando modelos baseados em traços, especificamente, o foco está no modelo dos *Cinco Grandes Fatores*, comumente utilizado para o entendimento da personalidade normal, sendo crescente o seu emprego para a compreensão de psicopatologias, vide a polaridade de suas subescalas (Samuel, Simms, Clark, Livesley, & Widiger, 2010; Walton, Roberts, Krueger, Blonigen, & Hicks, 2008). Por fim, o *Capítulo 3* aborda os valores humanos, trazendo um breve panorama sobre o seu estudo, mencionando referências importantes em uma vertente mais psicológica, citando, por fim, um modelo emergente, integrador e parcimonioso, que vem sendo construído nos últimos 15 anos, denominado de *Teoria Funcionalista dos Valores Humanos*, demonstrando evidências aceitáveis em diversos países, justificando seu emprego nesta oportunidade.

A parte empírica, por sua vez, é formada por três estudos, os dois primeiros de natureza psicométrica, objetivando checar evidências de validade e invariância fatorial e consistência interna da medida objeto desta dissertação (*Triarchic Psychopathy Measure*; Patrick, 2010), e o terceiro estudo verificando os correlatos da psicopatia com os traços de personalidade e os valores humanos. Na *discussão*, os achados são analisados à luz da literatura existente sobre psicopatia, principalmente tendo em conta estudos que testam outros instrumentos, além daquelas pesquisas que buscam seus

correlatos, por fim, indicam-se potenciais limitações desta pesquisa e direções futuras a serem abordadas.

PARTE I – MARCO TEÓRICO

CAPÍTULO 1. *PSICOPATIA*

A psicopatia constitui-se como um dos construtos que mais chama atenção da população em geral, além de ser tema recorrente em filmes, novelas e seriados, o que pode contribuir para certo fascínio, curiosidade e confusão que há em torno do perfil psicopata (Lykken, 2006; Skeem, Polaschek, Patrick, & Lilienfeld, 2011). Contudo, a comunidade acadêmica também tem se detido nesta temática, como pode ser atestado em rápida busca realizada na base de dados *PsycInfo*, onde foram encontrados 470 artigos referentes ao descritor “*psychopathy*”. Não obstante, tendo em conta o interesse de outras áreas, estendeu-se a busca ao *Scholar Google*, que apontou cerca de 44.000 referências ao estudo da psicopatia.

Entrando com a palavra correspondente no português “psicopatia”, realizou-se, ainda, uma busca integrada considerando quatro bases de dados brasileiras (Index Psi, SciELO, LILACS e PePSIC) a partir da Biblioteca Virtual em Psicologia (BVSPsi). Esta busca apontou para cerca de 100 estudos sobre o construto, com diferentes delineamentos e amostras, variando entre artigos, livros e teses.

Neste sentido, verifica-se que o construto é alvo de intensa pesquisa em diversas áreas do conhecimento, a exemplo do direito criminal, da psicologia e da medicina (Walsh & Wu, 2008). Tais disciplinas centram-se, sobretudo, na testagem de modelos teóricos, na proposição de definições operacionais, na verificação de correlatos e na identificação de regiões cerebrais relacionadas ao distúrbio (Blair, 2003, 2007, 2010; Levenson, Kiehl, & Fitzpatrick, 1995; Lilienfeld & Andrews, 1996; Patrick, 2010).

Contudo, mesmo com os recentes avanços observados no estudo da psicopatia, ainda persistem algumas divergências sobre o construto, como, por exemplo, a indefinição sobre os seus aspectos centrais e secundários, a forma mais adequada de tratamento, a falta de um diagnóstico nos manuais psiquiátricos atuais e a discordância sobre a forma mais confiável de estimar o transtorno (Hare & Neumann, 2008;

Lilienfeld, 1998; Lilienfeld & Fowles, 2006; Miller, Lynam, Widiger, & Leukefeld, 2001).

Portanto, mesmo sendo uma síndrome psicopatológica muito comentada e estudada, percebem-se alguns pontos em aberto no estudo da psicopatia. Tais lacunas evidenciam a necessidade de pesquisas sobre esta temática, esclarecendo-a conceitualmente, identificando possíveis fatores que possam desencadeá-la, maneiras confiáveis de identificá-la e, conseqüentemente, tratá-la.

Nesta direção, no presente capítulo teórico, buscam-se esclarecer alguns pontos referentes à psicopatia, trazendo algumas importantes referências históricas sobre seu estudo, definindo-a conceitualmente, apresentando alguns modelos utilizados para seu entendimento e algumas das vias mais utilizadas para sua mensuração. Em seguida, será apresentado um modelo teórico mais atual, que reúne concepções clássicas e contemporâneas sobre o construto, assumindo um caráter integrador (Patrick, Fowles, & Krueger, 2009), justificando seu emprego nesta dissertação.

Mesmo com o emprego de um modelo emergente de psicopatia, as contribuições seminais ao estudo do construto não devem ser ignoradas, de modo que nenhum conhecimento é formado no vácuo. Sendo assim, na seção a seguir, será feito um breve resgate histórico sobre os estudos em psicopatia, culminando com os modelos teóricos mais recentes.

1.1.Breve histórico da psicopatia

Os estudos em psicopatia têm uma longa história, sendo construída, sobretudo, sob o alicerce da psicologia forense e da prática clínica (Leistico, Salekin, DeCoster, & Rogers, 2008). Concretamente, as primeiras tentativas em descrever a psicopatia remontam ao início do século XIX, havendo um desenvolvimento conceitual a partir da

confluência de três tradições psiquiátricas: a escola francesa, a alemã e a anglo-saxônica. Portanto, diversas são as contribuições teóricas e empíricas que fomentaram o desenvolvimento da temática (Saß & Felthous, 2007).

O objetivo desta seção não é fazer um mapeamento histórico dos estudos em psicopatia, aos interessados por tal percurso, indicam-se alguns textos base, como os de Arrigo e Shipley (2001), Felthous e Sass (2007) e Millon, Simonsen, Birket-Simon e Davis (2003). Portanto, nesta ocasião, buscou-se trazer um panorama geral, elencando algumas das principais contribuições que auxiliaram no desenvolvimento do construto, algo que pode ser atestado, resumidamente, na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1. Evolução conceitual da psicopatia (Adaptado de Arrigo & Shipley, 2001, pp. 328-329)

Ano	Autor	Nomenclatura	Descrição
1801	Pinel	<i>Manie sans delire</i>	Insanidade sem delírio
1812	Rush	<i>Moral alienation of the mind</i>	Perversão das faculdades morais
1835	Prichard	<i>Moral insanity</i>	Defeito na personalidade
1891	Koch	<i>Psychopathic inferiority</i>	Base genética
1915	Kraepelin	<i>Psychopathic personalities</i>	Perversos, cruéis, criminosos, vigaristas e mentirosos
1941	Cleckley	<i>Psychopath</i>	Traços afetivos e interpessoais
1952	DSM	<i>Sociopathic Personality Disturbance</i>	Aspectos sociais, traços de personalidade e condutas desviantes
1968	DSM-II	TPA	Traços de personalidade
1980/87	DSM-III	TPA	Violação das normas sociais
1985/91	PCL	<i>Psychopathy</i>	Estrutura bifatorial
1994	DSM-IV	TPA	Critérios comportamentais
2013	DSM-V	TPA	Critérios comportamentais

Nota: DSM = *Diagnostic and Statistical Manual*, PCL = *Psychopathy Checklist*, TPA = *Transtorno de Personalidade Antissocial*.

Baseado na tabela anterior percebe-se que as primeiras tentativas em descrever pessoas que apresentavam condutas antissociais e irresponsáveis, apesar de apresentarem raciocínio e habilidades intelectuais normais, tiveram início há cerca de 200 anos (Silva, Rijo, & Salekin, 2012). Tal contexto histórico aponta, frequentemente, o médico francês Phillip Pinel (1801) como o pioneiro na descrição clínica da psicopatia.

Pinel identificou em alguns de seus pacientes, que aparentavam não apresentar qualquer transtorno mental, alguns aspectos como impulsividade, violência e falta de remorso. Portanto, por meio de sua obra, *The Treatise on Insanity*, cunhou o termo “*manie sans delire*” utilizado para descrever pessoas que, mesmo tendo ciência da irracionalidade de suas ações, se envolviam em comportamentos violentos e de autodestruição (Millon, Simonsen, & Birket-Smith, 2003).

Portanto, Pinel utilizou o termo para descrever um tipo de transtorno das funções afetivas, tendendo para a presença de comportamentos desviantes, porém, sem alteração em funções intelectuais, perceptivas, do julgamento, imaginação e memória (Millon et al., 2003; Soeiro & Gonçalves, 2010; Visser, 2010). Pinel advogava, ainda, que as intervenções deveriam ser pautadas no tratamento moral e não em técnicas cruéis, típicas daquela época, a exemplo da sangria (Arrigo & Shipley 2001).

Em contexto estadunidense, Benjamin Rush (1812/1827) foi o precursor em estudar sujeitos marcados por uma lucidez do pensamento aliado a comportamentos socialmente desviantes. Estes eram caracterizados, essencialmente, pela falta de escrúpulos, irresponsabilidade e agressividade. Rush descreveu tal quadro com o termo “*moral alienation of the mind*”, destacando a falta de moral e origem congênita ou hereditária da psicopatia. Logo, enfatizando aspectos morais do fenômeno, associa o

transtorno a manifestações antissociais e imorais (DeLisi, 2009; Herpertz & Sass, 2000; Maya, 2005; Yamada, 2009).

Ainda na tradição anglo-saxônica, destacam-se as contribuições de James Prichard. Este autor considera a existência de insanidades sem comprometimento intelectual, porém, com prejuízos a nível afetivo e volitivo. Por meio do seu livro *Treatise of Insanity and Other Disorders Affecting the Mind*, publicado em 1837, Prichard propôs o termo “*moral insanity*” (DeLisi, 2009). Tal condição caracterizava sujeitos que apresentavam um transtorno das faculdades morais, exibindo uma perversão mórbida dos sentimentos naturais, afetos e caráter (Magro & Sanchez, 2005), contudo, não demonstravam qualquer problema em suas capacidades intelectuais, e, especificamente, sem apresentar ilusões, alucinações ou outras alterações do pensamento (Arrigo & Shipley, 2001; Beltri & Fuentes, 2008; Vaughn & Howard, 2005).

Tais estudos supracitados tinham em conta a descrição de sujeitos que não apresentavam uma patologia aparente, contudo, rejeitavam regras sociais básicas, adotando, com frequência, comportamentos desviantes. Entretanto, os autores supracitados não utilizavam a terminologia psicopatia em suas descrições, algo que se modificou com a introdução do termo “*Psychopathic Inferiority*” em substituição a “*moral insanity*” de Prichard (Ribeiro, 2005; Silva, Rijo, & Salekin, 2013).

Portanto, assevera-se que o termo, mesmo distante do conceito atual, foi introduzido no fim do século XIX, no trabalho monográfico do psiquiatra alemão Julius Ludwig Koch, intitulado *Psychopathic Inferiorities*. Este termo referia-se a sujeitos que se envolviam em comportamentos anormais devido à hereditariedade, mas que não eram loucos. Logo, tal designação englobava um amplo conjunto de condições crônicas, abarcando uma gama de problemas mentais, indicando, assim, que tais distúrbios

tinham origem inata, orgânica, decorrente de algum problema físico (Arrigo & Shirpley, 2001; Herpertz & Sass, 2000; Saß & Felthous, 2007).

Influenciado pelos estudos de Koch, surge à definição de estados psicopáticos, elaborado por Emil Kraepelin, fazendo referência a transtornos constitucionais que se manifestam como personalidades mórbidas. Em 1904, Kraepelin amplia sua concepção empregando o termo personalidades psicopáticas, refletindo formas mórbidas de desenvolvimento da personalidade, consideradas degenerativas. Logo, pautado nesta concepção, a psicopatia se constitui enquanto uma inferioridade congênita, uma personalidade anormal que reflete em determinadas alterações de conduta (Magro & Sanchez, 2005). Posteriormente, Kraepelin refinou o conceito, enfatizando seus aspectos antissociais (Millon et al., 2003; Rosário, 2009).

Decerto, as concepções citadas anteriormente são importantes no percurso e desenvolvimento conceitual da psicopatia, contudo, os estudos de Hervey Cleckley, na década de 1940, constituem-se como um divisor de águas no estudo do construto. Considerando a psicopatia enquanto expressão de traços de personalidade, Cleckley ofereceu uma classificação mais refinada, comparado aos conceitos anteriores, passando a ser referência obrigatória no estudo da psicopatia, influenciando modernas concepções sobre o distúrbio (Hauck Filho et al., 2009).

Por meio de sua obra clássica, *The Mask of Sanity*, Cleckley concebe a psicopatia enquanto um transtorno de personalidade mascarado por um aparente estado de saúde mental, refletindo, assim, o título de sua obra (Henriques, 2008). Com base em sua experiência clínica em um hospital psiquiátrico, Cleckley lista uma série de traços que definem um perfil psicopata, destacando aqueles de ordem interpessoal e afetiva (Skeem et al., 2011). Abaixo são expostos os 16 aspectos, listados por Cleckley (1988), que definem um psicopata:

- 1) Charme superficial e boa inteligência;
- 2) Ausência de delírios e outros sinais de pensamento irracional;
- 3) Ausência de nervosismo ou manifestações psiconeuróticas;
- 4) Não confiabilidade;
- 5) Falsidade e insinceridade;
- 6) Ausência de remorso ou culpa;
- 7) Comportamentos antissociais não justificados;
- 8) Julgamento pobre e falha em aprender com a experiência;
- 9) Egocentrismo patológico e incapacidade para amar;
- 10) Pobreza geral na maioria das reações afetivas;
- 11) Perda específica de *insight*;
- 12) Frieza nas relações interpessoais em geral;
- 13) Comportamento fantasioso e pouco convidativo, com influência de álcool e, às vezes, sem esta influência;
- 14) Suicídio raramente cometido;
- 15) Vida sexual impessoal, trivial e pobremente integrada; e
- 16) Falha em seguir qualquer plano de vida.

Observa-se que os traços listados anteriormente enfatizam aspectos relativos ao comprometimento dos psicopatas no processamento emocional, destacando que comportamentos como vingança, crueldade e agressividade não são cruciais em sua conceituação. Deste modo, Cleckley desvincula o conceito de psicopatia de comportamentos delitivos, destoando de concepções anteriores (Hauck Filho et al., 2009; Silva, Rijo, & Salekin, 2012). Nesta direção, percebe-se a relevância das contribuições de Cleckley, sendo o primeiro autor a propor traços específicos da psicopatia. Logo, sua obra constitui-se como referência base no estudo da temática,

passando a influenciar estudos posteriores (Decuyper, Pauw, Fruyt, Bolle, & Clercq, 2009; Guay, Ruscio, Knight, & Hare, 2007).

Na década de 1950, influenciada por alguns traços descritos por Cleckley, a *American Psychiatric Association* (APA) lança o *Diagnostic and Statistical Manual* (DSM), que, em sua primeira edição, utilizou a terminologia transtorno de personalidade sociopática para descrever a psicopatia (Salvador-Silva, Vasconcellos, Davoglio, Gauer, & Kosson, 2012). Em sua segunda edição, manteve a ênfase nos traços de personalidade, contudo, a partir do DSM-III, houve uma drástica mudança no diagnóstico, passando a ser tratado como transtorno de personalidade antissocial, não mais considerando traços de personalidade, mas apenas o histórico de comportamentos antissociais e delitivos, algo que persiste em sua versão mais atual (Lilienfeld, 1998).

Segundo Cloninger (1978), tal transição deve-se pela perspectiva baseada na personalidade ser excessivamente subjetiva e inferencial, deste modo, comportamentos criminosos, delinquentes e irresponsáveis passaram a ser considerados como principais características do transtorno (Cox et al., 2013; Lilienfeld, 1998). Com a progressiva ênfase do DSM no histórico de comportamentos antissociais, as dimensões afetivas e interpessoais, preconizadas por Cleckley, ficaram em segundo plano na caracterização de um psicopata. Contudo, tal perspectiva baseada em comportamentos delitivos carece de uma base teórica e empírica, algo que contribuiu para a retomada da perspectiva dos traços no entendimento da psicopatia (Lykken, 2006).

Na década de 1980, o psicólogo canadense Robert Hare se configura como um dos principais autores que revitalizaram a perspectiva oriunda dos estudos clássicos de Cleckley, concebendo a psicopatia como uma mescla de traços de personalidade e comportamentos antissociais, sendo o pioneiro na vertente empírica no estudo do construto (Hauck Filho et al., 2009; Willians & Paulhus, 2004). A perspectiva de Hare

resgata aspectos interpessoais e afetivos, centrais para o entendimento do transtorno, aliado a um componente mais direcionado para avaliação de comportamentos antissociais e de um estilo de vida impulsivo (Hare & Neumann, 2008), modelo que será retomado mais adiante.

O principal legado dos estudos de Hare é sua definição operacional da psicopatia, considerada, atualmente, o padrão ouro na avaliação do transtorno, algo que impulsionou os estudos empíricos sobre o tema (Salvador-Silva et al., 2012). Não obstante, apesar das importantes contribuições, diversas críticas são feitas ao trabalho de Hare, como, por exemplo, a ênfase em comportamentos antissociais para o diagnóstico da psicopatia (Lilienfeld & Andrews, 1996).

Às críticas aos estudos de Hare vem intensificando alternativas no entendimento e avaliação da psicopatia, ganhando força modelos que a consideram como pura expressão de traços de personalidade (Lilienfeld & Andrews, 1996; Lilienfeld & Widows, 2005). Destaca-se, ainda, que, com o avanço da tecnologia, pesquisas que buscam as bases cerebrais da psicopatia passaram a ganhar destaque. Portanto, é perceptível que, mesmo tendo longa história, este construto continua a despertar interesse de pesquisadores ao redor do mundo, seguindo como um dos transtornos de personalidade mais estudados no âmbito acadêmico.

O panorama traçado nesta seção revela inúmeras mudanças que perpassaram o construto psicopatia, que encontra, a partir da década de 1940, certo consenso, principalmente com o advento da perspectiva dos traços (Millon et al., 2003). Entretanto, tal quadro parece algo indefinido, com orientações que divergem quanto aos aspectos centrais e secundários que atribuem a um psicopata (Lilienfeld, 1998), algo que será tratado com mais detalhes a seguir.

1.2. Dimensões da psicopatia

Buscando na literatura uma definição de psicopatia, depara-se com duas vertentes distintas: uma pautada nos traços de personalidade e outra com ênfase nos comportamentos desviantes (Lilienfeld, 1998). Tais concepções se diferenciam, sobretudo, nas características centrais que atribuem a um psicopata. Enquanto na perspectiva dos traços enfatizam-se aspectos de ordem afetiva e interpessoal, em uma visão comportamental a ênfase recai sobre o histórico de comportamentos antissociais e delitivos, que, segundo tal abordagem, são centrais no diagnóstico de psicopatia (Henriques, 2009; Lilienfeld, 1998; Lilienfeld & Andrews, 1996).

Tal polaridade denota falta de consenso no entendimento e diagnóstico do transtorno, não obstante, mesmo antagônicas, tais visões coexistem. De um lado, o histórico de comportamentos criminosos persiste para o diagnóstico de psicopatia em alguns dos principais manuais psiquiátricos atuais, ao passo que, no meio acadêmico, é cada vez mais aceito pensar a psicopatia enquanto uma constelação de traços de personalidade (Blonigen, Carlson, Krueger, & Patrick, 2003; Murray et al., 2012). Portanto, o papel das condutas delitivas na psicopatia tem se constituído como um dos principais tópicos de estudo sobre a temática (Hauck Filho et al., 2012).

Há de se ressaltar que muitos dos estudos realizados sobre psicopatia foram levados a cabo em contexto prisional e manicomial, certamente um viés que contribui para uma visão criminosa sobre o construto (Lalumière, Harris, & Rice, 2001). Entretanto, a psicopatia não se restringe a tais populações, sendo comum a presença de pessoas, na população em geral, que apresentam traços psicopatas (Cleckley, 1988).

Deste modo, é possível que indivíduos com elevado déficit nos componentes afetivo e interpessoal, mas com baixa tendência a se envolver em comportamentos de extrema violência, levem uma vida aparentemente normal, algo que lhes confere a

denominação de psicopatas de sucesso (Cleckley, 1988; Gummelt, 2010). Portanto, a mítica figura do psicopata enquanto *serial killer* é algo um tanto distante da realidade, sendo mais corriqueiro deparar-se, no dia-a-dia, com aqueles que apresentam traços comuns, como charme superficial, que são manipuladores e com tendência a enganar os outros (Walsh & Hu, 2008). Ademais, as relações entre psicopatia e violência são frequentes e consistentes na percepção da população em geral, mais do que as evidências empíricas possam apontar (Kennealy et al., 2010).

Em virtude de uma visão dimensional e não criminosa sobre a psicopatia, é um tanto comum, nas relações diárias, conviver com psicopatas. Assevera-se, inclusive, que alguns traços psicopatas são valorizados no mercado de trabalho, sendo, por vezes, pré-requisitos para obtenção de sucesso em determinadas carreiras, como no mundo dos negócios, na carreira política e no direito (Mathieu, Hare, Jones, Babiak, & Neumann, 2013). Portanto, nem todas as pessoas que possuem traços acentuados de psicopatia envolvem-se em comportamentos de extrema violência, deste modo, é mais coerente pensar nos comportamentos antissociais e delitivos enquanto reflexo do contexto social, aliado a combinação dos traços de personalidade (Dindo & Fowles, 2011).

Diante desta conjuntura, é adequado desvincular a psicopatia de manifestações antissociais, sendo mais importante para o entendimento do construto avaliar déficits em aspectos interpessoais e afetivos, aliado a um estilo de vida impulsivo, algo que Cleckley já tinha em conta em meados do século XX (Hauck Filho et al., 2009). Seguindo esta linha, nesta ocasião, assume-se que condutas antissociais e delitivas não devem ser vistas como sinônimos de psicopatia, de modo que tais fenômenos diferem em seus processos cognitivos, sendo mais plausível pensar nas condutas delitivas enquanto um eventual correlato ou expressão dos traços de personalidade (Brazil et al., 2012; Cooke et al., 2004; Hauck Filho et al., 2012).

Desta forma, a perspectiva dos traços vem ganhando espaço nos estudos em psicopatia, considerando tal distúrbio como um transtorno de personalidade que compreende três dimensões distintas, porém inter-relacionadas, que a subjazem: interpessoal, afetiva e comportamental (Hall, Benning, & Patrick, 2004; Masui, Iriguchi, Nomura, & Ura, 2011; Willemsen & Verhaeghe, 2012). Em um nível interpessoal, pessoas que apresentam traços acentuados de psicopatia tendem a ser egoístas, dominadores e manipuladores. Afetivamente não conseguem estabelecer laços duradouros com outras pessoas, apresentam emoções superficiais, falta de remorso e empatia. Por fim, em uma esfera comportamental, psicopatas tendem a ser irresponsáveis, impulsivos e negligentes, caracterizam-se, ainda, como buscadores de sensações, apresentando riscos de violar normas sociais (Decuyper et al., 2009; Hare, 1991; Hare & Neumann, 2009; Leistico et al., 2008).

Tais características apontam para um caráter multidimensional da psicopatia, agrupando de um lado os traços de personalidade (dimensões interpessoais e afetivas) e do outro, um estilo de vida impulsivo e irresponsável (Skeem, Poythress, Edens, Lilienfeld, & Cale, 2003). Portanto, tais dimensões agrupam o conjunto de características que definem um psicopata, sendo, frequentemente, levados em conta no estudo e avaliação do construto.

As dimensões expostas anteriormente vem sendo encontradas em diversos procedimentos empíricos (Cooke, Michie, & Hart, 2006; Hall et al., 2004), oriundos de estudos de natureza fatorial, não obstante, existem estudos que buscam os mecanismos neurobiológicos por detrás de tais dimensões, os genótipos psicopatas. Nesta direção, percebe-se uma diversidade metodológica nos estudos em psicopatia, sendo descritos, a seguir, alguns dos modelos de base neuropsicológica, mais utilizados para a compreensão do transtorno.

1.3. Modelos neuropsicológicos para a compreensão da psicopatia

Uma diversidade teórica e metodológica marca as propostas de estudo da psicopatia, sendo proeminentes os estudos de cunho biopsicológico e psicométrico. O primeiro possibilita uma integração entre sistemas biológicos, traços de personalidade e psicopatologias, ao passo que o segundo está centrado na proposição de medidas explícitas para avaliação e testagem de modelos teóricos (Hare, 2003; Johnson, Turner, & Iwata, 2002; Patrick, 2010; Vaugh & Howard, 2005).

Apesar da ênfase psicométrica desta dissertação, não se pode diminuir as contribuições relevantes de modelos teóricos construídos no âmbito biopsicológico. Estes são importantes, sobretudo, para o entendimento dos processos subjacentes aos fenótipos ou expressões observáveis da psicopatia. É importante ressaltar que tais estudos se intensificaram com o avanço tecnológico, sobretudo, com o advento das modernas técnicas de neuroimagem, visando o entendimento do distúrbio a partir de alterações, morfológicas e funcionais, em determinadas regiões cerebrais em indivíduos com traços acentuados de psicopatia (Koenings et al., 2011). Tais estudos convergem para alterações em duas áreas cerebrais relacionadas ao distúrbio, amígdala e córtex pré-frontal (Blair, 2007, 2010; Boccardi et al., 2011).

Concretamente, são consistentes as evidências que apontam para diferenças em determinadas estruturas cerebrais em pessoas com traços acentuados de psicopatia daquelas em menor magnitude. Além das estruturas supracitadas, alterações em outras regiões cerebrais estão associadas ao transtorno, como o excesso de substância cinzenta na região frontal do cérebro, formato anormal do hipocampo, dentre outros problemas anatômicos (Blair, 2008; Boccardi et al., 2010).

Segundo Weber, Habel, Amunts e Schneider (2008), no âmbito neurológico destacam-se dois modelos para o entendimento da psicopatia: a *hipótese dos*

marcadores somáticos (Damasio, 1994) e o *mecanismo de inibição da violência* (Blair, 1995). O primeiro sugere que danos no córtex pré-frontal levam a deficiência em tomada de decisões, algo que incide na incapacidade de ativação dos marcadores somáticos relacionados à antecipação de punições e recompensas. Tal problema leva a insensibilidade nas consequências negativas do comportamento. Já o mecanismo de inibição da violência, proposto por Blair (1995), tem em conta a região da amígdala. Tal mecanismo é ativado em situações de perigo, levando a uma inibição comportamental, não obstante, em psicopatas há um déficit neste mecanismo, algo que pode resultar em comportamentos impulsivos e antissociais.

Em outro estudo, ainda no âmbito neuropsicológico, Hecht (2011) estudou as diferenças na dinâmica inter-hemisférica nos cérebros de psicopatas, constatando que há um desequilíbrio, havendo uma hiperatividade do lado esquerdo, contrastando com funcionamento hipoativo do lado direito. Tais dados são endossados quando se tem em conta que o hemisfério direito está relacionado a tendências prossociais, medo e culpa, ao passo que o hemisfério esquerdo associa-se a comportamentos impulsivos, agressivos e de busca de sensações. Tais descrições vão de encontro ao modelo proposto por Jeffrey Gray (1970, 1975), um dos mais utilizados para o entendimento da psicopatia.

Elaborado no domínio das teorias da aprendizagem e motivação animal, adaptado por Fowles (1980, 1987) para a compreensão da psicopatia, o modelo proposto por Gray (1970, 1975) propõe o entendimento dos comportamentos a partir de dois sistemas: o de inibição (*Behavioral Inhibition System* – BIS) e ativação comportamental (*Behavioral Activation System* – BAS). Em linhas gerais, o sistema BIS está relacionado a sinais relativos à punição, estímulos de perigo ou situações novas, ao

passo que o sistema BAS está associado a aspectos referentes à aproximação e afastamento de fontes de perigo (Carvalho-Netto, 2009).

Em funcionamento normal, tais sistemas agem em equilíbrio, onde o sistema BIS inibe o BAS em situações de perigo ou punição. Em psicopatas há um desequilíbrio, ocorrendo baixa ativação do primeiro, resultando em pessoas que tendem a ser dominantes em situações de conflito e que são mais resistentes em desistir e extinguir comportamentos. Portanto, psicopatas podem demonstrar baixa inibição comportamental em situações de perigo, algo que é reforçado pelo *mecanismo de inibição comportamental* (Blair, 1995) ou mesmo pela *hipótese do baixo medo*, proposta por Lykken (1957; Lykken, 2006).

A *hipótese do baixo medo*, proposta inicialmente por Lykken (1957), se constitui como alternativa para compreensão da psicopatia, propondo que psicopatas sofrem com um déficit no medo condicionado, reflexo de déficits no BIS. Posteriormente, Lykken (1995) relaciona o modelo de Gray (1970, 1987), propondo diferenças quanto ao funcionamento em psicopatas primários (sintomas mais relacionados aos traços de personalidade) e secundários (sintomas relativos à falta de controle dos impulsos). Os primários tendem a ter um mau funcionamento do BIS e um funcionamento normal ou hiperativo do BAS, por outro lado, nos psicopatas secundários o BIS estaria em funcionamento normal, porém o BAS estaria hiperativo.

É possível certificar-se que alguns dos estudos citados anteriormente enfatizam a falta de controle comportamental dos psicopatas quando expostos a situações de perigo, além de outros que buscam verificar o papel de regiões cerebrais, a exemplo da amígdala, relacionadas a traços marcantes do distúrbio, como parece ser a falta de empatia e remorso, tidos como centrais para a caracterização de um psicopata (Blair, 2003).

Entretanto, tais modelos têm como fim o entendimento de determinados processos que subjazem manifestações psicopatas, ao passo que outros modelos, de natureza fatorial, têm em conta a estimação de aspectos psicopatas que possam ser observáveis. Estes modelos psicométricos estão intimamente associados à construção de medidas para mensuração do construto, algo que contribui para o delineamento de variáveis latentes que definem a psicopatia (Hare & Neumann, 2005). Portanto, faz-se necessário apresentar alguns dos modelos mais utilizados, no meio clínico e acadêmico, para definir operacionalmente o transtorno, algo que será tratado a seguir.

1.4 Principais medidas para avaliação da psicopatia

Com a necessidade de avaliar a psicopatia surge na década de 1980 uma vertente empírica no estudo do construto, tendo como pioneiro o psicólogo canadense Robert Hare (Hauck Filho et al., 2009). No decorrer dos anos, a medida oriunda do trabalho de Hare passa a sofrer críticas, tanto a nível teórico quanto metodológico, abrindo espaço para a proposição de outras medidas. Deste modo, nesta seção serão descritos alguns dos instrumentos de autorrelato mais utilizados para estimação da psicopatia, que apresentam variações estruturais e teóricas, reflexo da diversidade conceitual que envolve a psicopatia.

Inicialmente, serão descritas as escalas Hare de avaliação da psicopatia, vide o impacto que a definição operacional deste autor tem na literatura e na avaliação clínica do transtorno. Posteriormente, serão enfatizadas medidas que buscam avaliar apenas traços de personalidade psicopática, atribuindo pouca ou nenhuma ênfase ao histórico de condutas delitivas, mais congruente com a vertente que emerge nos trabalhos de Hervey Cleckley.

1.4.1. *Psychopathy Checklist*

Um dos autores proeminentes na avaliação da psicopatia é Robert Hare, que refinou o conceito elaborado no trabalho seminal de Cleckley, culminando no desenvolvimento da *Psychopathy Checklist* (PCL). Neste sentido, coube a Hare (1980) a primeira avaliação formal da psicopatia, combinando traços de personalidade e comportamentos antissociais. Este autor operacionalizou o construto por meio da PCL e, posteriormente, com sua versão revisada PCL-R (Hare, 1991, 2003; Hare & Neumann, 2005).

As primeiras tentativas de Hare em desenvolver uma medida de psicopatia iniciaram em 1978, com uma análise fatorial dos traços listados por Cleckley e com o desenvolvimento de uma lista de aspectos e comportamentos utilizados na descrição de um psicopata, tendo em conta uma amostra carcerária. Com o segundo procedimento, Hare agrupou cerca de 100 itens, contudo, baseado em aspectos semânticos, alguns foram eliminados. Com os itens restantes foram estabelecidos critérios de pontuação, que permanecem até hoje. O zero indica ausência da característica avaliada, ao passo que 1 representa alguma incerteza e o 2 indica a presença do aspecto avaliado. Análises estatísticas posteriores indicaram a pertinência de se considerarem 22 itens. Os escores totais variavam de 0 a 44, com indicadores aceitáveis de validade e precisão (Hare & Neumann, 2005).

Posteriormente, dois itens foram excluídos e outros receberam algumas alterações, dando origem à atual versão do instrumento, a PCL-R. Esta se constitui como a medida de psicopatia mais difundida no meio clínico e acadêmico, sendo formada por 20 itens, avaliados por meio de uma entrevista semi-estruturada. Tal como indicado anteriormente, cada item da PCL-R é pontuado em uma escala de três pontos (0, 1, 2) de acordo com o grau em que os avaliadores atribuem determinadas manifestações psicopatas ao testando.

Quanto à estrutura fatorial, inicialmente Hare (1991) propôs um modelo bifatorial, agrupando de um lado aspectos afetivos e interpessoais, nomeados como Fator 1, e do outro aqueles relativos à um estilo de vida impulsivo e comportamentos antissociais, denominado Fator 2. Entretanto, em estudos posteriores, outras soluções fatoriais foram encontradas, sendo, atualmente, mais aceito o modelo de quatro fatores, formados por componentes afetivos, interpessoais, estilo de vida e antissociais (Neumann, Hare, & Newman, 2007).

O escore total desta medida varia de 0 a 40, refletindo o grau em que um indivíduo se aproxima a um protótipo de psicopata, sendo que em contexto estadunidense utiliza-se como ponto de corte um escore 30, não obstante, em virtude dos objetivos e do contexto da avaliação, o ponto de corte pode mudar. Aliado a entrevista, a PCL-R exige uma minuciosa análise sobre o testando, consultando, inclusive, a ficha criminal, tornando sua utilização inapropriada para fora de contextos criminais, sendo que tais limitações levaram a proposição da *Psychopathy Checklist Screening Version* (PCL: SV; Cooke, Michie, Hart, & Hare, 1999). Portanto, percebe-se que a PCL-R é inapropriada para o uso em determinados contextos e faixas etárias, algo que levou Hare e seus colaboradores a criarem medidas outras, como a PCL:SV e a *Psychopathy Checklist: Youth Version* (PCL:YV; Hare & Neumann, 2005).

Elaborada por Hart, Cox e Hare (1995), a PCL: SV constitui-se em um instrumento composto por 12 itens, derivados diretamente da PCL-R, sendo itens mais curtos e simples, mas sem perder sua essência (Cooke, Michie, Hart, & Hare, 1999). Portanto, tal versão configura-se como uma versão reduzida da PCL-R. Tal como a PCL-R, a PCL: SV também possui escala de resposta de três pontos (0, 1, 2), contudo, as pontuações variam entre 0 e 24, apresentando, para fins de pesquisa, um ponto de corte de 18 para o diagnóstico de psicopatia.

Já a PCL:YV possui 20 itens, sendo adaptados a idade dos respondentes. Este instrumento se configura como uma versão da PCL-R para adolescentes, apresentando, portanto, a mesma escala de resposta e ponto de corte. Quanto à estrutura fatorial, estudos a nível confirmatório indicam a adequação do modelo de quatro fatores, tanto para a PCL: YV quanto para a PCL: SV (Kosson, et al., 2013; Neumann, Kosson, Forth, & Hare, 2006). Na Tabela 2, a seguir, destaca-se a estrutura fatorial das escalas Hare.

Tabela 2. Estrutura fatorial das escalas Hare (Adaptado de Hare & Neumann, 2008, p. 793).

PCL-R	PCL:YV	PCL:SV
FATOR 1		
<i>Interpessoal</i>		
1.Loquacidade e charme superficial	1.Manipulação de impressão	1.Superficial
2.Grandioso senso de autoestima	2.Grandioso senso de autoestima	2.Grandioso
3.Mentira patológica	3.Mentira patológica	3.Enganador
4.Manipulação	4.Manipulação para o ganho pessoal	
<i>Afetivo</i>		
5.Falta de remorso ou culpa	5.Falta de remorso	4.Falta de remorso
6.Afeto superficial	6.Afeto superficial	5.Falta de empatia
7.Insensibilidade e falta de empatia	7.Insensibilidade e falta de empatia	6.Não aceitam responsabilidade
8.Não aceitação de responsabilidade	8.Falha em aceitar responsabilidade	
FATOR 2		
<i>Estilo de vida</i>	<i>Comportamental</i>	<i>Estilo de vida</i>
9.Necessidade de estimulação	9.Busca de sensação	7.Impulsividade
10.Estilo de vida parasita	10.Orientação parasita	8.Falta de objetivos
11.Falta de metas a longo prazo	11.Falta de objetivos	9.Irresponsabilidade
12.Impulsividade	12.Impulsividade	
13.Irresponsabilidade	13.Irresponsabilidade	

<i>Antissocial</i>		
14.Pobre controle comportamental	14.Pobre controle da raiva	10.Pobre controle comportamental
15.Problemas comportamentais precoces	15.Problemas comportamentais precoces	11.Comportamento antissocial na adolescência
16.Delinquência juvenil	16.Sério comportamento criminoso	12.Comportamento antissocial na idade adulta
17.Revogação de liberdade condicional	17.Sérias violações da condicional	
18.Versatilidade criminal	18.Versatilidade criminal	

Em termos gerais, a dimensão interpessoal tem em conta a superficialidade e manipulação das relações sociais, autoestima grandiosa e mentira patológica. Já a faceta afetiva avalia aspectos como a falta de remorso, afeto superficial e falta de empatia, ao passo que a dimensão associada ao estilo de vida relaciona-se à busca de sensação, irresponsabilidade, impulsividade e parasitismo. Finalmente, a dimensão antissocial considera o pouco controle do comportamento e a delinquência juvenil (Hare & Neumann, 2008).

Contudo, mesmo sendo medidas consolidadas, as escalas oriundas dos estudos de Hare não são isentas de críticas. Um dos problemas se refere à divergência sobre o número de fatores do instrumento. Em sua versão original apresentava dois fatores (Hare, 1991), não obstante, estudos recentes indicam a presença de três (Cooke et al., 2006) ou mesmo quatro fatores, como citado anteriormente (Hare, 2003; Neumann, Hare, & Newman, 2007).

Outras dificuldades associam-se a tal medida, a exemplo da impossibilidade de aplicação em grupo, de modo que o instrumento consiste em uma entrevista semiestruturada, além do tempo exigido para realização desta. Neste sentido, parece inerente outro problema, o viés do entrevistador, deste modo, para minimizá-lo, a PCL-R deve ser aplicada por um profissional experiente e bem treinado no manejo do

instrumento (Benning, Patrick, Hicks, Blonigen, & Krueger, 2003; Ostrosky-Solís, Rebollar, Garcia, & Villalpando, 2009).

Destaca-se, ainda, que, mesmo tendo por base os estudos de Cleckley, Hare desconsidera alguns traços listados por ele, tais como os relativos à ansiedade, além de não considerar itens que avaliem ajustes positivos dos psicopatas. No sentido oposto, enfatiza itens que remontam a comportamentos impulsivos, antissociais e delitivos, aspectos desconsiderados na concepção de Cleckley (Patrick et al., 2009). Nesta direção, intentos foram levados a cabo para o desenvolvimento de medidas de psicopatia compostas apenas por traços de personalidade, com destaque para duas delas, a *Psychopathic Personality Inventory* e a *Levenson Self-Report Psychopathy*, descritas a seguir.

1.4.2 Psychopathic Personality Inventory

A ênfase nos comportamentos antissociais e delitivos, bem como as amostras predominantemente carcerárias utilizadas no processo de construção das escalas Hare levaram Lilienfeld e Andrews (1996) a propor um instrumento de autorrelato que avalia apenas traços de personalidade psicopata em populações não carcerárias, denominado *Psychopathic Personality Inventory* (PPI).

No processo de construção da escala, Lilienfeld e Andrews (1996) consideraram aspectos teóricos e empíricos sobre a psicopatia, seguindo diversas orientações na escrita dos itens. Destaca-se que os itens que avaliam comportamentos antissociais foram evitados, pois os autores tinham em conta fornecer uma medida baseada apenas em traços psicopatas. Outro objetivo era fornecer um instrumento menos reativo, ou seja, menos sujeito à desejabilidade social. Para tanto, em uma das etapas de construção do instrumento, aplicou-se também a escala de desejabilidade de *Marlowe-Crowne*

(Crowne & Marlowe, 1964), onde os itens que tendiam para desejabilidade foram eliminados ou reescritos.

No processo de construção da PPI, outros instrumentos foram administrados, como o *Deviant Responding Scale* (DP) e *Variable Response Inconsistency* (VRIN), que avaliam o grau de comprometimento dos sujeitos ao responderem a medida de psicopatia. Baseado em tais resultados, foram excluídos alguns sujeitos das análises posteriores. Uma análise dos componentes principais foi realizada, fixando rotação *varimax*, sendo mantido na versão final da PPI os itens que apresentaram cargas fatoriais acima de $|0,30|$, sendo que, os itens que não cumpriram tal critério, foram retidos no instrumento se apresentassem correlação item-total acima de 0,30 (Lilienfeld & Andrews, 1996).

O critério de Cattell indicou a extração de oito fatores, sendo denominados como: *Machiavellian Egocentricity* (avalia aspectos relacionados à satisfação das próprias necessidades desconsiderando interesses e perspectivas outras), *Social Potency* (refere-se à tendência de ser charmoso e hábil em influenciar os demais), *Coldheartedness* (mensura a propensão à insensibilidade, a falta de remorso e sentimento de culpa), *Carefree Nonplanfulness* (avalia aspectos que remontam a carência na formulação de metas a longo prazo), *Fearlessness* (mede ausência de ansiedade frente situações de perigo), *Blame Externalization* (avalia a tendência de enxergar os outros como fonte de seus problemas e de oferecer racionalizações para seus comportamentos inapropriados), *Impulsive Nonconformity* (mensura a imprudente falta de preocupação com os costumes e normas sociais) e *Stress Immunity* (avalia o fato dos sujeitos se manterem calmos em situações de perigo; Lilienfeld & Andrews, 1996).

Tais fatores agrupam-se, ainda, em dois fatores de segunda ordem, denominados PPI-I (*social potency, stress immunity e fearlessness*) e PPI-II (*impulsive*

nonconformity, *blame externalization*, *machiavellian egocentricity* e *carefree nonplannfulness*). Tais fatores foram denominados *fearless dominance* e *impulsive antisociality*, caracterizados por englobarem aspectos de ordem interpessoal e comportamental. Entretanto, observa-se que o fator *coldheartedness*, mais relacionado a traços de ordem afetiva, não saturou em nenhum dos fatores, indicando a essência de uma estrutura trifatorial para avaliação da psicopatia (Benning, Patrick, Blonigen, Hicks, & Iacono, 2005).

Com o objetivo de conceber uma medida mais parcimoniosa e com melhores propriedades psicométricas, Lilienfeld e Widows (2005) revisaram a PPI, reduzindo a escala de respostas e diminuindo o número de itens. Sendo assim, a versão revisada é formada por 154 itens, com mesmo número de fatores e estrutura fatorial. Tal escala de autorrelato é das mais utilizadas e que apresentam maiores números de estudos de validação (Nikolova, 2013). Contudo, mesmo sendo uma alternativa para avaliação da psicopatia em populações não carcerárias, alguns aspectos, como o tamanho do questionário, composto por 154 itens, em sua versão revisada, sugerem a consideração de versões mais curtas, aspecto este favorável à *Levenson Self-Report Psychopathy* (LSRP).

1.4.3 Levenson Self-Report Psychopathy

As limitações que impulsionaram o desenvolvimento da PPI também foram levadas em conta na proposição da LSRP, ou seja, a ênfase nas condutas desviantes e a elaboração da PCL em contexto prisional (Gummelt, Anestis, & Carbonell, 2012). Tais pontos levaram Levenson, Kiehl e Fitzpatrick (1995) a pensar em uma alternativa para avaliar a psicopatia em populações não-carcerárias.

Seguindo a classificação proposta por Karpman (1944), a LSRP avalia o construto em termos de psicopatia primária e secundária, algo um tanto similar a

estrutura bifatorial sugerida por Hare (1991). Neste sentido, alguns aspectos relacionados à psicopatia primária seriam inclinação à mentira, falta de remorso, insensibilidade e um comportamento manipulativo, similar ao Fator 1 da PCL-R, ao passo que as características relacionadas à psicopatia secundária seriam impulsividade, intolerância a frustração, pessoas irritadiças e que apresentam falta de objetivos a longo prazo, um tanto parecido com os descritores do Fator 2 da PCL-R (Levenson et al., 1995).

Considerando uma amostra de estudantes universitários, Levenson et al. (1995) desenvolveram escalas para avaliar as duas formas de psicopatia teorizadas. Os itens destinados a avaliar a psicopatia primária tinham em conta características como egoísmo, indiferença, postura manipuladora frente aos demais. Por outro lado, aqueles que operacionalizavam a psicopatia secundária centravam-se na avaliação da impulsividade e de um estilo de vida auto-destrutivo. Os itens das escalas foram construídos com o cuidado de não serem tendenciosos para a desejabilidade social. Após o estudo piloto, trinta itens foram selecionados para compor o questionário, respondidos em escala do tipo Likert de quatro pontos, apresentando os seguintes extremos: *1 – Discordo totalmente* e *4 – Concordo totalmente*.

Posteriormente, os autores realizaram uma análise dos componentes principais, fixando a extração de dois fatores, algo endossado pelo critério de Cattell. Neste sentido, Levenson et al. (1995) utilizaram como critério de inclusão do item no fator aqueles que apresentassem saturações superiores a $|0,30|$. Quatro itens foram descartados por não atenderem tal critério.

Portanto, a LSRP é um instrumento de autorrelato destinado a avaliar traços de psicopatia na população em geral, sendo um instrumento composto, em sua versão final, por 26 itens, 16 pertencentes ao fator denominado psicopatia primária, e os outros 10 ao

fator nomeado como psicopatia secundária, tais componentes apresentaram, respectivamente, valores de alfa de Cronbach de 0,82 e 0,63, reunindo, portanto, evidências aceitáveis de validade e precisão (Levenson et al., 1995).

Tal escala sofreu algumas replicações, apresentando validade convergente com outras medidas de psicopatia, além de estudos de natureza confirmatória apontarem, apesar de não disporem dos melhores índices de ajuste, para uma estrutura bifatorial (Brinkley, Schmitt, Smith, & Newman, 2001). Apesar de estudos indicarem a adequação da estrutura bifatorial, outros vêm indicando a pertinência de uma estrutura trifatorial, composta por componentes que indicam um estilo interpessoal manipulativo, tendências a comportamentos impulsivos e antissociais e uma abordagem predatória e insensível da vida (Gummelt et al., 2012).

Tal como exposto anteriormente, percebem-se os intentos na construção de medidas de autorrelato de psicopatia, não obstante, apesar de inicialmente não sugerirem uma estrutura de três fatores, esta emerge em algumas investigações posteriores (Cooke, Michie, & Hart, 2006; Gummelt et al., 2012; Lilienfeld & Andrews, 1996). Portanto, parece justificável pensar a psicopatia como um transtorno que envolve aspectos oriundos de três dimensões distintas, porém interrelacionadas, algo levado em conta no modelo descrito a seguir, pautado em sistemática revisão de literatura sobre a psicopatia. Logo, o modelo objeto desta dissertação foi construído sob o alicerce de uma base teórica consistente, constituindo-se como uma alternativa integradora e teoricamente fundamentada, justificando seu emprego nesta ocasião.

1.5. *Triarchic Model of Psychopathy*

O *triarchic model of psychopathy* foi proposto por Patrick, Fowles e Krueger (2009), concebendo a psicopatia como uma patologia envolvendo desvios de

comportamento na presença de distintas características emocionais e interpessoais. Este recente modelo se constitui como integrador, no sentido em que reúne diversas concepções históricas e contemporâneas sobre o construto.

Como apontado durante este capítulo, historicamente os conceitos de psicopatia tem variado no que diz respeito à ênfase relativa a comportamentos antissociais e delitivos em oposição a modelos que consideram aspectos de ordem interpessoal e outros sintomas centrais, como a baixa ansiedade, descrita por Cleckley e Lykken (Venables, Hall, & Patrick, 2013). Nesta direção, a partir de revisão sistemática da literatura, Patrick et al. (2009) identificaram dimensões centrais que caracterizam a psicopatia.

Portanto, com base em concepções históricas e atuais, bem como analisando as medidas desenvolvidas para avaliação da psicopatia, Patrick e colaboradores reuniram uma série de aspectos que definem um psicopata, similar as dimensões descritas anteriormente, acrescentando, principalmente, características relativas à baixa ansiedade. Os autores delinearam três componentes, um mais voltado para comportamentos impulsivos e antissociais; por outro lado, destacam-se aqueles relacionados a aspectos a nível interpessoal, como charme superficial, autoconfiança, dominância social, capacidade de persuasão e afeto superficial; e, por fim, Patrick et al. (2009) encontraram uma terceira ênfase nos estudos em psicopatia, destacando características emocionais, tais como frieza e falta de remorso. Tais dimensões são nomeadas, respectivamente, como *disinhibition*, *boldness* e *meanness*.

A dimensão *disinhibition* refere-se à tendência geral para falta de controle de impulsos, tais como condutas impulsivas, que demonstram falta de planejamento (Patrick et al., 2009). Dentre comportamentos típicos desta dimensão, destacam-se irresponsabilidade, impaciência, ações impulsivas, desconfiança, deslealdade, falha em

planejar o futuro, baixa tolerância à frustração, má regulação do afeto e suscetibilidade a problemas de uso de substâncias (Venables et al., 2013). Percebe-se, portanto, que esta dimensão refere-se basicamente à falta de controle comportamental em psicopatas (Hall, 2009; Krueger, Markon, Patrick, Benning, & Kramer, 2007).

A dimensão *boldness*, por sua vez, engloba aspectos relacionados ao domínio interpessoal, como dominância social, eficácia e autoconfiança. Esta dimensão descreve, ainda, pessoas que possuem a capacidade de se manterem calmos e focados frente situações de pressão e ameaça, que possuem imunidade ao estresse da vida e preferência por situações novas ou emocionantes (Venables et al., 2013). Alguns comportamentos que descrevem esta dimensão são imperturbabilidade, assertividade, capacidade de persuasão, coragem e comportamento aventureiro (Hall, 2009; Patrick et al., 2009).

Por fim, a dimensão *meanness* descreve atributos que envolvem tendências para a insensibilidade, falta de empatia pelos outros, incapacidade de estabelecer laços afetivos duradouros, apego emocional superficial, estilo de vida parasita, formas instrumentais ou predatórias de agressão, rebeldia e busca de sensação (Venables et al., 2013). Algumas características comportamentais incluem arrogância, desafio à autoridade e crueldade (Patrick et al., 2009). Deste modo, tais autores propõem um modelo construído a partir de conceitos alternativos, descritos por autores clássicos e contemporâneos, agrupados nestas três dimensões, constituindo, assim, um modelo integrador e parcimonioso (Skeem et al., 2011).

Apesar de recente, este modelo teórico tem ganhado espaço nos estudos sobre psicopatia. Contudo, tal modelo ainda não foi testado empiricamente no Brasil, o que se pretende nesta dissertação. Portanto, tendo em conta que um dos objetivos deste estudo é testar a adequação desta medida em contexto brasileiro, faz-se necessário descrever a

Triarchic Psychopathy Measure (TriPM), enfatizando suas características e estudos realizados considerando sua validade e precisão.

1.5.1. *Triarchic Psychopathy Measure*

A TriPM constitui-se como um instrumento de autorrelato, composto por 58 itens, distribuídos nas três dimensões teoricamente propostas: *disinhibition*, composta por 20 itens, *boldness*, que possui 19 itens, e, *meanness*, que engloba um conjunto de 19 itens. Estes são respondidos em uma escala tipo Likert de quatro pontos (*1 – verdadeiro, 2 – pouco verdadeiro, 3 – pouco falso e 4 – falso*), onde o participante avalia o grau em que o item se aplica em sua vida.

Os itens relativos à dimensão *disinhibition*, foram selecionados a partir da escala *Externalizing Spectrum Inventory* (ESI; Krueger, Markon, Patrick, Benning, & Kramer, 2007), ao passo que os itens do fator *boldness*, derivam, em grande parte, da *Boldness Inventory* (Patrick, Vaidyanathan, Benning, Hicks, & Kramer, 2010), elaborada para ampliar a mensuração dos aspectos relativos ao fator 1 da PPI, *fearless dominance*. Por fim, os itens da dimensão *meanness* foram selecionados, a exemplo de *disinhibition*, da escala ESI, especificamente aqueles relativos à agressão e empatia (Stanley, Wygant, & Sellbom, 2012).

A recenticidade do modelo reflete a relativa escassez de estudos empíricos que avaliam aspectos psicométricos da TriPM. Especificamente foram encontrados dois estudos verificando a validade de construto da medida, considerando a convergência com outras que avaliam o mesmo (Sellbom & Phillips, 2012; Stanley et al., 2012). Nesta direção, relações entre os fatores da TriPM e da PPI indicam validade convergente, sendo que as dimensões *boldness* e *fearless dominance*, *meanness* e *coldheartedness*, e *disinhibition* e *impulsivity and antisociality* apresentaram correlações positivas e significativas, apontando para uma adequação da TriPM na avaliação de

traços psicopatas (Stanley et al., 2012). Não obstante, tal medida não apresenta qualquer estudo psicométrico em contexto brasileiro, carecendo, assim, de maiores evidências empíricas, tanto que avaliem as qualidades psicométricas do instrumento, quanto verificando seus correlatos.

Tal como o exposto até o presente momento, destaca-se a relevância da adaptação e construção de medidas de autorrelato de psicopatia em contexto brasileiro, visto que, atualmente, não existem instrumentos regulamentados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) com essas características. O único instrumento destinado à avaliação da psicopatia, e regulamentado pelo conselho, é a PCL-R (Morana, 2003). Contudo, destacam-se as limitações descritas anteriormente inerentes a esta medida, algo que demanda busca por alternativas para estimação do construto.

Neste sentido, além de possibilitar a estimação de fenótipos psicopatas com mais rapidez, praticidade e demandando menos gastos, o advento de medidas de autorrelato, como a TriPM, também possibilita a verificação dos correlatos do transtorno de forma mais prática, contribuindo para um maior entendimento sobre o construto. Diante desta conjuntura e considerando os graves correlatos da psicopatia, é relevante verificar possíveis variáveis que contribuem para a predição, desenvolvimento ou mesmo inibição de manifestações mais severas do distúrbio.

Cabe ressaltar a forte influência biológica por detrás da psicopatia, não obstante, variáveis contextuais não devem ser descartadas, sendo que estas podem contribuir para o agravamento do distúrbio ou na sua inibição (Hicks et al., 2012). Considerando os genótipos ou predisposição biológica para o desenvolvimento da psicopatia, Patrick et al. (2009), citam algumas variáveis ambientais importantes para a expressão de fenótipos psicopatas. Tais autores destacam o papel da família e de outros agentes de socialização no desenvolvimento do transtorno, que podem auxiliar, entre outras coisas,

no desenvolvimento de habilidades de regulação da emoção, auxiliando a criança a gerenciar suas emoções. Destacam, ainda, a variável do apego seguro, sendo este um conceito importante que propicia a criança uma base segura para explorar o meio ambiente e uma fonte de conforto quando aflito ou com medo. A ausência de um bom suporte parental, aliado a outros fatores, pode resultar em apego inseguro ou mesmo ansiedade ou apego ambivalente, caracterizando-se por raiva excessiva e comportamento evitativo por parte da criança. Portanto, a falta do apego seguro pode ser um fator de risco para a presença de aspectos interpessoais e afetivos típicos do psicopata.

Percebe-se, portanto, a importância de variáveis ambientais, que, em indivíduos com genótipos psicopatas, podem agir potencializando as expressões comportamentais típicas da psicopatia. Neste sentido, além da verificação das propriedades psicométricas da TriPM, nesta oportunidade buscou-se verificar o papel de dois importantes construtos na expressão de fenótipos psicopatas, os cinco grandes fatores de personalidade, de forte base biológica, e os valores humanos, marcadamente um construto de base social. Especificamente, assumindo um modelo hierárquico, em que os traços de personalidade antecedem os valores (Bilsky & Schwartz, 1994), e que estes são princípios guia do comportamento (Gouveia, 2013), será testado um modelo de mediação, onde os traços de personalidade, mediado pelos valores, irão predizer a expressão dos fenótipos psicopatas.

Portanto, nos capítulos que seguem, serão abordados ambos os construtos. A seguir, ênfase será dada aos traços de personalidade, especificamente, destacando autores clássicos pautados na concepção dos traços, vertente essa que, somado a contribuições da perspectiva léxica e o advento da análise de fatores, culmina, posteriormente, com o desenvolvimento dos cinco grandes fatores da personalidade.

CAPÍTULO 2. *PERSONALIDADE*

Enquanto disciplina, o estudo da personalidade é recente, datando da década de 1930, tendo se estabelecido, sobretudo, em razão das publicações de Gordon Allport (1937), intitulada *Personality: A Psychological interpretation*, e da obra de Henry Murray (1938) *Explorations in personality*. No entanto, os estudos sobre a personalidade humana não se restringem ao século XX, sendo o interesse em verificar traços que explicam os comportamentos individuais algo que remonta a antiguidade clássica, especificamente na Grécia e Roma antiga (Dumont, 2010; McAdams, 2012).

Diversos pensadores clássicos, como Platão, Aristóteles, Descartes e Maquiável, trataram da personalidade em seus escritos. Entretanto, frequentemente é creditado ao físico grego Galeno a proposição da primeira taxonomia dos traços de personalidade, indicando os seguintes temperamentos: sanguíneo, colérico, fleumático e melancólico (Pasquali, 2000). Não obstante, tais contribuições localizam-se apenas no nível teórico.

Mesmo sem evidências empíricas, a importância dos teóricos citados anteriormente não deve ser deixada de lado, pois serviram, por vezes, de referência para teorias modernas da personalidade. Contudo, foi apenas no fim do século XIX e início do século XX que os cientistas desenvolveram métodos confiáveis para avaliar as diferenças individuais em traços (Larsen & Buss, 2002).

Vale ressaltar a diversidade teórica e metodológica que marca o campo de estudo da personalidade, passando por enfoques psicanalíticos, behavioristas e humanistas. Entretanto, cabe delimitar que, nesta ocasião, o marco teórico utilizado para o entendimento da personalidade é pautado na abordagem dos traços, no qual está inserida a teoria tida em conta nesta dissertação, a dos *Cinco Grandes Fatores da Personalidade* ou *Big Five*. Este modelo ganhou espaço nos estudos sobre a personalidade, principalmente por apresentar uma base empírica sólida, emergindo com

diferentes medidas e métodos de extração dos fatores (Espada, Rodríguez-Sutil, & Sánchez, 2000).

Logo, no presente capítulo, serão descritos alguns precursores do *Big Five*. Será abordado, ainda, as relações estabelecidas entre os cinco fatores e os transtornos de personalidade, especificamente a psicopatia. Por fim, busca-se explicar sobre as relações existentes entre os traços de personalidade e os valores humanos, este tido como mediador das relações entre os traços de personalidade e os fenótipos da psicopatia. Posto isso, a seguir será tratado do modelo dos cinco fatores e de seus precursores.

2.2.Cinco Grandes Fatores da Personalidade

Diferente de outros modelos de personalidade que se constroem a partir de observações clínicas de pacientes emocionalmente perturbados, a abordagem dos traços é construída na observação de pessoas emocionalmente saudáveis (Schultz & Schultz, 2011). Alguns modelos pautados nos traços foram desenvolvidos ao longo do século XX, com destaque para os estudos de Gordon Allport, Raymond Cattell, Hans Eysenck e com o advento dos *Cinco Grandes Fatores da Personalidade*, derivado, em grande parte, dos estudos dos três autores supracitados.

O modelo dos cinco grandes fatores, também conhecido como *Big Five*, constitui-se, atualmente, como um dos mais utilizados para o entendimento da estrutura da personalidade. Este modelo surge a partir do desenvolvimento da perspectiva léxica, a mais poderosa evidência em suporte a esta teoria, e da análise fatorial, um conjunto de técnicas estatísticas que surge no início do século XX (Goldberg, 1993; Pasquali, 2012; Saucier & Goldberg, 1996). A perspectiva léxica refere-se à utilização do dicionário para a extração de palavras que possam descrever a personalidade, procedimento que os

pesquisadores começaram a ter em conta ainda no século XIX. A análise fatorial, por sua vez, possibilitou estimar as dimensões que constituem a personalidade, trazendo um novo nível de organização para a teoria da personalidade, com alguns importantes modelos fatoriais, como os 16 fatores da personalidade de Cattell e os três destacados por Eysenck, além do modelo *Big Five* (Just, 2011).

Logo, percebe-se a contribuição de duas perspectivas para o avanço de modelos baseados em traços, perpassando proeminentes estudos no âmbito da personalidade, como aqueles desenvolvidos por Cattell e Eysenck, desembocando no atual modelo dos *Cinco Fatores da Personalidade*. Nesta direção, na presente seção serão destacados alguns dos principais autores que contribuíram para a emergência dos cinco fatores da personalidade.

2.2.1. Precursores da perspectiva léxica

É difícil encontrar um conjunto de variáveis que possam representar adequadamente o universo de descritores necessários para a elaboração de uma taxonomia das dimensões básicas da personalidade. Tal dificuldade estimulou estudos pautados no paradigma léxico, que oferece amostras consideráveis de características da personalidade (Ashton & Lee, 2001; Smederevac, Mitrović, & Čolović, 2007).

McCrae e Costa (1997) pontuam que em todas as sociedades existem palavras que descrevem diferenças individuais na personalidade, partindo da premissa que este construto é central nas relações interpessoais, todos os importantes traços terão sido codificados em linguagem natural. Deste modo, um número considerável de pesquisas vem buscando elaborar uma taxonomia dos descritores da personalidade, tais como estudos feitos no Brasil (Pinho, 2005), Alemanha (Angleitner, Ostendorf, & John, 1990), Sérvia (Smederevac et al., 2007), dentre outros. Não obstante, apesar de serem recentes, não são de hoje os estudos desta natureza, iniciando com os trabalhos de Sir Francis Galton (Goldberg, 1990).

Inicialmente, Galton estudou as bases biológicas dos traços de personalidade, sendo o pioneiro no estudo sistemático das causas hereditárias da variação na personalidade humana, refletindo seu interesse nas diferenças individuais (Dumont, 2010; Guillian, 2001; Plomin & Rende, 1991). Entretanto, as contribuições deste autor ao campo da personalidade não se limitam a tal questão, de modo que Galton ofereceu uma base para o início dos estudos pautados na busca por termos que descrevem a personalidade (Goldberg, 1993).

Deste modo, percebe-se o pioneirismo de Francis Galton no reconhecimento da importância de uma perspectiva léxica da personalidade. Esta parte da premissa de que os fenômenos naturais e sociais poderiam ser codificados, em todas as culturas, por meio da linguagem. Neste sentido, Galton hipotetizou que os traços fundamentais da personalidade humana apresentam definições em todas as culturas, sendo representada pela linguagem natural de todos os grupos (Dumont, 2010).

Sendo um dos primeiros cientistas a consultar o dicionário como meio de estimar o número de termos descritores da personalidade, Galton encontrou cerca de 1.000 deles. Entretanto, este trabalho inicial foi relativamente assistemático, tendo pouco impacto sobre o campo, muito em virtude da falta de técnicas estatísticas avançadas, o que pode ter impedido Galton na elaboração de um modelo taxonômico, o que foi resolvido com advento da análise fatorial, permitindo aos pesquisadores verificar o número de dimensões da personalidade (Angleitner, 1991; Goldberg, 1995; John, Angleitner, & Ostendorf, 1988).

Não obstante, os estudos iniciais de Galton influenciaram pesquisas nas décadas seguintes do século XX, como as de Klages (1926), Baumgarten (1933) e Allport e Odbert (1936). Seguindo esta direção, percebe-se que a linguagem foi ganhando

gradativa importância como uma fonte de atributos para uma taxonomia científica (John & Srivastava, 1999).

Na Alemanha, Klages (1926) sugeriu que por meio da análise da linguagem fosse possível aumentar a compreensão acerca da personalidade, entretanto, para examinar esta especulação, Baumgarten (1933) realizou um estudo sistemático com o propósito de verificar os termos descritores da personalidade no vocabulário alemão (Hutz et al., 1998). Selecionando apenas os termos mais frequentes, de acordo com seu próprio julgamento, Baumgarten juntou um total de 941 adjetivos e 688 substantivos que descrevem traços de personalidade, bem abaixo dos 4.000 sugeridos por Klages (John et al., 1988).

Mesmo tendo pouco efeito na psicologia alemã, o estudo de Baumgarten (1933) exerceu forte influência sobre Gordon Allport que em parceria com Henry Odbert realizaram um estudo lexical dos termos descritores da personalidade na língua inglesa, sendo uma das bases para o desenvolvimento posterior do *Big Five*.

2.2.2. Gordon Allport

Após descrever e classificar mais de 50 definições sobre personalidade, Allport desenvolve a sua própria concepção, entendendo-a como “uma organização dinâmica, dentro do indivíduo, de sistemas psicofísicos que determinam seu ajustamento ao ambiente” (1961, p. 28). Logo, percebe-se que este autor enfatiza a singularidade da personalidade, isto é, cada indivíduo é diferente do outro, sendo a personalidade reflexo de fatores hereditários e ambientais (Schultz & Schultz, 2011).

Buscando a unidade essencial da personalidade, Allport dá um papel central ao conceito de traço, entendendo-os como estruturas neuropsíquicas que modulam a compreensão individual de estímulos e a escolha de comportamentos adaptativos. Estes não são independentes um do outro, existindo, frequentemente, em aglomerados (Cloninger, 2009; Corr & Matthews, 2009). Baseado nesta concepção, os traços podem

ser definidos, resumidamente, como: a) sendo reais e não construtos teóricos; b) causadores ou determinantes dos comportamentos; c) empiricamente observáveis; d) interrelacionados, apesar de distintos; e, e) situacionais (Schultz & Schultz, 2011).

Inicialmente, Allport propôs dois tipos de traços: os individuais e os comuns. Os primeiros são próprios de um indivíduo, definindo seu caráter, ao passo que os comuns são compartilhados por diversas pessoas, tais como membros de uma mesma cultura. Posteriormente os renomeou, evitando possíveis confusões, de modo que ambos os fenômenos possuíam a mesma denominação (Engler, 1991). Desta forma, os traços comuns foram renomeados para traços e os traços individuais passaram a ser identificados como disposição pessoal.

Quanto à classificação dos traços, podem ser cardinais, sendo penetrantes e influentes afetando quase todos os aspectos da vida; centrais, alguns temas que melhor descrevem os comportamentos individuais; e os traços secundários, menos influentes e fracos, por vezes passam despercebidos (Schultz & Schultz, 2002). Considerando a importância dos traços, Allport pensa que a melhor forma de identificá-los seria a partir de termos lingüísticos, algo que reflete em seu estudo léxico (Deary, 2009).

Allport pensava que cerca de 4.000 palavras poderiam descrever a personalidade humana, esperando catalogá-las. Logo, em parceria com Henry Odbert, realizaram um dos projetos mais ambiciosos em psicologia, propondo a criação de uma taxonomia abrangente das características humanas (Dumont, 2010). Para tanto, consideraram o *Webster's New International Dictionary* (1925), reunindo 17.953 termos que descrevem a personalidade, cujo critério de inclusão das palavras seria a capacidade do termo em distinguir o comportamento dos seres humanos (Allport & Odbert, 1936).

Tais autores organizaram os termos em quatro categorias: traços estáveis de personalidade, estados temporários, termos avaliativos, e, por fim, palavras ambíguas e

metafóricas. Apenas o primeiro grupo seria de interesse dos psicólogos, considerados como os reais traços de personalidade, reunindo 4.504 termos, constituindo aproximadamente 1% de todas as palavras do dicionário (Boyle & Helmes, 2009; Smederevac et al., 2007).

Entretanto, a taxonomia léxica de Allport e Odbert (1936) sofre algumas críticas por não ter sido testada empiricamente (Waller, 1999). Mesmo com tal limitação, é inegável o impacto desse estudo nas publicações subsequentes, sendo um importante marco para o desenvolvimento dos *Cinco Grandes Fatores da Personalidade*, e servindo de ponto de partida para o modelo multidimensional de Cattell (Digman, 1990; John & Srivastava, 1999).

2.2.3. *Raymond Cattell*

Com o avanço das técnicas de análise de dados, tornou-se possível verificar estruturas latentes, deste modo, surge uma das mais conhecidas teorias, formulada por Raymond Cattell, pautada na análise fatorial. Tal análise permite que se identifiquem estruturas subjacentes às variáveis observadas, deste modo, Cattell foi um dos mais influentes cientistas a aplicar procedimentos empíricos visando à construção de uma taxonomia da personalidade (Goldberg, 1990; Hall, Lindzey, & Campbell, 2000).

Para Cattell (1950), a personalidade é o construto que permite a previsão do que uma pessoa fará em determinada situação, logo, este autor objetivava prever o que uma pessoa faria ou como iria se comportar em resposta a uma dada situação de estímulo. Não obstante, somente a partir do conhecimento de algumas dimensões ou traços é possível prever um comportamento (Schultz & Schultz, 2011).

Deste modo, a exemplo de Allport, o conceito de traço também é central nas pesquisas de Cattell. Para este autor, traço é entendido como uma estrutura mental básica da personalidade, uma inferência feita a partir do comportamento observado para explicar a regularidade ou consistência nesse comportamento. De maneira mais sucinta,

os traços são atributos ou qualidades que foram abstraídos do comportamento (Wiggins, Renner, Clore, & Rose, 1971). Segundo Cattell, os traços podem ser divididos em superficiais e fundamentais, os primeiros referem-se à representação de agrupamentos de variáveis manifestas que parecem ocorrer juntas, ao passo que o segundo tipo representa variáveis subjacentes que entram na determinação de múltiplas manifestações de superfície (Hall et al., 2000).

Para chegar aos traços fundamentais, Cattell se utiliza de dados oriundos de grandes amostras, coletados de diversas maneiras (Engler, 1991; Pervin, 1978). Portanto, a teoria da personalidade de Cattell surge a partir de uma abordagem rigorosamente científica, sendo comum que um mesmo sujeito fosse submetido a mais de 50 tipos de mensuração e, para realizá-las, Cattell se utilizava de três técnicas básicas que ele denominou como *dados L* (registros de vida), *dados Q* (dados de questionários) e *dados T* (testes; Schultz & Schultz, 2011).

Os *dados L* envolviam a classificação, por parte do pesquisador, de comportamentos específicos do dia-a-dia, como, por exemplo, faltas ao trabalho e notas escolares. Tais dados possuem a vantagem de serem manifestos em ambiente natural. Os *dados Q*, por sua vez, se baseiam em questionários, onde os próprios testandos se classificam. Contudo, Cattell alerta para as limitações deste procedimento, pois as pessoas poderiam falsear suas respostas para esconder traços indesejados, ou mesmo terem autoconsciência superficial, algo que os impede de informarem com precisão seus traços de personalidade. Por fim, os *dados T* envolvem o uso de testes objetivos, onde as pessoas respondem sem saber que aspecto está sendo avaliado (Hall et al., 2000; Schultz & Schultz, 2011).

Tendo em conta os dados *L*, *Q* e *T*, Cattell pensa ser possível verificar as estruturas da personalidade. Nesta direção, visando alcançar mais informações sobre os

dados *L*, se iniciou a procura para obter informações sobre todos os aspectos do comportamento humano que fossem de interesse do homem (Pervin, 1978). Sendo a estratégia básica para tal busca verificar palavras que descrevem a personalidade.

Baseado nos 4.500 termos que englobam o grupo de traços estáveis de personalidade do estudo de Allport e Odbert (1936), Cattell iniciou suas pesquisas sobre a temática, reduzindo o número a 171, agrupando sinônimos e excluindo termos raros e metafóricos. Intercorrelacionando as palavras restantes e por meio de procedimentos empíricos, chega ao número de 35 traços, acrescentando outras palavras baseado na literatura chegando ao número de 46, os denominando de traços superficiais (Hall et al., 2000).

Os traços superficiais são facilmente identificados nos comportamentos das pessoas, não obstante, posteriormente, Cattell submeteu estes dados a uma análise fatorial, identificando a presença de 15 componentes. Tendo em conta tais fatores, Cattell elaborou perguntas destinadas a avaliar a personalidade, considerando a resposta dos sujeitos a esse conjunto de itens, a partir de uma análise fatorial com rotação oblíqua, identificou 12 fatores da personalidade que eventualmente formou parte dos 16 fatores. Esses 16 traços são mensurados pelo teste de personalidade mais conhecido de Cattell, o *Sixteen Personality Factor Test* (16 PF; Hall et al., 2000).

Tais variáveis usadas por Cattell foram replicadas em diversos estudos. Em uma destas replicações Donald Fiske (1949), utilizando 22 das variáveis desenvolvidas por Cattell, encontrou cinco fatores. Em outra replicação, desta vez levada a cabo por Tupes e Christal (1958), que utilizaram 30 dos itens de Cattell, também chegou a uma estrutura pentafatorial (Digman, 1990; Goldberg, 1993). Uma possível explicação para diferença de fatores extraídos no estudo original e nas replicações pode ser atribuído ao método de

rotação empregado, sendo que no estudo inicial realizou-se uma rotação oblíqua, ao passo que nas replicações, utilizou-se um método ortogonal (Norman, 1963).

A estrutura pentafatorial foi replicada por Norman (1963), que criou um conjunto de 20 escalas selecionando os quatro melhores itens de cada, baseado no estudo de Tupes e Christal (1958). Inicialmente, os nomeou da seguinte maneira: extroversão, socialização, conscienciosidade, neuroticismo e cultura, posteriormente renomeada como abertura à mudança. Tal modelo recebeu a denominação de *Norman's Five* (Goldberg, 1990, 1995).

Críticas ao estudo de Norman (1963) o levaram a refazer os passos de Allport e Odbert (1936), examinando a terceira versão do dicionário analisado por eles. Norman (1967) extraiu 2.797 traços estáveis, posteriormente reduzidos para 1.600. Considerando a polaridade das escalas, dividiu esses termos em dez classes amplas. Em seguida, reduziu para 75 palavras, dividindo os termos em cada uma das dez classes. Portanto, percebe-se que Norman utilizou, em essência, os cinco grandes fatores (Hall et al., 2000).

Apesar de Norman (1967) ter feito os passos de Allport e Odbert (1936), percebe-se que a estrutura de cinco fatores já havia sido observada tendo em conta as 35 variáveis selecionadas por Raymond Cattell, deste modo, evidencia-se o papel central deste autor no desenvolvimento dos *Big Five*, mesmo que este criticasse tal modelo, permanecendo com seus 16 fatores (Hall et al., 2000; Goldberg, 1995).

2.2.4. Hans Eysenck

Eysenck constitui-se como outro precursor do *Big Five*, de modo que algumas de suas escalas foram incorporadas a tal modelo, especificamente a dimensão *extroversão* x *introversão* e *neuroticismo* x *estabilidade emocional* (Digman, 1990; McCrae, 1989). Entretanto, este se posiciona desfavoravelmente ao modelo dos cinco grandes, pontuando que algumas dimensões são redutíveis aos três fatores por ele elaborados,

propõe ainda críticas outras, relativas à metodologia empregada (Eysenck, 1997; Goldberg, 1990).

Adepto da área dos traços de personalidade, Eysenck utiliza em seus estudos, além da análise de fatores, métodos experimentais, apontando críticas ao trabalho de Cattell, considerando-o de técnica subjetiva e de difícil replicação. Deste modo, propõe um modelo mais parcimonioso, contrariando os 16 fatores propostos por Cattell, constituindo-se como um dos modelos mais heurísticos, parcimoniosos e consistentes dos últimos 60 anos (Schultz & Schultz, 2011; Ventura, 2009).

Para Eysenck, a personalidade é uma organização estável e duradoura do caráter, temperamento, intelecto e físico de uma pessoa, algo que determina sua adaptação ao ambiente (Eysenck & Eysenck, 1987). Este autor pensa nos traços de personalidade como determinados hereditariamente, não obstante, este não desconsidera as influências ambientais e situacionais, no entanto, atribuindo-lhes efeito limitado sobre a personalidade (Schultz & Schultz, 2002). Logo, Eysenck focaliza as dimensões biológicas da personalidade, entendendo que o funcionamento do sistema nervoso central predispõe a resposta dos sujeitos aos estímulos do ambiente (Hall et al., 2000).

A teoria da personalidade de Eysenck aponta o comportamento como reflexo de três traços ou dimensões subjacentes de origem biológica, nomeados como E (extroversão *versus* introversão), N (neuroticismo *versus* estabilidade emocional) e P (psicoticismo *versus* controle de impulso; Eysenck, 1986, 1997). Os três fatores se subdividem em traços específicos da personalidade, e estes, por sua vez, em hábitos constituídos por reações ou conjuntos de respostas específicas, formando, assim, um modelo estruturado hierarquicamente (Ventura, 2009).

De início, Eysenck propôs a existência de dois fatores principais da personalidade, conhecidos como *Big Two*, o neuroticismo e a extroversão. O primeiro

diz respeito à tendência em experienciar emoções negativas, deste modo, os sujeitos que pontuam alto neste fator tendem a apresentar maior índice de ansiedade e depressão, apresentando, comumente, baixa autoestima e tendendo a possuir sentimentos de culpa, contrastando com o polo oposto da escala, relativa à estabilidade emocional. Para Eysenck, o neuroticismo apresenta forte carga genética, manifestando-se em características biológicas e comportamentais, portanto, as pessoas são geneticamente predispostas ao neuroticismo ou à estabilidade emocional. Já a segunda dimensão caracteriza as pessoas abertas ao mundo exterior e mais sociáveis, por outro lado, o polo oposto destas características encontra-se em pessoas introvertidas (Schultz & Schultz, 2011).

Posteriormente, foi proposta a inclusão do fator psicoticismo (Choragwicka, 2010; Dumont, 2010). Esta dimensão recebe tal denominação por sua possível relação com a esquizofrenia e a psicopatia. Neste sentido, sujeitos com altas pontuações em tal fator estão propensos à prática de comportamento antissocial, tendendo a comportar-se de maneira agressiva e impulsiva (Eysenck, 1987). São pessoas consideradas frias, egocêntricas, cruéis e insensíveis com relação às necessidades e aos sentimentos dos outros, sendo que tal dimensão tende a um forte componente genético, porém, em menor grau comparado aos outros dois, algo que aponta para influências ambientais no desenvolvimento de um quadro psicopático (Schultz & Schultz, 2011).

Destaca-se que tal modelo trifatorial foi verificado em diversas culturas, apontando assim para evidências acerca da hereditariedade na formação da personalidade, vide o enfoque genético nos estudos de Eysenck (Schultz & Schultz, 2002). No entanto, foi o *Big Two* proposto por Eysenck que semeou a base para Goldberg (1981) nomear os cinco grandes fatores da personalidade como *Big Five* (McCrae & John, 1992).

Pautado nos avanços advindos das teorias dos traços e na falta de consenso acerca do número de fatores a serem extraídos, se os 16 de Raymond Cattell ou os três de Hans Eysenck, foi proposto o modelo dos *Cinco Grandes Fatores da Personalidade*, que tem se tornado muito popular atualmente, trazendo clareza ao campo de estudos da personalidade (Araújo, 2013; McCrae, 2011; Stankov, Boyle, & Cattell, 2006).

2.2.5. Teoria dos Cinco Fatores da Personalidade

Na psicologia contemporânea o modelo dos cinco fatores da personalidade é um dos temas que têm gerado mais pesquisa e interesse teórico, revigorando os estudos acerca deste construto, difundido amplamente para descrição da estrutura da personalidade dentro da teoria dos traços. Tais dimensões vêm sendo encontradas consistentemente, mesmo se considerando amostras distintas e a seleção de outros adjetivos descritores da personalidade (McCrae, 2011; Paunonen & Jackson, 2000; Silva & Nakano, 2011).

No entanto, mesmo com o interesse recente acerca do modelo, já na década de 1930, William McDougall propôs a explicação da personalidade baseada em cinco componentes: *disposition*, *temperament*, *temper*, *intellect*, e *character* (Althoff, 2010). Este estudo levou Thurstone (1934) a verificar empiricamente a adequação do modelo, para tanto, usou 60 adjetivos comuns, identificando os cinco fatores. Não obstante, Thurstone não seguiu adiante com seus estudos sobre a temática, algo que pode tê-lo impedido de ser reconhecido como pai do modelo (Hall et al., 2000; Nunes, 2005).

Posteriormente, diversos autores (e.g., Fiske, 1949; Norman, 1963; Tupes & Christal, 1961) encontraram empiricamente uma estrutura pentafatorial, sendo nomeada por Tupes e Christal (1961) como: extroversão ou *surgeny*, cordialidade, confiabilidade, estabilidade emocional e cultura (McCrae & John, 1992). Pouco tempo depois Norman (1967) modificou o nome dos fatores para extroversão, estabilidade emocional, agradabilidade, conscienciosidade e cultura, referindo-se a tais dimensões

como *Norman's Big Five* (Barrick & Mount, 1991). Deste modo, percebe-se que o modelo dos cinco grandes fatores emerge a partir de estudos empíricos, seguindo uma abordagem indutiva (Diniz, 2009).

Destaca-se que tal modelo permaneceu escondido nas décadas de 1960 e 1970, entretanto, a partir dos anos de 1980, com estudos transculturais, reanálises de conjuntos de dados e estudos de Goldberg, houve um revigoramento no interesse sobre a perspectiva léxica, o que reintroduziu o modelo dos cinco fatores nos estudos sobre a personalidade (McCrae & John, 1992).

McCrae e John (1992) pensam o modelo como uma organização hierárquica dos traços de personalidade. Estes estão dispostos em cinco dimensões que fornecem uma estrutura em que a maioria dos traços pode ser classificada (McCrae, 2010). No Brasil, tais fatores vêm sendo chamados de extroversão, neuroticismo, amabilidade, conscienciosidade e abertura à mudança, não obstante, algumas variações são encontradas em relação a tais denominações (Silva & Nakano, 2011). Cada um dos cinco fatores é nomeado a partir de um traço geral que englobam as características e semântica compartilhada pelos traços que formam o fator (Lima, 1997). A seguir, serão descritos os cinco grandes fatores da personalidade.

Fator I: Extroversão (*Extraversion* ou *Surgency*) – Diz respeito ao fator I da escala de Eysenck (1970). Relaciona-se aos modos como as pessoas interagem com os demais, os que pontuam alto nessa escala tendem a ser sociáveis, falantes, otimistas, expansivos, comunicativos, comportando-se, costumeiramente, com liberdade e desenvoltura. Não obstante, sujeitos com pontuações baixas no fator tendem a ser tímidos, quietos, centrados, voltados para si mesmo e sóbrios (Gomes & Golino, 2012; Nunes & Hutz, 2006; Schultz & Schultz, 2002).

Fator II: Amabilidade (*Agreeableness*) – Tal dimensão também é conhecida como socialização, e considera a qualidade das relações interpessoais dos indivíduos. Avalia uma dimensão interpessoal, apontando o nível de empatia dos sujeitos e o quão prestativos são com os demais (Nunes & Hutz, 2007). Reflete uma tendência para a estabilidade social, neste sentido, pessoas com escores altos nesta dimensão tendem a ter um padrão comportamental pró-social, já as pessoas com pontuações baixas tendem a comportar-se de maneira antagônica, caracterizadas como hostis, invejosas e egoístas (DeYoung & Gray, 2009; Hutz et al., 1998).

Fator III: Conscienciosidade (*Conscientiousness*) – Também conhecida como escrupulosidade ou realização, refere-se à estabilidade motivacional dentro do indivíduo, logo, pessoas que pontuam alto nesta dimensão tendem a apresentar características como responsabilidade, organização, persistência, controle e motivação, ao passo que o outro extremo da escala tem em conta características como negligência, irresponsabilidade, descuido e preguiça (DeYoung & Gray, 2009; Hutz et al., 1998; Nunes & Hutz, 2007).

Fator IV: Neuroticismo (*Neuroticism x Emotional Stability*): Equivale ao segundo fator na escala de Eysenck. Refere-se à instabilidade e ajustamento emocional, refletindo a sensibilidade a ameaças e emoções negativas. Pessoas preocupadas, inseguras, nervosas e muito tensas descrevem os que têm alto neuroticismo. No polo oposto da escala estão aqueles mais independentes, despreocupados e mais ajustados emocionalmente (DeYoung & Gray, 2009; Schultz & Schultz, 2002; Nunes, 2005).

Fator V: Abertura à mudança (*Openness*) – Também conhecida como intelecto é, talvez, uma das dimensões menos estudadas (DeYoung & Gray, 2009). Esta se refere à própria percepção acerca de suas capacidades, sendo que, sujeitos com escores significativos neste fator apresentam algumas características como flexibilidade de

pensamento, abertura a novas experiências, criatividade, curiosidade e interesses culturais, entretanto, o polo oposto da escala reflete pessoas mais conservadoras e convencionais (Benet-Martinez & John, 1998; Hutz et al., 1998; Schultz & Schultz, 2002).

Neste sentido, os fatores supracitados formam a estrutura do modelo *Big Five*, constituindo-se como um avanço conceitual e empírico, descrevendo dimensões humanas básicas de forma consistente e replicável, sendo uma proposta parcimoniosa, cumprindo uma função integradora (Hutz et al., 1998; Saucier & Ostendorf, 1999). Dados de diferentes orientações de psicologia e de instrumentos distintos têm demonstrado evidências sobre a presença dos cinco grandes fatores de personalidade (Gomes & Golino, 2012; Schultz & Schultz, 2011). Ademais, o *Big Five* apresenta uma possibilidade de descrição da personalidade de forma simples, elegante e econômica, acumulando evidências de adequação, universalidade e aplicabilidade em contextos diversos (Hutz et al., 1998; Nunes, 2005). Logo, argumentos não faltam para a utilização deste modelo teórico na presente dissertação.

Destaca-se que a perspectiva dos traços de personalidade é avaliada tendo em conta os dados de amostras não patológicas, o que se opõe as amostras clínicas de outras abordagens, a exemplo da psicanalítica, que se baseia na análise de pacientes com distúrbios emocionais. Tal aspecto indica que o *Big Five* considera os transtornos de personalidade desde uma perspectiva dimensional, contrariando outras concepções estritamente categóricas (Schultz & Schultz, 2002).

Nesta direção, considerando a polaridade das escalas que compõem o *Big Five*, estudos têm sido levados a cabo analisando os correlatos dos traços com os transtornos de personalidade listados no DSM – IV (Austin & Deary, 2000; Saulsman & Page, 2004), indicando, portanto, a pertinência de se utilizar o modelo dos cinco fatores no

entendimento da personalidade anormal. Deste modo, na seção a seguir, são descritos alguns estudos que apontam a dimensionalidade dos cinco fatores, sendo adequados para o entendimento de uma personalidade normal e anormal.

2.3. Personalidade normal e anormal

Considerando que os cinco grandes fatores representam adequadamente uma personalidade normal, pesquisas têm sido levadas a cabo buscando verificar se estes descrevem uma personalidade anormal ou se esta é compreendida em um universo próprio, separado dos traços normais (Austin & Deary, 2000). A este respeito, psicopatologia e personalidade normal tradicionalmente são conceituadas em áreas distintas. Contudo, recentemente, observam-se estudos sobre a natureza hierárquica dos traços de personalidade, o que vem possibilitando uma maior integração destes domínios (Blais, 2010). Concretamente, algumas pesquisas demonstram que a personalidade normal e anormal podem ser subjacentes a um mesmo traço latente (Samuel et al., 2010; Walton et al., 2008).

Logo, atualmente, se aceita amplamente a adequação do modelo dos cinco fatores como representantes da estrutura normal e anormal dos traços de personalidade, oferecendo uma descrição precisa e abrangente (Widiger, 2005; Widiger & Mullins-Sweat, 2010). Sendo assim, a personalidade anormal representa um contínuo em comum com a personalidade normal, onde a relação entre ambas apontam para uma estrutura basicamente igual. Deste modo, os transtornos de personalidade podem ser entendidos como variantes não adaptativas dos traços de personalidade (Distel et al., 2009; Duijsens & Diekstra, 1996; Haigler & Widiger, 2001; Widiger & Mullins-Sweat, 2010). Ademais, a personalidade anormal pode ser definida como um padrão persistente de comportamentos mal adaptativos que afetam o funcionamento pessoal e social em

contextos diversos, tendo início na adolescência ou começo da idade adulta, sendo estável ao longo do tempo (Deary, 2009; Markon, Krueger, & Watson, 2005).

Por considerar uma polaridade para cada uma das cinco escalas, o que aponta para avaliação de comportamentos desajustados, o *Big Five* mostra-se como um modelo plausível para o entendimento da personalidade patológica (Reynolds & Clark, 2001; Schultz & Schultz, 2002). Deste modo, o *Big Five* inclui desordens mentais que fazem parte do eixo II do DSM-IV, composto por 10 transtornos de personalidade: paranoico, esquizoide, esquizotípico, antissocial, borderline, histriônico, narcisista, esquiva, dependente e obsessivo-compulsivo (APA, 2000).

Nesta direção, observam-se correlações significativas entre os transtornos de personalidade descritos no DSM-IV e as dimensões do *Big Five* (Samuel & Widiger, 2008). Por exemplo, Austin e Deary (2000) indicam que alta pontuação na dimensão neuroticismo aponta para uma tendência na presença de personalidade paranoica, esquizotípica e borderline, já o fator amabilidade relaciona-se negativamente com transtorno obsessivo-compulsivo e personalidade antissocial. Ainda segundo os autores, o fator extroversão relaciona-se positivamente com a presença de transtorno histriônico e negativamente com personalidade esquizoide e esquizotípica, ao passo que baixos escores em conscienciosidade estão associados a uma característica passivo-agressiva e comportamento antissocial, com possíveis efeitos para personalidade dependente, histriônica e borderline. Por fim, abertura à mudança apresenta relações negativas com personalidade dependente e esquizoide.

Em outro estudo, Duijsens e Diekstra (1996), destacam que os transtornos antissociais, paranoicos, borderline, impulsivo e passivo-agressivo correlacionam-se negativamente com a amabilidade. Correlações negativas também foram verificadas entre a dimensão extroversão e personalidade esquizoide, esquizotípica e esquiva, não

obstante, este fator correlaciona-se positivamente com personalidade histriônica e narcisismo. Neuroticismo, por sua vez, correlaciona-se positivamente com personalidade esquiva, paranoica, esquizoide, impulsivo, borderline, dependente, obsessivo-compulsivo, passivo-agressivo e autodestrutivo. Os distúrbios de personalidade antissocial, impulsivo e passivo-agressivo associaram-se positivamente com a dimensão conscienciosidade. O único fator que não apresentou relações significativas com desordens de personalidade foi abertura à mudança.

Saulsman e Page (2004) foram outros pesquisadores que levaram a cabo estudo visando verificar as relações entre os fatores do *Big Five* com transtornos de personalidade listados no DSM-IV. Estes autores realizaram uma metanálise, considerando 12 estudos com 15 amostras independentes. Os dados encontrados indicam que os transtornos histriônico e narcisista associam-se positivamente com extroversão, o segundo apresenta, ainda, relações negativas com amabilidade. Os transtornos esquizoide e esquizotípico caracterizam-se por relacionar-se negativamente com extroversão, sendo que o transtorno de personalidade esquizotípica apresentou relações positivas com neuroticismo e negativas com amabilidade.

Ademais, os transtornos de personalidade paranoico e borderline associam-se positivamente com neuroticismo e negativamente com amabilidade. Personalidade antissocial apresentou baixa relação positiva com neuroticismo e relação negativa com amabilidade e conscienciosidade. Esquiva e dependente associaram-se positivamente com neuroticismo, esquiva também se relacionou, mas negativamente, com extroversão. Por fim, transtorno obsessivo-compulsivo apresentou relações positivas com o fator conscienciosidade. Neste estudo, os autores não encontraram evidências de relações entre o fator abertura à mudança e qualquer um dos transtornos de personalidade listados no DSM-IV.

Em metanálise reunindo 16 estudos empíricos, com 18 amostras independentes, Samuel e Widiger (2008) encontraram resultados similares aos de outros estudos, como os de Austin e Deary (2000) e Saulsman e Page (2004). Sendo que dos cinco grandes, o fator que mais se relacionou com os transtornos de personalidade foi o neuroticismo. Considerando tal metanálise, a dimensão neuroticismo relaciona-se mais fortemente com os transtornos borderline, esquiva, dependente e paranoico. Ao passo que o fator extroversão está relacionado negativamente com esquiva, esquizoide, esquizotípico e paranoico e positivamente com transtorno histriônico. Amabilidade, por sua vez, relacionou-se negativamente com transtorno de personalidade antissocial, narcisista, paranoico e borderline. Conscienciosidade relacionou-se negativamente com personalidade antissocial, borderline e dependente, e positivamente com transtorno obsessivo-compulsivo. Por fim, abertura à mudança não apresentou relações significativas com transtornos de personalidade.

Observa-se que, de acordo com dois estudos de metanálise, não houveram evidências que indicam relações entre abertura à mudança e transtornos de personalidade, algo que aponta para pouca utilidade desta dimensão para o entendimento dos transtornos de personalidade (Samuel & Widiger, 2008). Portanto, uma solução de quatro fatores seriam os melhores representantes das variantes desajustadas dos traços de personalidade, formando assim uma estrutura denominada *Big Four* (Watson, Clark, & Chmielewski, 2008). Ilustrando as relações entre o *Big Five* e os transtornos de personalidade, a seguir é apresentada uma tabela que sumariza tais relações, adaptada do estudo de Austin e Deary (2000).

Tabela 3. Relações entre os Big Five e os dez transtornos de personalidade listados no DSM-IV (Adaptado de Austin & Deary, 2000, p.981).

	N	E	AM	A	C
Esquiva	++	--			
Dependente	++	-	-		-
Obsessivo-Compulsivo	+	-		--	
Passivo-agressivo	++			--	--
Autoderrotado	++			-	
Paranoico	++			--	
Esquizotípico	++	--		--	
Esquizoide	+	--	-		
Histriônico		++			-
Narcisista				-	
Borderline	++			--	-
Antissocial	+			--	--

Nota: Adaptado de Austin e Deary (2000). ++, -- indicam correlações fortes; +, - indicam correlações fracas. Identificação das variáveis: N = Neuroticismo; E = Extroversão; AM = Abertura à mudança; A = Amabilidade; C = Conscienciosidade.

É importante destacar que tais estudos tiveram em conta as relações com os transtornos listados no DSM – IV, entretanto, tal como apontado no *Capítulo 1*, neste manual psiquiátrico, a psicopatia é diagnosticada enquanto transtorno de personalidade antissocial, enfatizando aspectos mais relativos ao envolvimento em comportamentos delitivos. Portanto, é importante analisar, especificamente, as relações estabelecidas entre os cinco grandes fatores e os traços psicopatas desde uma vertente mais voltada para componentes de ordem interpessoal e afetiva.

Com esta finalidade Ross, Lutz e Bailey (2004) relacionaram as pontuações nos fatores da LSRP com os cinco fatores do *NEO Personality Inventory Revised* (NEO-PI-R; Costa & McCrae, 1992). Tais autores verificaram, por meio de análises de regressão

múltipla, que a psicopatia primária é melhor predita pelos fatores extroversão (positivamente), abertura à mudança (negativamente), amabilidade (negativamente) e conscienciosidade (negativamente). Por outro lado, neuroticismo (positivamente), amabilidade (negativamente) e conscienciosidade (negativamente) predizem a dimensão psicopatia secundária. Portanto, esta pesquisa aponta para uma adequação do NEO-PI-R para o entendimento dos dois fatores da escala LSRP, explicando 50% da variância para a psicopatia secundária e cerca de 60% para a psicopatia primária.

Em outro estudo, considerando uma amostra de adolescentes, Salekin, Debus e Barker (2010) verificaram que a pontuação total da escala *Youth Psychopathic Traits Inventory* (YPI) se correlacionou negativamente com amabilidade, conscienciosidade, extroversão e abertura. Analisaram, ainda, as correlações específicas que os fatores da YPI estabelecem com o *Big Five*. O fator amabilidade se correlacionou negativamente com os três fatores da YPI, denominados como *Grandiose/Manipulative*, *Callous/Unemotional* e *Impulsive/Irresponsible*. E conscienciosidade se relacionou negativamente com este último. Considerando os fatores do *triarchic model of psychopathy* e os *Big Five*, Stanley et al. (2012) encontraram relações entre o componente *boldness* e os fatores extroversão (positiva) e neuroticismo (negativa), *disinhibition* relacionando positivamente com neuroticismo e negativamente com amabilidade e conscienciosidade, e *meanness* se relacionando negativamente com esses dois últimos.

Poy, Segarra, Esteller, López e Moltó (2013) também buscaram verificar em que medida os cinco grandes fatores da personalidade se relacionam com os três fenótipos do *triarchic model of psychopathy*, encontrando relações negativas entre *meanness* e amabilidade e conscienciosidade, *boldness* se correlacionando negativamente com neuroticismo e positivamente com extroversão e abertura, e *disinhibition* se

relacionando positivamente com neuroticismo e negativamente com amabilidade e conscienciosidade.

Outros esforços foram levados a cabo mostrando a pertinência de se entender a psicopatia via *Big Five*, como, por exemplo, o estudo de Widiger e Lynam (1998) que adaptaram os itens da PCL-R à linguagem dos cinco grandes fatores e o estudo de Miller, Lynam, Widiger e Leukefeld (2001) que reuniram juízes especialistas que adequaram os cinco grandes fatores para descrição da psicopatia. Para facilitar a compreensão e ilustrar as relações estabelecidas entre traços de personalidade e psicopatia, Derfinko e Lynam (2013) sintetizaram os achados dos dois estudos anteriores e englobaram os dados reportados em metá-análise realizada por Decuyper et al. (2009) trazendo um panorama geral de como os construtos estão relacionados, tal como a Tabela 4, adaptada do estudo de Derfinko e Lynam (2013), aponta.

Tabela 4. Relações entre psicopatia e traços de personalidade (Adaptado de Derfinko & Lynam, 2013, p. 107).

NEO-PI-R	PCL-R adaptada ao <i>Big Five</i>	Análise de juízes	Meta-análise
<i>Neuroticismo</i>			
Ansiedade		Baixa	Baixa
Hostilidade	Alta		Alta
Depressão		Baixa	
Autoconsciência	Baixa	Baixa	Baixa
Impulsividade	Alta	Alta	Alta
Vulnerabilidade ao estresse		Baixa	
<i>Extroversão</i>			
Acolhimento caloroso	Baixo	Baixo	Baixo
Gregariedade			
Assertividade		Alta	Alta
Atividade			
Busca de sensação	Alta	Alta	Alta
Emoções Positivas	Baixa		
<i>Abertura à experiência</i>			
Fantasia			
Estética			

Sentimentos		Baixo	Baixo
Ações		Alto	Alto
Ideias			
Valores			
<i>Amabilidade</i>			
Confiança		Baixa	Baixa
Retidão	Baixa	Baixa	Baixa
Altruísmo	Baixo	Baixo	Baixo
Complacência	Baixa	Baixa	Baixa
Modéstia	Baixa	Baixa	Baixa
Sensibilidade	Baixa	Baixa	Baixa
<i>Conscienciosidade</i>			
Competência		Alta	Baixa
Ordem			Baixa
Dever	Baixo	Baixo	Baixo
Esforço de realização	Baixo		Baixo
Autodisciplina	Baixa	Baixa	Baixa
Deliberação	Baixa	Baixa	Baixa

Tendo em conta as evidências apresentadas, é plausível a compreensão dos transtornos de personalidade a partir dos cinco grandes fatores. Concretamente, percebe-se que o fator neuroticismo relaciona-se mais fortemente com a psicopatologia, constituindo-se como um forte preditor de transtornos mentais, ademais, baixos escores em amabilidade e conscienciosidade tendem a aumentar a probabilidade de desenvolvimento de transtornos de personalidade (Aluja, Cuevas, García, & García, 2007; Duijsens & Diekstra, 1996; Kotov, Gamez, Schmidt, & Watson, 2010; Widiger & Costa, 2012). Na mesma direção, é perceptível as relações consistentes estabelecidas entre psicopatia e os cinco grandes fatores, especificamente, uma forte correlação negativa com a dimensão amabilidade. Portanto, evidências empíricas apontam para a relevância em se utilizar do construto personalidade para o entendimento de transtornos mentais, verificando potenciais fatores que predispõem para o desenvolvimento de determinadas psicopatologias, neste caso específico, a psicopatia.

Contudo, há de se ressaltar que os traços de personalidade não são determinantes para o surgimento de manifestações mais severas da psicopatia, cabendo destacar o

papel de construtos de base mais social que contribuem para o agravamento ou mesmo inibição do transtorno. Neste sentido, na presente ocasião, teve-se em conta o construto valores humanos. Deste modo, em contraste ao forte componente biológico dos traços de personalidade, os valores são crenças aprendidas sobre formas preferidas de atuar ou ser, que servem como princípios guia que orientam os comportamentos individuais (Oliver & Mooradian, 2003). Portanto, é algo importante verificar como estes construtos se relacionam, permitindo pensar em um modelo para a predição dos fenótipos psicopatas. Logo, a seguir, serão tratadas das relações entre os traços de personalidade e os valores humanos.

2.4. *Personalidade e Valores*

Ao se pensar nas diferenças individuais estáveis, talvez o construto personalidade seja, com frequência, o mais lembrado, ofuscando outros que podem auxiliar na compreensão de tais diferenças, como podem ser os valores humanos, que, assim como os traços de personalidade, são relativamente estáveis (Bilsky & Schwartz, 1994; Roccas, Sagiv, Schwartz, & Knafo, 2002). É importante destacar que durante algum tempo ambos os construtos passaram a ser estudados independentemente, sendo raros os intentos em conectá-los, seja em um plano teórico quanto empírico. Contudo, este panorama um tanto se modifica com o advento do modelo *Big Five*, demonstrando ser pertinente pensar em uma convergência entre valores e personalidade (Aluja & Garcia, 2004; Olver & Mooradian, 2003).

Algo que chama mais atenção e aumenta a utilidade destes dois construtos é a estabilidade temporal e contextual (Roccas et al., 2002). Nesta linha, mesmo com diferenças existentes entre valores humanos e traços de personalidade, como, por exemplo, um componente avaliativo e o caráter socialmente aprendido dos valores em

oposição à disposição inata da personalidade, é importante adotar uma perspectiva integrativa, ou seja, considerar ambos os construtos. Portanto, os valores podem ser entendidos como um componente que pode influenciar expressões comportamentais dos traços de personalidade, algo que pode contribuir para a interação de ambos na predição de comportamentos (Parks & Guay, 2009). Apesar desta capacidade preditiva, ainda são incipientes os estudos que se utilizam de valores e personalidade para o entendimento de fenômenos, sendo mais comum tratar destes separadamente.

Adotando uma perspectiva temporal, os traços de personalidade precedem os valores humanos, contudo, isso não significa uma estrita hierarquia, de modo que os construtos se influenciam mutuamente (Bilsky & Schwartz, 1994; Roccas et al., 2002). Por exemplo, uma pessoa que não possui traços acentuados de amabilidade dará, provavelmente, pouca importância a valores da subfunção interativa, e esta, por sua vez, irá prever determinados comportamentos antissociais. Logo, percebe-se o esboço de um modelo de mediação, onde os valores atuam enquanto mediadores das relações entre os traços de personalidade e as expressões comportamentais.

Trazendo esta hipótese para o presente estudo, pode-se pensar nos traços de personalidade enquanto preditores diretos das manifestações comportamentais da psicopatia, contudo, esta relação pode ser mediada pela presença de determinados valores humanos. Tal modelo é plausível, negando um reducionismo biológico e assumindo o papel importante de construtos de base social para o desenvolvimento e/ou inibição dos sintomas observáveis da psicopatia. Portanto, no capítulo teórico a seguir, será destacado o construto valores humanos, passando, em seguida, para os estudos empíricos.

CAPÍTULO 3. VALORES HUMANOS

Tal como exposto nos capítulos anteriores, diversas manifestações comportamentais indicam a presença de traços acentuados de psicopatia (e.g., incapacidade de estabelecer laços afetivos duradouros e intensa busca de sensações), tendo importância para tais manifestações variáveis ambientais, determinantes para expressão dos fenótipos psicopatas. Concretamente, o papel de variáveis contextuais vem sendo colocado em segundo plano, vide o volume de publicações que buscam os correlatos cerebrais da psicopatia. No entanto, assumindo que construtos de ordem social funcionam como gatilho para manifestações extremas da psicopatia, ou mesmo possibilitando um ajuste de tais indivíduos ao convívio em sociedade, torna-se importante tê-los em conta para a compreensão deste transtorno de personalidade (Davoglio et al., 2012).

Waldman e Rhee (2006) listam algumas variáveis de natureza social que representam fatores de risco para o desenvolvimento de comportamentos antissociais e psicopatia, como, por exemplo, variáveis parentais (e.g., controle parental, baixo afeto, disciplina severa, supervisão e monitoramento negligente), variáveis de base familiar (e.g., pobreza, tamanho e ruptura familiar), influência dos pares (e.g., agressão e comportamento antissocial, uso ou abuso de substâncias, desempenho acadêmico) e influência da vizinhança (e.g., desigualdade econômica, coesão e taxas de criminalidade). Por sua vez, Farrington (2006) tem como foco os aspectos familiares que podem predizer, influenciar ou mesmo causar expressões psicopatas, agrupando-as em sete categorias: 1) Problemas educativos (supervisão e disciplina deficitárias, frieza e rejeição, baixo envolvimento parental com o filho); 2) Abuso (físico e/ou sexual) ou negligência; 3) Conflito parental e famílias desestruturadas; 4) Famílias com tamanho grande; 5) Pais ou irmãos criminosos ou antissociais; 6) Outras características dos pais

(jovens, que abusam de substâncias, estressados ou deprimidos); e 7) Fatores socioeconômicos, como baixa renda e problemas de habitação.

Percebe-se que muitas destas variáveis preditoras têm em conta um ambiente familiar desestruturado e uma condição socioeconômica desfavorável. Contudo, percebem-se casos em que psicopatas apresentam um ambiente familiar adequado, que frequentam boas escolas e tendo, frequentemente, um ajuste à sociedade, alcançando postos importantes e de sucesso em sua vida profissional, ocasião em que recebem a denominação de psicopatas de sucesso ou psicopatas não criminosos (Hall & Benning, 2006). Logo, é possível constatar que o contexto tem um papel importante no desenvolvimento dos fenótipos, podendo inibi-los ou acentuá-los.

É interessante citar uma matéria recentemente veiculada pela BBC Brasil (Vasconcelos, 2013) apontando o caso do cientista James Fallon, que, analisando imagens de cérebros de psicopatas, descobre a si mesmo como um. Submetido à PCL-R, Fallon cita que apresenta pontuações que oscilam entre 18 e 22, abaixo do ponto de corte estabelecido por Hare, algo que pode ser reflexo de itens relativos a comportamentos delitivos. Como um dos fatores que impediram manifestações mais severas, Fallon cita o ambiente familiar amoroso no qual cresceu, sendo, portanto, um claro exemplo de psicopata de sucesso.

Nesta direção, percebe-se que, aliado ao genótipo de psicopatia, variáveis contextuais têm importância para o desenvolvimento das expressões comportamentais típicas do transtorno. Cabe ressaltar que, além de variáveis socioeconômicas e parentais, devem-se atentar para outras que possam auxiliar no entendimento desta complexa desordem de personalidade, como, por exemplo, os valores e normas internalizados por tais indivíduos durante o seu processo de socialização, algo que pode contribuir para um funcionamento adaptável em sociedade.

Especificamente, nesta ocasião, considera-se os valores humanos por seu estreito relacionamento com o contexto cultural, sendo formados, em grande parte, no processo de socialização das pessoas. Nesta direção, os valores dos indivíduos, em alguma medida, são reflexo do ambiente onde eles estão inseridos, algo que irá orientar seus modos de agir no mundo. Portanto, parece algo pertinente conhecer os valores que orientam pessoas com traços de psicopatia, aumentando o entendimento que se tem em torno deste controverso construto, possibilitando, inclusive, pensar em possíveis intervenções baseadas na mudança de valores. Bem como endossando aqueles importantes para o convívio em sociedade, visando inibir expressões mais severas. Logo, parece pertinente tratar um pouco mais sobre os valores, permitindo, posteriormente, pensar em potenciais subfunções associadas à psicopatia.

Talvez a principal característica dos valores seja o seu caráter preditivo, algo que impulsiona seu emprego para o entendimento de uma miríade de objetos sociopsicológicos (Bardi & Schwartz, 2001), colocando-o em uma posição central dentro da psicologia social. Seguindo esta direção, os valores podem ser conceituados como princípios-guia que transcendem objetos e situações específicas, assumindo destaque na seleção das ações humanas, julgamentos e atitudes (Medeiros, 2011; Rokeach, 1973). Portanto, é perceptível a influência que este construto possui nos mais diversos aspectos individuais, auxiliando no entendimento de preferências, objetivos de vida, princípios e prioridades comportamentais (Pakizeh, Gebauer, & Maio, 2007; Renner, 2003).

Considerando a importância que assume este construto, há tempos intentos vem sendo despendidos para explicar as prioridades axiológicas que guiam as pessoas, desde perspectivas diversas (e.g., antropologia, filosofia, sociologia, psicologia social). Portanto, neste terceiro e último capítulo teórico, busca-se explanar brevemente sobre o

histórico no estudo dos valores, passando pelas principais referências para o desenvolvimento do construto, citando alguns modelos teóricos utilizados para sua compreensão, culminando com o modelo adotado nesta ocasião, a *Teoria Funcionalista dos Valores Humanos* (Gouveia, 2003, 2013; Gouveia, Fonsêca, Milfont, & Fischer, 2011; Gouveia, Milfont, & Guerra, 2013), bem como verificar possíveis subfunções valorativas relacionadas a fenótipos psicopatas.

3.1. Breve histórico e contribuições teóricas

Apesar do construto ter experimentado um maior desenvolvimento a partir da segunda metade do século XX, ganhando destaque com estudos empíricos e, sobretudo, com as contribuições de Milton Rokeach, é necessário apontar que o estudo dos valores é antigo. De fato, tal como aponta Pimentel (2004), os valores humanos são considerados e estudados há muito tempo na história do pensamento social. Contudo, apesar de ser possível apontar marcos no estudo dos valores, o mesmo não é possível quanto ao seu surgimento, de modo que os seres humanos são essencialmente axiológicos. Portanto, é arbitrário apontar um momento para a origem dos valores, que, segundo Gouveia et al. (2011), surgem, enquanto guias do comportamento, a partir do momento em que o homem se percebe como indivíduo, cômico de suas ações e vendo no outro possibilidades de existir.

Nesta direção, Gouveia (2013) destaca que os valores são praticamente os mesmos desde civilizações antigas, variando em termos de prioridades nas diferentes culturas. Ilustrando sua concepção, este autor cita as escrituras rupestres que podem apontar para povos pautados em valores de sobrevivência e religiosidade. Athayde (2012), por outro lado, destaca os povos da antiguidade clássica, que, marcadamente, eram caracterizados como apreciadores de expressões artísticas, como música e literatura, indicando, assim, para sociedades pautadas em valores suprapessoais.

Um paralelo também pode ser traçado junto à sociedade mesopotâmica, que, a partir da criação do código de Hammurabi, passa a ter em conta valores normativos. Portanto, nota-se a estreita vinculação dos valores humanos com os contextos culturais, assegurando que a vida em sociedade é condição obrigatória para o surgimento e transmissão dos valores (Gouveia, 2003, 2013).

Mesmo considerando os valores como inerentes à vida em sociedade, algo que denota a antiguidade do tema, na presente ocasião consideram-se alguns marcos que contribuíram para o desenvolvimento da temática em um plano acadêmico. Apesar de ser uma postura reducionista, minimizando contribuições diversas, parece pertinente citar alguns dos autores que mais contribuíram para o avanço científico do tema valores, de modo que, sua compreensão conceitual e dimensional, além de sua história e mudança na sociedade, são questões concernentes a variadas áreas do conhecimento (Bilsky, 2009; Schwartz, 2012).

Portanto, podem-se apontar inúmeros autores que tem se detido ao estudo dos valores, contribuindo para seu desenvolvimento. Não obstante, foge um tanto dos objetivos desta dissertação traçar o desenvolvimento conceitual dos valores humanos, sendo indicado aos interessados por tal percurso referências como Gouveia (2013) e Spates (1983). Logo, para descrever alguns dos principais teóricos que auxiliaram no desenvolvimento teórico no campo dos valores, adotam-se os que vem sendo comumente reportados na literatura (e.g., Gouveia et al., 2011; Gouveia, 2013; Medeiros, 2011; Ros, 2006).

Inicialmente ligado ao campo de estudos da filosofia, foi em psicologia social, especificamente a partir da segunda metade do século XX, que o tema dos valores passou a ser tratado de maneira sistemática, indo além de reflexões filosóficas (Albuquerque et al., 2006; Almeida & Sobral, 2009; Pereira, Camino, & Costa, 2004).

Contudo, apesar de ganhar destaque apenas em meados do século passado no âmbito da psicologia social, os sociólogos Thomas e Znaniecki (1918) já tinham uma concepção de valores um tanto próxima da atual.

Segundo Spates (1983), conceber uma definição sobre os valores e diferenciá-los das atitudes se constituem como principais contribuições de Thomas e Znaniecki. Concretamente, tais autores consideram os valores como elo entre a estrutura social e as atitudes, definindo-os como qualquer dado com conteúdo empírico acessível aos membros de um grupo social, possuindo significado específico que possa ser objeto atitudinal. Ao passo que as atitudes foram conceituadas como um processo da consciência individual que determina a atividade real ou possível do sujeito no mundo social. Neste sentido, tais autores, apesar de não se aprofundarem na temática e de não desenvolverem uma tipologia dos valores, são apontados como os pioneiros no estudo deste construto como hoje ele é concebido (Gouveia et al., 2011; Medeiros, 2011; Ros, 2006).

Merece destaque outra contribuição, ainda no âmbito sociológico, esta advinda dos estudos de Talcott Parsons, sendo um dos autores importantes na construção da teoria da ação social (Parsons & Shils, 1951). A relevância deste autor se dá, sobretudo, por sua concepção da ação motivada, entendendo que o comportamento é realizado enquanto o sujeito busca lograr determinadas metas (Gouveia et al., 2011). Este autor oferece, ainda, uma concepção de valores, entendendo-os como elementos de um sistema simbólico, compartilhados socialmente, constituindo-se como critérios para a escolha de diferentes tipos de orientação que se apresentam em uma situação (Parsons, 1959).

Gouveia (2003) e Medeiros (2011) citam outras contribuições relevantes oriundas da obra de Parsons, como, por exemplo, a ideia de que sem valores comuns a

vida em sociedade dificilmente seria possível, a introdução da noção dos valores enquanto critérios de orientação, e que a escolha de determinada orientação valorativa é em si estruturada.

Uma terceira contribuição ao campo dos valores é apontada por Gouveia et al. (2011), constituindo-se como divisor de águas na história dos valores, oriunda dos estudos de Clyde Kluckhohn. Este autor introduz a noção dos valores enquanto desejáveis, influenciando os modos, meios e fins das ações. Logo, Kluckhohn concebe os valores como desejáveis, considerando-os como princípios guia, compartilhados por grupos sociais, orientando as ações das pessoas.

Considerando os autores citados, é possível certificar-se que o desenvolvimento do construto valores se pautou em diversos ensaios teóricos e estudos empíricos originários de outras áreas das ciências humanas e sociais (e.g., antropologia e sociologia; Vasconcelos, 2004). Não obstante, existem contribuições relevantes à temática dos valores advindos de teóricos da psicologia, citados a seguir.

No início do século XX havia uma psicologia com enfoque puramente empiricista, deixando um pouco de lado o conceito de valor, algo que vinha sendo estudado por teóricos da *geisteswissenschaftliche*. Contudo, a partir da década de 1930 surgiram métodos científicos que possibilitaram, dentre outras coisas, o estudo dos valores, voltados, sobretudo, para aspectos como a sua mensuração, origem e desenvolvimento dentro de um indivíduo, além de sua influência na vida cognitiva das pessoas (Dukes, 1955). Ainda segundo Dukes, provavelmente a tentativa mais ambiciosa de trazer os valores para o campo da psicologia tenha sido levada a cabo por Joseph Clawson, descrevendo as ações humanas a partir de dez valores. Não obstante, destaca-se, em uma vertente mais empírica, os intentos de Allport e Vernon (1931) em mensurar os valores, algo derivado dos estudos de Eduard Spranger (1929).

Considerando que os valores humanos são refletidos em todas as condutas humanas, Spranger (1929), em sua obra *Types of Men*, cria uma tipologia dos valores, considerando seis características básicas: teórica (interesse dominante na descoberta da verdade; marcados por uma concepção empírica e racional da vida), econômica (descreve pessoas interessadas no que é útil e prático), estética (relacionado a experiências artísticas, destacando a forma e harmonia), social (destaca-se o amor das pessoas; refletindo as relações interpessoais), política (ênfase primordial no poder, influência e prestígio) e religiosa (enfocando a unidade do ser; Gouveia, 2013; Schultz & Schultz, 2011). Tais tipos foram elaborados de modo especulativo, porém, constituiu-se como ponto de partida para a obra de Allport e Vernon (1931), *Study of Values*.

Mesmo não sendo o foco de Allport e Vernon (1931), estes idealizaram um instrumento avaliando em que medida os sujeitos priorizavam determinados valores. Os itens baseavam-se em uma série de situações familiares, divididos em duas partes: 1ª) perguntas dicotômicas e 2ª) perguntas com quatro alternativas, exigindo que os participantes ordenassem-nas tendo em conta suas preferências.

Tais autores propuseram que os valores pessoais são a base unificadora da vida, sendo um dos critérios para uma personalidade madura e saudável. Pensaram, ainda, os valores como traços de personalidade, representando interesses e motivações firmemente defendidos (Schultz & Schultz, 2011). Mesmo focando mais nos traços de personalidade do que nos valores, percebe-se que tal estudo foi um dos pioneiros na hierarquização individual dos valores e na tentativa de mensurá-los (Clawson & Vinson, 1978; Maio, 2010; Rohan, 2000).

Outro autor dentro da psicologia que é enfatizado como importante precursor dos valores é Abraham Maslow com sua análise da hierarquia das necessidades individuais (Ros, 2006). Percebe-se, portanto, a vinculação entre valores e necessidades,

algo já aportado por Kluckhohn (1951). Em sua obra *Personality and motivation*, Maslow (1954) propõe sua teoria das necessidades humanas, elencando sete hierarquicamente organizadas: *fisiológicas* – necessidades básicas imprescindíveis para sobrevivência (e.g., beber e comer); *segurança* – contar com um ambiente físico próprio, ter estabilidade e ser livre de desconforto psicológico; *pertencimento e amor* – necessidade de aceitação em seu contexto social; *estima* – obter respeito, tanto próprio como dos demais; *autorrealização* – realizar o potencial do próprio indivíduo. Este autor destaca, ainda, que a satisfação de uma nova necessidade só tem vez se a de nível imediatamente anterior tiver sido atendida. Percebe-se, portanto, as relações entre valores e necessidade, sendo Maslow uma importante referência para teorias de valores posteriormente propostas.

Estes estudos iniciais contribuíram para a formação de um alicerce sob o qual se desenvolveu o construto dos valores, passando a ter um papel central em psicologia social. Especificamente, é possível destacar tentativas de definir os valores como um construto independente, distinguindo-o de outros, como as atitudes (Thomas & Znaniecki, 1918), tentativas em mensurá-los (Allport & Vernon, 1931), considerando-os como desejáveis (Kluckhorn, 1951) e que representam as necessidades humanas (Maslow, 1954). Contudo, foi a partir das contribuições de Milton Rokeach, considerado o pai da temática como vem sendo tratada nos últimos 50 anos, que o construto sofreu um forte impulso, de modo que este autor semeou a base para o desenvolvimento de outros modelos teóricos de valores (Gouveia et al., 2011).

Cabe ressaltar que o modelo de Rokeach está situado em uma perspectiva psicológica dos valores, considerando-os como guias do comportamento (Ros, 2006). Não obstante, destaca-se outra perspectiva, de base sociológica, pautada nas pontuações médias das culturas nacionais, objetivando testar determinadas estruturas teóricas ou

dimensões valorativas (Medeiros, 2011). Contudo, Gouveia (2013) aponta que os valores não são próprios de sociedades, mas sim princípios que guiam os indivíduos. Portanto, apenas as contribuições a nível psicológico são levadas em conta nesta ocasião. Tratando-se, a seguir, de algumas das contribuições derivadas dos estudos de Milton Rokeach.

3.2. Valores instrumentais e terminais de Rokeach

Em seu modelo teórico, Rokeach (1973) tem em conta cinco pressupostos: 1) numericamente, poucos são os valores de uma pessoa; 2) independem de cultura, sendo iguais os valores em todos os indivíduos, variando apenas no grau em que são priorizados; 3) organizam-se em sistemas de valores; 4) seus antecedentes podem ser encontrados em sociedades, culturas, instituições e na personalidade dos indivíduos e; 5) manifestam-se em todos os fenômenos cujos cientistas sociais julguem importantes de serem pesquisados.

Por valor, Rokeach (1973) entende como uma crença duradoura que um comportamento específico ou modo final de existência é pessoal ou socialmente preferível em detrimento de outros. Nesta direção, Rokeach classifica os valores de duas formas, instrumentais e terminais, os tendo em conta na sua medida de valores, o *Rokeach Value Survey* (RVS), estabelecendo 18 itens para ambos. Nesta direção, percebe-se que além de definir conceitualmente os valores, Rokeach propõe uma forma específica de defini-los operacionalmente.

Relativo aos valores pensados por Rokeach (1973), os terminais representam estados finais de existência, podendo ser classificados como autocentrados (foco pessoal) ou centrados na sociedade (foco interpessoal). Os instrumentais, por sua vez, constituem-se como meios para alcançar fins da existência humana, divididos em

morais (referem-se a formas de se portar; transgredi-los gera sentimento de culpa) e de competência (conduzem a um estado pessoal de competência, de que está agindo de forma correta; Medeiros, 2011; Ros, 2006).

Dois outros pontos são importantes na obra de Rokeach e destacados por Pimentel (2004), referentes à mudança e função dos valores. A primeira trata da reordenação das prioridades axiológicas como expressões da mudança dos valores, ao passo que a segunda estabelece cinco funções dos valores: 1) Ego-defensiva: mecanismos de defesa, comportamentos e sentimentos indesejáveis são transformados em algo aceitável, representando conceitos culturalmente justificáveis; 2) Conhecimento ou autorrealização: alguns valores promovem a busca por significado e compreensão; 3) Critérios de orientação: valores agem como guias do comportamento humano; 4) Motivacional: valores são entendidos como expressões das necessidades humanas, e 5) Adaptativa: certos valores são de orientação adaptativa, ou orientados para utilidade.

Deste modo, percebe-se o impacto de Milton Rokeach no campo dos valores, apresentando contribuições diversas, tais como definir conceitualmente os valores, diferenciando-os de outros construtos ao qual costumeiramente era associado, introduziu um método para mudança dos valores (autoconfrontação) e desenvolveu uma medida específica para mensurá-los. Apesar de tais feitos, o trabalho de Rokeach sofre algumas críticas, a exemplo da restrição das amostras, composta principalmente por estudantes universitários estadunidenses, a falta de estudos transculturais e a natureza *ipsativa* da sua medida (Gouveia, 2013; Medeiros, 2011; Ros, 2006).

Considerando tais problemas, Shalom Schwartz, pautado em estudos transculturais e propondo um novo instrumento para medição dos valores, desenvolveu um modelo teórico que se tornou o mais reconhecido na literatura, destacando o caráter motivacional dos valores, sendo que estes atendem a metas. Contudo, destaca-se que os

trabalhos de Rokeach (1973) serviram de base para a construção do modelo de Schwartz, que ampliou, inclusive, a lista de valores terminais e instrumentais daquele, mesclando medidas tipos *ranking* e *rating* (Gouveia et al., 2011).

3.3. Tipos Motivacionais de Schwartz

Schwartz (2006) concebe os valores como metas desejáveis e transituacionais, variando em importância e servindo como princípio na vida de uma pessoa ou entidade social. Nesta direção, destaca que os valores se diferenciam em virtude do tipo de meta motivacional que expressam. Considera, ainda, que os valores visam à satisfação das necessidades humanas básicas, representando três delas: necessidades biológicas, de interação social coordenada e requisitos para o correto funcionamento e sobrevivência dos grupos (Schwartz, 1992). Da satisfação destas três necessidades básicas, surgem os tipos motivacionais.

O modelo mais conhecido de Schwartz (1992) envolve 10 tipos motivacionais, no qual todo e qualquer valor humano encontraria sua representação, independente da cultura. Segundo Schwartz e Boehnke (2004) o principal aspecto deste modelo teórico está nas relações dinâmicas entre os valores, onde as ações expressas por qualquer tipo de valor podem ter consequências, psicológicas e sociais, que podem entrar em conflito ou serem compatíveis com outros valores.

O modelo teórico de Schwartz (1992) é, atualmente, o mais difundido no meio acadêmico, envolvendo os seguintes tipos motivacionais: 1) Autodireção: envolve a busca de independência do pensamento e ação; 2) Estimulação: a busca por excitação, novidades e mudanças na vida são aspectos referentes a esse tipo motivacional; 3) Hedonismo: tem em conta a busca por prazer e gratificação sexual por parte do indivíduo; 4) Realização: evidencia a demonstração de sucesso pessoal e competência

de acordo com padrões sociais aceitáveis; 5) Poder: envolve a busca de *status* social e prestígio, além de controle e/ou domínio sobre pessoas e recursos; 6) Segurança: compreende a busca de segurança, harmonia e estabilidade da sociedade, dos relacionamentos e de si mesmo; 7) Conformidade: refere-se a restrições de ações, impulsos e inclinações que violam as expectativas e normas sociais vigentes; 8) Tradição: a busca de respeito, compromisso e aceitação de costumes e ideais impostos pela cultura ou religião representa esse tipo motivacional; 9) Benevolência: acentuam-se a busca e preservação do bem-estar das pessoas com quem se mantém relações de intimidade; 10) Universalismo: indica a busca da compreensão, tolerância, aceitação e bem-estar de todos, além da proteção e preservação dos recursos naturais.

Tais tipos motivacionais organizam-se em uma estrutura circular, onde os valores conflitantes se encontram em polos opostos. Nesta direção, ao ter em conta determinado valor, suas consequências práticas e/ou sociais são compatíveis ou não com outros valores (Schwartz, 1992). Na Figura 1 é apresentada uma representação gráfica dos tipos motivacionais, ilustrando suas relações de compatibilidade.

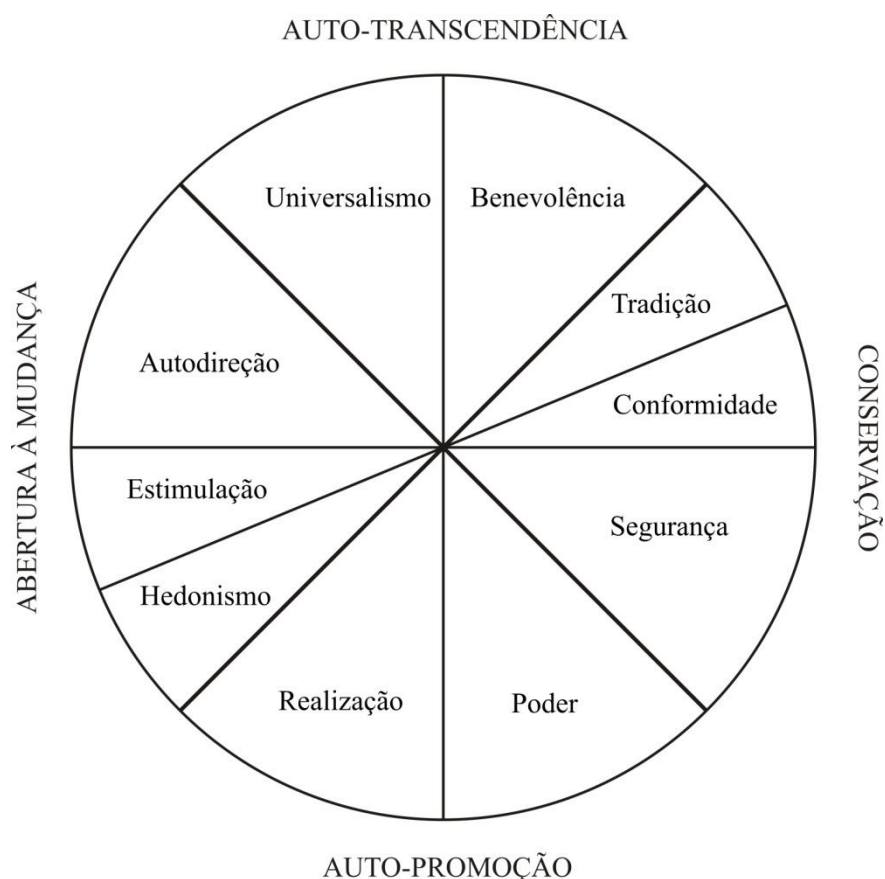


Figura 1. Estrutura dos tipos motivacionais (Adaptado de Schwartz, 2006, p. 142).

A estrutura circular indica a congruência e oposição entre os tipos motivacionais. Segundo Schwartz (2006), as congruências são as seguintes: poder e realização; realização e hedonismo; hedonismo e estimulação; estimulação e autodeterminação; autodeterminação e universalismo; universalismo e benevolência; benevolência e conformidade; benevolência e tradição; conformidade e tradição; tradição e segurança; conformidade e segurança, e, segurança e poder. Por outro lado, tendo em conta a oposição dos valores, estas podem ser resumidas em duas dimensões bipolares. Uma dimensão opõe valores de conservação com os de abertura à mudança, a segunda, por sua vez, contrasta valores de autopromoção com os de autotranscendência. Por fim, destaca-se que o hedonismo se relaciona tanto com abertura à mudança quanto com a autopromoção.

Ressalta-se que, mesmo sendo o modelo valorativo mais empregado no mundo acadêmico, este não está isento de críticas, a exemplo de: ausência de uma base teórica subjacente a origem dos valores, o que denota uma variedade no número de tipos motivacionais propostos; a ideia de contra valores, avessa a concepção dos valores como desejáveis; a técnica estatística empregada na análise dos dados e; a medida proposto por Schwartz, de natureza *ipsativa* (Gouveia, 2003; Gouveia, Milfont, Fischer, & Santos, 2008; Gouveia et al., 2013; Lima, 2012; Medeiros, 2011).

Considerando tais críticas, Gouveia (1998, 2003, 2013; Gouveia et al., 2008; 2011; 2013) vem elaborando, no decorrer dos últimos 15 anos, a *Teoria Funcionalista dos Valores Humanos*, sendo uma alternativa mais parcimoniosa, integradora e teoricamente fundamentada (Gouveia et al., 2008), destacando as funções dos valores. Portanto, torna-se pertinente expor sobre tal modelo, algo tratado a seguir.

3.4. Teoria Funcionalista dos Valores Humanos

A teoria funcionalista tem como foco as funções dos valores, definindo-os como aspectos psicológicos que guiam as ações humanas e representam cognitivamente suas necessidades (Gouveia, 2013; Gouveia et al., 2011). Com tal conceituação Gouveia (2013) têm em conta os valores enquanto critérios de orientação do comportamento individual, que transcendem situações específicas, sendo desejáveis e relativamente estáveis.

A teoria funcionalista apresenta cinco pressupostos básicos: 1) Tem em conta a natureza benévola dos seres humanos, de modo que Gouveia inclui apenas valores positivos em seu modelo; 2) Os valores são princípios guia dos indivíduos; 3) Os valores possuem uma base motivacional; 4) Apenas os valores terminais são considerados, pois são em número reduzido, comparado aos instrumentais, e por refletirem uma orientação geral que é coerente com a concepção do desejável; e 5) Os

valores são os mesmos de sempre, mudam apenas as prioridades atribuídas por indivíduos ou culturas (Gouveia, 2013; Gouveia et al., 2011).

Este modelo, como citado anteriormente, enfatiza as funções dos valores, sendo que Gouveia (1998, 2003) encontrou, em revisões de literatura, duas que são consensuais e consideradas em sua teoria: 1) guiam as ações humanas (Rokeach, 1973; Schwartz, 1992); e 2) expressam cognitivamente suas necessidades (Inglehart, 1977; Maslow, 1954). Estas funções são detalhadas na Figura 2, ilustrada a seguir.

		<i>Valores como padrão-guia de comportamentos</i>		
		<i>Metas pessoais (o indivíduo por si mesmo)</i>	<i>Metas centrais (o propósito geral da vida)</i>	<i>Metas sociais (o indivíduo na comunidade)</i>
<i>Valores como expressão de necessidades</i>	<i>Necessidades idealistas (a vida como fonte de oportunidades)</i>	Experimentação Emoção Sexualidade Prazer	Suprapessoal Beleza Conhecimento Maturidade	Interativa Afetividade Apoio social Convivência
	<i>Necessidades materialistas (a vida como fonte de ameaça)</i>	Realização Êxito Poder Prestígio	Existência Estabilidade Saúde Sobrevivência	Normativa Obediência Religiosidade Tradição

Figura 2. Funções, subfunções e valores específicos

As funções dos valores formam um modelo composto por dois eixos, um horizontal e outro vertical. Na dimensão vertical, denominada *círculo de metas*, tem-se em conta os valores que servem como guias do comportamento humano, sendo três

tipos: pessoal, central e social. Destaca-se que sujeitos pautados por valores sociais centram-se na sociedade, ao passo que os indivíduos orientados por valores pessoais tendem a ser egocêntricos. Gouveia ainda trata dos valores centrais, constituindo-se como a base estrutural ou espinha dorsal da organização dos demais. O eixo horizontal denomina-se, por sua vez, como *nível de necessidades*, relativo aos valores que expressam cognitivamente as necessidades humanas. Este se divide em idealista, relacionados a uma orientação mais universal, baseada em ideias e princípios mais abstratos, sendo que sujeitos pautados por tal orientação tendem a ter um espírito inovador e uma mente mais aberta; e materialista, relacionado a ideias práticas, onde sujeitos que a priorizam orientam-se a metas mais específicas e regras normativas (Gouveia, 2013; Gouveia et al., 2013; Medeiros et al., 2012).

O intercâmbio entre os dois eixos (*círculo de metas* e *nível de necessidades*) permite a identificação das seis subfunções valorativas, representadas nos quadrantes indicados: social-materialista (*subfunção normativa*), social-idealista (*subfunção interativa*), central-materialista (*subfunção existência*), central-idealista (*subfunção suprapessoal*), pessoal-materialista (*subfunção realização*) e pessoal-idealista (*subfunção experimentação*). A seguir será descrita, sucintamente, cada subfunção.

Subfunção Experimentação (emoção, prazer e sexualidade). Caracterizada pela busca de satisfação, especificamente sexo e gratificação, tais valores que formam esta subfunção promovem uma maior facilidade de mudança e inovação nas estruturas sociais. Destaca-se, ainda, que os sujeitos que endossam tal orientação dificilmente se conformam com normas sociais.

Subfunção Realização (êxito, poder e prestígio). As pessoas que seguem esses valores têm como meta realizações materiais e buscam a praticidade em decisões e

comportamentos. Destaca-se que os valores de realização são mais aderidos por jovens adultos em fase produtiva, ou indivíduos educados em contextos disciplinares e formais.

Subfunção Suprapessoal (beleza, conhecimento e maturidade). Seus valores demonstram as necessidades estéticas, de cognição e de auto-realização. Esses valores mostram a relevância atribuída a ideias abstratas, eles são endossados por indivíduos que pensam de maneira mais generalizada, e que tomam decisão e se comportam baseados em critérios universais.

Subfunção Existência (estabilidade pessoal, saúde e sobrevivência). O propósito principal de seus valores é garantir as condições básicas para a sobrevivência biológica e psicológica do indivíduo. As pessoas que foram socializadas ou habitam contextos de escassez econômica são mais comumente endossados por esse valor.

Subfunção Interativa (afetividade, apoio social e convivência). Representam as necessidades de pertença, amor e afiliação, proporcionando o estabelecimento e a manutenção das relações interpessoais por parte da pessoa. Salienta-se que esta subfunção é típica de sujeitos mais jovens, orientados a terem relações íntimas estáveis.

Subfunção Normativa (obediência, religiosidade e tradição). Tais valores refletem a importância de preservar a cultura e as normas sociais, onde a obediência é valorizada acima de qualquer coisa. Comumente, a população mais velha pauta-se por valores desta subfunção.

Tais subfunções variam em termos de congruências, contudo, contrário ao proposto no modelo de Schwartz (1992), a teoria funcionalista não assume a ideia de conflito entre valores. A seguir é mostrada a figura que ilustra a congruência entre as subfunções, sendo representadas por um hexágono, tendo em conta as proximidades entre cada par de subfunção, sugerindo três níveis de congruência: baixa, moderada e alta.

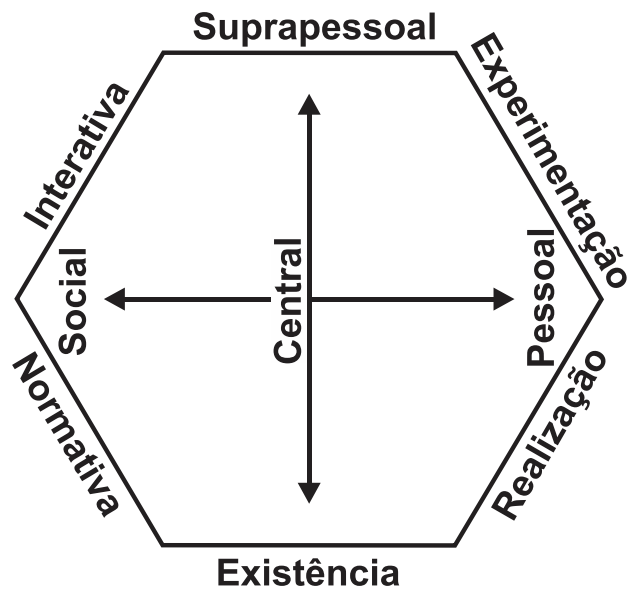


Figura 3. Congruências das subfunções valorativas

Congruência baixa. Tem em conta subfunções de diferentes orientações e motivadores, localizados em lados opostos do hexágono. Deste modo, os pares *realização – interativa* e *normativa – experimentação* apresentam baixa congruência.

Congruência moderada. Define-se pelos valores com mesmo motivador, contudo, apresentam distinções quanto ao tipo de orientação. Os pares de subfunções *realização – normativa* e *experimentação – interativa* denotam este nível de congruência.

Congruência alta. Reúne as subfunções com a mesma orientação, mas com motivadores diferentes. O padrão máximo de congruência é expresso, sendo representada por subfunções que aparecem em lados adjacentes do hexágono, correspondendo aos pares *realização – experimentação* e *normativa – interativa*.

Percebe-se que as subfunções *existência* e *suprapessoal* não são representadas, pois estas representam a espinha dorsal dos demais valores, correlacionando-se

positivamente com eles, além da dicotomia pessoal – social ser o fato de maior distinção teórica entre os valores (Gouveia et al., 2008).

Destaca-se que este modelo mais recente dos valores humanos reúne dados de quase 60.000 pessoas, do Brasil e de outros 19 países, dos cinco continentes. Nesta direção, estudos como os de Gouveia (2013) e Medeiros (2011) vêm demonstrando a adequação deste modelo teórico, tanto intra como interculturalmente. Deste modo, justifica-se o emprego deste modelo emergente dos valores humanos, constituindo-se como uma proposta mais integradora, parcimoniosa e fundamentada, em comparação com os demais.

Tal como exposto no presente capítulo, parece algo um tanto pertinente conhecer em que medida psicopatas priorizam determinados valores. A partir das descrições das subfunções valorativas, é possível pensar em algumas mais relacionadas ao transtorno, como, por exemplo, a importância dada aos valores pessoais, caracterizando indivíduos egocêntricos, que preocupam-se tão somente com seus próprios interesses. Especificamente, considerando, sobretudo, o estilo de vida impulsivo e pautado na busca de sensações, parece pertinente considerar que valores da subfunção experimentação possam auxiliar no entendimento da psicopatia. Por outro lado, é pertinente pensar que psicopatas dão pouca importância a valores sociais. Concretamente, considerando aspectos como a incapacidade de estabelecer laços afetivos com os outros, falta de empatia, remorso e tendência a violar normas, parece nítida a importância das subfunções normativa e interativa no desenvolvimento de fenótipos psicopatas.

Percebe-se, portanto, que a socialização em contextos que endossam valores pessoais, atribuindo pouca importância aos sociais, pode ser um fator relevante para o desenvolvimento da psicopatia. No sentido oposto, indivíduos que crescem em

ambientes que atribuem importância a vida em sociedade, pontuando, sobretudo, na subfunção interativa, podem ter tais fenótipos inibidos.

Apesar de ser um construto de forte componente social, construído, sobretudo, durante o processo de socialização dos indivíduos, percebe-se que pouca importância tem se dado aos correlatos entre os valores humanos e psicopatia, principalmente se for considerado que o desenvolvimento e agravamento deste perpassa por variáveis contextuais. Portanto, evitando uma postura de reducionismo biológico, utilizou-se os valores humanos como um potencial construto para o entendimento dos traços psicopatas, especificamente, considerando uma hierarquia com os traços de personalidade, decidiu-se verificar o papel mediador dos valores na relação entre personalidade e psicopatia.

PARTE II – ESTUDOS EMPÍRICOS

4. ESTUDO 1. PARÂMETROS PSICOMÉTRICOS DA TRIARCHIC PSYCHOPATHY MEASURE (TRIPM).

4.1. Método

4.1.1. Delineamento

Trata-se de um estudo não-experimental (correlacional), do tipo *ex post facto*, com ênfase psicométrica. Tendo em conta a relativa escassez de medidas de psicopatia que apresentam estudos de validação em contexto brasileiro, neste primeiro estudo o objetivo foi conhecer as propriedades psicométricas da *Triarchic Psychopathy Measure*.

4.1.2. Participantes

Para levar a cabo o presente estudo, contou-se com uma amostra não probabilística de 498 estudantes universitários, de instituições públicas e particulares da cidade de João Pessoa-PB. Estes tinham idades variando de 18 a 66 anos ($M = 22$; $DP = 7,79$), em maioria do sexo feminino (66%).

4.1.3. Instrumentos

Os participantes foram solicitados a responder a TriPM, instrumento elaborado por Patrick (2010), formado por três dimensões teoricamente propostas (*boldness*, *meanness* e *disinhibition*), avaliando traços psicopatas na população em geral. Esta medida é composta por 58 itens, respondidos em uma escala tipo Likert de quatro pontos ($1 = Verdadeiro$, $2 = Um pouco verdadeiro$, $3 = Um pouco falso$ e $4 = Falso$), onde os sujeitos são orientados a indicar as características que melhor os descrevem. Além da TriPM, os participantes responderam a um conjunto de perguntas de cunho demográfico, tais como idade e sexo, utilizadas para descrição da amostra.

4.1.4. Procedimento

Inicialmente, entrou-se em contato com as coordenações dos cursos de ambas as instituições de ensino, solicitando a autorização para aplicação dos questionários. Posteriormente, com o consentimento dos professores, foram agendadas as coletas de

dados, realizadas em ambiente coletivo de sala de aula. Assegurou-se o anonimato dos participantes, destacando que os dados seriam tratados em conjunto, bem como foi informado o caráter voluntário do estudo, podendo o participante desistir em qualquer etapa da pesquisa sem que isso lhe acarretasse qualquer ônus, para confirmar a participação, os sujeitos preencheram o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*. Na administração dos questionários, sempre esteve presente dois colaboradores, com intuito de dirimir possíveis dúvidas dos partícipes. Assevera-se que o preenchimento do instrumento não levou mais do que vinte minutos. Por fim, foram asseguradas todas as recomendações éticas relacionadas às pesquisas com seres humanos, conforme o disposto na resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, sendo o projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – Plataforma Brasil (Anexo 5; Parecer nº 383.319/2013).

4.1.5. Análise de dados

Os dados foram analisados com o programa estatístico PASW (versão 18). Especificamente, realizou-se uma Análise Multivariada de Variância (MANOVA), objetivando verificar se os itens diferenciam indivíduos com pontuações próximas, uma Análise dos Componentes Principais (ACP), buscando checar a estrutura fatorial da escala, e, por fim, verificou-se o coeficiente alfa de Cronbach, utilizado para avaliar a precisão dos fatores.

4.2. Resultados

Esta sessão estrutura-se em subtópicos, onde cada um deles refere-se a análise estatística empregada. Portanto, inicialmente foi analisado o poder discriminativo dos itens, e, em seguida, partiu-se para a verificação da estrutura fatorial e consistência interna da medida.

4.2.1. Poder discriminativo dos itens

Primeiramente, procurou-se verificar a qualidade métrica dos itens, isto é, se estes conseguem discriminar sujeitos com magnitudes próximas. Neste sentido, realizou-se, para cada fator, o somatório dos itens que o compõe, estabelecendo grupos inferior e superior, com base na mediana empírica. Posteriormente, por meio de uma MANOVA, os valores de cada item foram comparados entre os dois grupos. Na Tabela 5, a seguir, são ilustrados os valores para cada fator.

Tabela 5. Poder discriminativo dos itens

<i>Boldness</i>	GRUPOS CRITÉRIO				CONTRASTE		
	INFERIOR		SUPERIOR				
Itens	M	DP	M	DP	<i>F</i>	<i>P</i>	η^2p
1	2,83	0,91	3,44	0,69	63,653	0,001*	0,123
4	1,91	1,14	2,54	1,25	31,338	0,001*	0,065
7	1,91	0,85	2,52	1,02	47,138	0,001*	0,094
10	2,09	1,00	3,05	0,95	109,098	0,001*	0,194
13	1,77	0,84	2,84	0,90	170,316	0,001*	0,273
16	2,41	0,90	3,07	0,89	60,531	0,001*	0,118
19	1,97	0,92	2,81	0,92	94,577	0,001*	0,173
22	2,39	0,84	3,17	0,73	111,273	0,001*	0,197
25	2,46	1,00	3,10	0,96	48,529	0,001*	0,097
28	2,06	0,95	2,86	0,99	77,525	0,001*	0,146
32	2,11	0,91	3,05	0,85	129,284	0,001*	0,222
35	2,19	1,00	2,20	1,05	0,012	0,914	0,000
38	2,00	0,89	2,86	0,90	105,630	0,001*	0,189
41	1,88	0,96	2,80	1,02	99,492	0,001*	0,180
44	2,35	1,07	3,02	1,01	47,542	0,001*	0,095
47	1,58	0,88	2,14	1,11	34,609	0,001*	0,071
50	2,16	1,05	2,74	1,13	32,186	0,001*	0,066
54	1,44	0,77	1,67	0,99	8,073	0,005*	0,018
57	2,19	1,01	3,11	0,95	97,530	0,001*	0,177
<i>Meanness</i>							
2	1,25	0,51	1,71	0,76	55,367	0,001*	0,109
6	1,47	0,90	2,73	1,18	163,593	0,001*	0,266
8	1,51	0,71	2,36	1,03	104,742	0,001*	0,188
11	1,26	0,47	1,87	0,70	116,846	0,001*	0,205
14	1,21	0,54	2,08	1,01	128,707	0,001*	0,222
17	2,22	1,04	3,02	0,95	72,115	0,001*	0,138
20	1,03	0,22	1,53	0,82	80,378	0,001*	0,151
23	1,71	0,92	2,55	1,00	86,092	0,001*	0,160

26	1,45	0,78	2,36	1,02	114,933	0,001*	0,203
29	1,08	0,34	1,50	0,78	55,011	0,001*	0,109
33	1,29	0,53	2,08	0,89	130,770	0,001*	0,224
36	1,31	0,72	1,91	0,88	62,440	0,001*	0,121
39	1,15	0,43	1,41	0,65	26,877	0,001*	0,056
40	1,13	0,49	1,47	0,80	30,670	0,001*	0,064
42	1,12	0,41	2,05	1,06	152,756	0,001*	0,253
45	1,94	1,00	3,06	0,93	152,478	0,001*	0,252
48	1,06	0,32	1,54	0,77	77,456	0,001*	0,146
52	1,61	0,79	2,27	0,98	62,326	0,001*	0,121
55	1,03	0,22	1,40	0,67	62,323	0,001*	0,121
<i>Disinhibition</i>							
3	3,01	0,73	3,41	0,66	35,487	0,001*	0,073
5	2,57	1,09	3,36	0,91	68,101	0,001*	0,132
9	2,28	1,13	3,42	0,82	147,675	0,001*	0,248
12	1,26	0,60	1,89	1,13	55,017	0,001*	0,109
15	1,83	0,85	2,81	0,94	131,656	0,001*	0,227
18	1,18	0,52	1,79	1,08	57,830	0,001*	0,114
21	1,57	0,63	2,29	0,93	92,114	0,001*	0,171
24	1,41	0,87	1,99	1,23	32,883	0,001*	0,068
27	2,83	1,04	3,38	0,82	38,168	0,001*	0,079
30	1,29	0,51	1,66	0,65	43,544	0,001*	0,089
31	2,68	0,90	3,25	0,82	49,216	0,001*	0,100
34	1,12	0,41	1,65	1,02	51,386	0,001*	0,103
37	1,56	0,82	2,86	0,97	233,768	0,001*	0,343
43	1,04	0,30	1,34	0,77	30,285	0,001*	0,063
46	2,79	0,99	3,48	0,76	67,137	0,001*	0,130
49	1,25	0,65	2,27	1,21	124,399	0,001*	0,217
51	1,21	0,56	2,14	1,12	126,424	0,001*	0,220
53	1,00	0,00	1,06	0,34	6,586	0,011*	0,014
56	1,17	0,49	1,72	1,01	53,437	0,001*	0,107
58	1,00	0,00	1,05	0,32	6,305	0,012*	0,014

Nota: * Item discriminativo ($p < 0,05$).

A tabela descrita anteriormente indica que os três fatores da TriPM apresentam itens com poder discriminativo satisfatório. Especificamente, a dimensão *boldness* [$\text{Lambda de Wilks} = 0,31$; $F(19, 435) = 49,781$, $p < 0,001$], com um tamanho do efeito (η^2p) de 0,685, apresentou como melhores itens o 13 (*Eu sou um líder nato*) e 32 (*Consigo superar bem experiências que traumatizariam a maioria das pessoas*), contudo, o item 35 (*Preocupo-me em estar em uma situação não familiar, sem saber todos os detalhes*) não diferenciou participantes com pontuações próximas. A dimensão *meanness* também se mostrou discriminante [$\text{Lambda de Wilks} = 0,30$; $F(19, 434) =$

51,572, $p < 0,001$], com um valor $\eta^2p = 0,693$, tendo como melhores itens o 42 (*Às vezes insulto as pessoas de propósito para ver a reação delas*) e 6 (*Gostaria de participar de uma perseguição em alta velocidade*). Por fim, a dimensão *disinhibition*, a exemplo das duas primeiras, apresentou valores que asseguram a qualidade métrica dos itens [$\text{Lambda de Wilks} = 0,31$; $F(20, 429) = 46,549$, $p < 0,001$], com um $\eta^2p = 0,685$. Este fator apresentou como melhores itens o 9 (*As minhas decisões impulsivas já causaram problemas a pessoas queridas*) e o 37 (*Envolver-me em problemas por não pensar nas consequências de minhas ações*). Tendo em conta os valores apresentados anteriormente, percebe-se que os itens referentes a dimensão *meanness* se mostraram algo melhores para avaliação da psicopatia, considerando seu valor $\eta^2p = 0,693$.

Portanto, assegurado o poder discriminativo dos itens, parte-se para a verificação da estrutura fatorial da escala TriPM, sendo pertinente destacar que todos os itens, com exceção do item 35, que foi excluído das análises posteriores, apresentaram poder discriminativo satisfatórios, sendo mantidos e submetidos a uma análise fatorial.

4.2.2. Análise Fatorial Exploratória

Com o objetivo de conhecer a estrutura fatorial da TriPM, realizou-se uma análise fatorial exploratória. Os índices de KMO (0,81) e do teste de esfericidade de Bartlett [$\chi^2(1653) = 6837,795$; $p < 0,001$], indicaram a pertinência de se prosseguir com o tratamento multivariado da análise fatorial.

Uma análise dos componentes principais foi levada a cabo, fixando o número de três fatores a serem extraídos, com rotação varimax. A solução resultante apresentou *eigenvalues* de 6,91, 4,47 e 3,49 que explicaram conjuntamente 25,6% da variância total. Na Figura 4, a seguir, pode ser verificado a representação gráfica dos valores próprios.

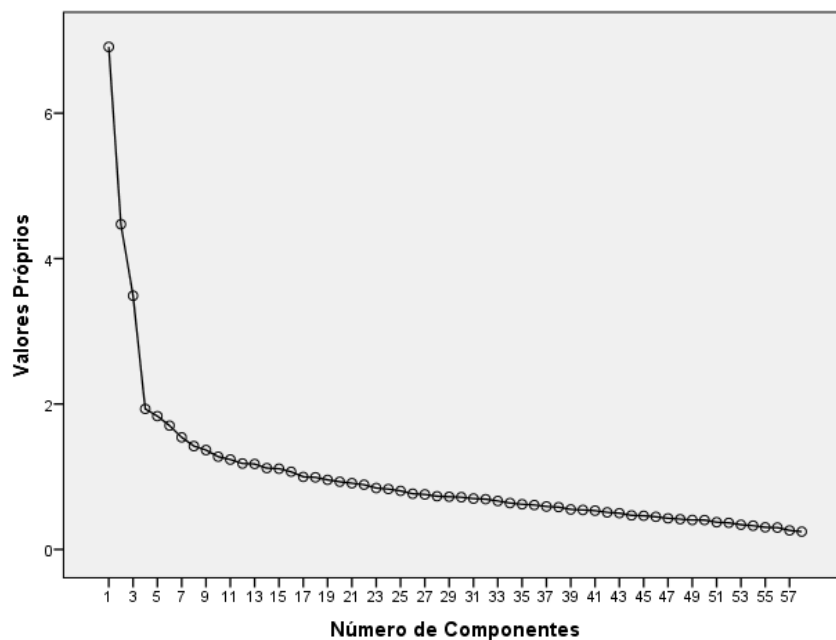


Figura 4. Representação gráfica dos valores próprios

Observa-se que o critério de Cattell, representação gráfica dos valores próprios, indica que os três componentes teoricamente propostos são os que se destacam em relação aos demais, indicando assim a presença de três componentes principais na representação da psicopatia. Na Tabela 6 a seguir são detalhados os dados sobre a estrutura fatorial da TriPM, apresentando o número de itens, cargas fatoriais e o alfa de Cronbach para cada dimensão.

Tabela 6. Estrutura fatorial da *Triarchic Psychopathy Measure*

Itens	Cargas Fatoriais		
	F1	F2	F3
38. Consigo convencer as pessoas a fazer o que eu quero.	0,65	0,05	0,05
19. Tenho um talento especial para influenciar as pessoas.	0,63	-0,05	-0,01
13. Eu sou um líder nato.	0,62	-0,11	-0,17
23. Às vezes, gosto de pressionar as pessoas e fazer com que elas me obedeçam.	0,61	0,13	0,21
57. Não sou muito bom em influenciar as pessoas.	0,59	-0,03	-0,04
14. Gosto de uma boa briga.	0,53	0,22	0,12
41. Não gosto de assumir a liderança em grupos.	0,52	-0,16	-0,13
32. Consigo superar bem experiências que traumatizariam a maioria das pessoas.	0,47	0,15	-0,28
45. As coisas são mais divertidas se há um pouco de perigo envolvido.	0,46	0,21	0,22
6. Gostaria de participar de uma perseguição em alta velocidade.	0,43	0,20	0,14
22. Funciono bem em situações novas, mesmo quando surpreendido (a).	0,40	0,00	-0,37
42. Às vezes insulto as pessoas de propósito para ver a reação delas	0,40	0,37	0,24
26. Gozo as pessoas só para “dar um agito” nas coisas.	0,40	0,27	0,19
28. Tenho medo de muito menos coisas que a maioria das pessoas.	0,36	0,22	-0,24
47. Procuro ficar longe de perigos físicos sempre que possível.	0,32	0,17	0,10
17. Eu revido insultos	0,30	0,14	0,28
4. Não tenho um desejo forte de pular de paraquedas de um avião.	0,26	0,03	0,03
54. Nunca me importo em fazer papel de bobo para os outros	0,24	0,03	0,08
33. Sou sensível aos sentimentos dos outros.	0,02	0,72	-0,06
48. Não ligo muito se o que faço machuca as demais pessoas.	0,17	0,67	0,09
11. Solidarizo-me com os problemas dos outros.	-0,03	0,66	-0,06
55. Não me incomoda quando pessoas ao meu redor estão sofrendo.	0,08	0,59	-0,01
29. Não vejo porque me preocupar se o que eu faço machuca alguém.	0,13	0,59	0,04
52. É fácil me identificar com as emoções dos outros.	0,00	0,57	-0,21
2. O modo como os outros se sentem é importante para mim.	0,04	0,56	0,00
20. Não me incomoda ver alguém sofrendo.	0,11	0,54	0,00
36. Não sou muito solidário com as pessoas	-0,02	0,50	0,08
8. Não ligo se uma pessoa de quem eu não gosto se machuca.	0,13	0,41	0,17
39. Em minha opinião, a honestidade é a melhor política.	-0,11	0,41	0,10
43. Já peguei coisas de lojas sem pagar por elas.	0,10	0,37	0,04
34. Já enganei uma pessoa para ganhar dinheiro dela.	0,26	0,27	0,17
40. Já machuquei (magoei) pessoas para vê-las sofrer.	0,20	0,26	0,15
24. Já peguei dinheiro da carteira ou da bolsa de alguém sem pedir.	0,17	0,24	0,12
58. Já roubei alguma coisa de um veículo	-0,04	0,14	0,06
21. Tenho um bom controle sobre mim mesmo (a).	-0,13	0,07	0,59
15. Precipito-me nas coisas sem muita reflexão	0,11	0,01	0,59

37. Envolver-me em problemas por não pensar nas consequências de minhas ações.	0,28	0,17	0,58
44. É fácil alguém fazer com que me sinta como um bobo.	0,08	0,01	-0,54
10. Fico com medo facilmente.	0,23	0,20	-0,49
51. As pessoas já me falaram que se preocupam com a minha falta de autocontrole	0,14	0,12	0,49
9. As minhas decisões impulsivas já causaram problemas a pessoas queridas.	0,16	0,09	0,47
31. Muitas vezes fico entediado(a) e perco o interesse.	0,12	0,03	0,45
7. Tenho muita capacidade de lidar com o estresse.	0,15	0,03	-0,45
46. Para mim é difícil esperar pacientemente pelas coisas.	0,11	0,03	0,42
16. Tenho dificuldade em fazer com que as coisas saiam do jeito que eu quero.	0,22	-0,10	-0,42
5. Muitas vezes, perdi eventos aos quais tinha prometido ir.	0,06	-0,08	0,42
50. Não fico bem quando me comparo com a maioria das pessoas.	0,04	-0,06	-0,38
49. Já perdi um(a) amigo(a) por ter agido de forma irresponsável.	0,19	0,22	0,36
30. Cumpro os compromissos que eu assumo.	-0,08	0,26	0,34
27. As pessoas muitas vezes abusam de minha confiança.	0,09	-0,21	0,33
56. Já tive problemas no trabalho porque fui irresponsável.	0,12	0,23	0,33
18. Já me meti em problemas por faltar muito à aula (ao trabalho).	0,17	0,19	0,33
25. Não penso em mim como alguém talentoso	0,24	-0,15	-0,32
12. Já faltei ao trabalho sem me importar em avisar.	0,22	0,12	0,32
3. Muitas vezes, ajo de acordo com minhas necessidades momentâneas.	0,24	-0,07	0,31
1. Sou otimista na maior parte do tempo	0,29	-0,08	-0,30
53. Eu já assaltei alguém	0,06	0,11	0,14
Número de itens	9	9	9
Valores próprios	6,91	4,47	3,49
Variância explicada	11,9%	7,71%	6,01%
Alfa de Cronbach	0,73	0,81	0,73

O primeiro fator foi identificado como *Boldness*, composto, inicialmente, por 18 itens. Não obstante, aqueles teoricamente pertencentes a outras dimensões foram excluídos, caso dos itens 23, 14, 45, 6, 42, 26 e 17. Foram eliminados, também, aqueles que apresentaram saturações abaixo do ponto de corte estabelecido $|0,30|$, caso dos itens 4 e 54. Nesta direção, optou-se pela retenção de 9 itens, com saturações que variam de 0,65 (item 38. *Consigo convencer as pessoas a fazer o que eu quero*) a 0,32 (item 47. *Procuro ficar longe de perigos físicos sempre que possível*). Este componente apresentou valor próprio de 6,91, explicando 11,9% da variância total. Quanto a consistência interna, teve-se em conta o alfa de Cronbach, que mostrou-se meritório ($\alpha = 0,73$).

O segundo componente foi nomeado como *Meanness*, inicialmente composto por 16 itens. Adotaram-se os mesmos critérios descritos anteriormente para reter o item no fator. Portanto, foi excluído um item teoricamente oposto ao conteúdo do fator, além de terem sido excluídos aqueles que apresentaram saturações abaixo do ponto de corte estabelecido, caso dos itens 34, 40, 24 e 58. Optou-se, ainda, por reter, pautado na parcimônia, aqueles itens que apresentaram as nove maiores cargas fatoriais. Nesta direção, este componente apresenta itens com cargas fatoriais que variam de 0,72 (item 33. *Sou sensível aos sentimentos dos outros*) a 0,50 (item 36. *Não sou muito solidário com as pessoas*), apresentando valor próprio de 4,47, explicando 7,71% da variância total. Este componente apresentou indicadores que atestam sua precisão ($\alpha = 0,81$).

O terceiro e último componente foi denominado como *Disinhibition*, agrupando, inicialmente, 23 itens. Contudo, os mesmos critérios de exclusão foram levados em conta. Concretamente, itens referentes a dimensões outras foram retirados (itens 44, 10, 7, 16, 50, 25 e 1) e um item que apresentou baixa saturação foi excluído (item 53). A exemplo do componente *Meanness*, optou-se por reter apenas os nove itens que

apresentaram melhores saturações. Portanto, este fator apresenta cargas fatoriais que variam de 0,59 (item 21. *Tenho um bom controle sobre mim mesmo(a)*) e item 15. *Precipito-me nas coisas sem muita reflexão*) a 0,36 (Item 49. *Já perdi um(a) amigo(a) por ter agido de forma irresponsável*), com valor próprio de 3,49 e explicando 6,01% da variância total. Ademais, apresentou evidências que apontam para sua consistência interna ($\alpha = 0,73$).

4.3. Discussão Parcial

O presente estudo teve como escopo reunir evidências preliminares que atestam a adequação psicométrica da TriPM, especificamente, sua validade fatorial e consistência interna. Estudos desta natureza parecem de extrema importância, principalmente considerando que em contexto brasileiro apenas uma medida apresenta parecer favorável para utilização em avaliações, a PCL-R (Morana, 2003). Como exposto no marco teórico, esta medida apresenta uma série de limitações, algo que aponta para a necessidade de construção e adaptação de medidas de autorrelato de psicopatia, procedimento que apresenta sensíveis vantagens comparado ao formato de entrevista semi-estruturada das escalas Hare (Lilienfeld & Andrews, 1996).

Nesta direção, Patrick et al. (2009), a partir de extensa análise da literatura sobre psicopatia, identificaram três dimensões que caracterizam o transtorno, definidos operacionalmente por meio de uma medida de autorrelato denominada *triarchic psychopathy measure* (Patrick, 2010). Apesar de apresentar uma sólida base teórica, este modelo possui poucas evidências empíricas, algo que reflete sua recenticidade. Concretamente, não foram encontradas publicações que objetivaram conhecer a estrutura fatorial proposta por Patrick (2010; Patrick et al., 2009), contudo, há relatos que comprovam a validade da TriPM a partir das correlações que ela estabelece com outras medidas de psicopatia (Sellbom & Phillips, 2012; Stanley et al., 2012). Apesar de

ser importante verificar a validade convergente, parece de igual relevância checar a validade fatorial da medida, bem como testá-la a nível confirmatório, reunindo, assim, maiores evidências em suporte ao modelo.

Empiricamente, foi possível certificar-se que três dimensões principais se destacaram, tendo em conta a representação gráfica dos valores próprios, apresentando saturações aceitáveis, acima do que vem sendo recomendado pela literatura (Pasquali, 1999, 2003, 2012). Os três fatores apresentam, ainda, índices aceitáveis de consistência interna, superiores ao ponto de corte que vem sendo considerado para fins de pesquisa (Nunnally, 1991; Pasquali, 2010; Urbina, 2007) e próximos aos encontrados com outras medidas (Brinkley, Diamond, Magaletta, & Heigel, 2008; Levenson et al., 1995; Mahmut, Menictas, Stevenson, & Homewood, 2011). Nesta direção, tal como verificado em diversos estudos, parece pertinente pensar a psicopatia enquanto um transtorno de personalidade marcado por três dimensões distintas, porém inter-relacionadas (Cooke et al., 2006; Hall et al., 2004; Masui et al., 2011; Skeem et al., 2003; Willemsen & Verhaeghe, 2012).

Ademais, ressalta-se que a variância explicada pelos três componentes foi algo aceitável, pautando-se em resultados obtidos com outras medidas, como, por exemplo, no estudo de Lilienfeld e Andrews (1996) que verificaram que os oito fatores da PPI explicaram conjuntamente 24% da variância total. Portanto, a versão aqui apresentada mostra-se algo parcimoniosa, explicando maior número de informações com um menor número de variáveis.

Não obstante, é importante ressaltar as baixas cargas fatoriais de itens relativos a comportamentos antissociais e delitivos, algo que endossa a inadequação destes para avaliação da psicopatia fora de contextos prisionais (Hauck Filho et al., 2012), bem como o forte componente de desejabilidade social inerente a outros, algo já apontado

por Lilienfeld (1994, 1998) como potencial limitação das medidas explícitas de psicopatia. Entretanto, cabe ressaltar que o objetivo deste estudo foi averiguar evidências preliminares de validade fatorial e consistência interna da TriPM, sendo adequado a realização de estudos complementares.

Portanto, a versão ora adaptada se constitui como uma medida relativamente curta, possuindo 27 itens, nove para cada dimensão, algo favorável comparando a outros instrumentos, como a PPI (Lilienfeld & Andrews, 1996; Lilienfeld & Widows, 2005). Destaca-se, ainda, a fácil administração e baixo custo desta medida, possibilitando estimar traços psicopatas na população geral. Nesta direção, a medida objeto desta dissertação se constitui como uma alternativa a ser levada em conta no estudo da psicopatia, principalmente considerando o curto tempo exigido para o preenchimento do questionário, aspecto relevante, se comparado diretamente à PCL-R (Hare, 1991, 2003; Hare & Neumann, 2005).

Logo, os resultados encontrados neste estudo são animadores, principalmente se for levado em conta que este é o primeiro estudo de natureza fatorial levado a cabo em contexto brasileiro, parecendo reunir evidências preliminares que atestam as qualidades psicométricas da TriPM, algo que será testado no estudo seguinte.

Nesta direção, avalia-se que o objetivo proposto por esse estudo foi alcançado, isto é, a TriPM possui três componentes que se destacam, tal como indicado na literatura (Cooke & Michie, 2001; Cooke et al., 2004; Patrick et al., 2009). Tendo em conta esta medida, no estudo seguinte será avaliado a adequação deste instrumento em outra amostra, e no terceiro e último estudo, verificar em que medida os fenótipos psicopatas se correlacionam com os traços de personalidade e valores humanos.

5. ESTUDO 2. TESTANDO A ADEQUAÇÃO DO *TRIARCHIC MODEL OF PSYCHOPATHY*

5.1. Método

5.1.1 Delineamento

Tal como no primeiro, o segundo estudo utiliza-se de um delineamento não experimental (correlacional), do tipo *ex post facto*, com o objetivo de testar a estrutura fatorial encontrada anteriormente, além de compará-la a modelos alternativos.

5.1.2. Participantes

Contou-se com uma amostra não probabilística de 230 pessoas da população em geral. Estes tinham idades variando de 18 à 61 anos ($M = 26,9$; $DP = 8,87$), em maioria do sexo feminino (77%), prevalecendo aqueles com ensino superior incompleto (47%).

5.1.3. Instrumentos

A exemplo do primeiro estudo, no segundo utilizou-se a TriPM, no entanto, foi levado em conta a versão adaptada. Esta é composta por 27 itens, nove para cada dimensão, com indicadores aceitáveis de validade e consistência interna. Posteriormente, os participantes foram solicitados a responder questões de cunho demográfico.

5.1.4. Procedimento

Para a realização deste estudo, optou-se por utilizar um questionário *online*. O *link* da pesquisa foi compartilhado em redes sociais, não havendo pré-requisitos para responder ao questionário. O instrumento foi autoaplicável, contendo as informações necessárias quanto à forma correta de preenchimento. Assevera-se que na primeira parte do questionário havia informações relativas ao caráter voluntário do estudo, podendo o participante desistir em qualquer etapa, sem que isso lhe acarretasse qualquer prejuízo.

5.1.5. Análise de Dados

Os dados foram analisados com os *softwares* PASW e AMOS, ambos em sua versão 18. Com o primeiro, realizaram-se estatísticas descritivas, e, com o segundo, realizou-se uma Análise Fatorial Confirmatória, testando a adequação do modelo de três fatores, além de compará-lo a soluções alternativas. Especificamente, levaram-se em conta os seguintes índices de adequação (Byrne, 2010):

χ^2 (*qui-quadrado*). Indica a probabilidade do modelo se ajustar aos dados; sendo preferíveis valores baixos. Contudo, este indicador é sensível a amostra e o número de variáveis no modelo. Portanto, é recomendável utilizar sua razão com os graus de liberdade (χ^2/gl), onde valores entre 2 e 3 indicam um bom ajuste, aceitando-se até 5.

Goodness-of-Fit Index (GFI) e o *Adjusted Goodness-of-Fit Index* (AGFI) refletem a proporção de variância-covariância nos dados explicada pelo modelo. Valores acima de 0,90 indicam um ajuste satisfatório.

Comparative Fit Index (CFI) é um índice comparativo, com valores mais próximos de 1 expressando melhor ajuste. Frequentemente, valores acima de 0,90 são referências de um modelo ajustado.

Root-Mean-Square Error of Approximation (RMSEA) e seu intervalo de confiança de 90% (IC90%), pautam-se nos residuais; são considerados bons indicadores de ajuste valores próximos a zero, recomendando-se entre 0,05 e 0,08, admitindo-se até 0,10.

Para a comparação de modelos, empregaram-se o teste da diferença entre os qui-quadrados (χ^2) e graus de liberdade (gl) dos modelos respectivos [$\Delta\chi^2(\text{gl})$], penalizando aquele com maior χ^2 , o *Expected Cross-Validation Index* (ECVI) e o *Consistent Akaike Information Criterion* (CAIC). No caso destes dois últimos, entende-se que o modelo mais ajustado é aquele que apresenta menores valores em ambos indicadores.

Checou-se, ainda, a invariância fatorial da TriPM considerando o sexo dos participantes. Como indicador de uma estrutura invariante, comumente tem se reportado o valor do $\Delta\chi^2$, não obstante, este indicador é sensível ao tamanho da amostra (Damásio, 2013), sendo recomendado outros índices, como, por exemplo, o ΔRMSEA , levado em conta nesta ocasião para atestar um modelo invariante.

5.2. Resultados

5.2.1. Análise Fatorial Confirmatória

Objetivando reunir maiores evidências psicométricas sobre a TriPM, decidiu-se verificar a adequação do modelo trifatorial encontrado no primeiro estudo. Para tanto, realizou-se uma Análise Fatorial Confirmatória (AFC), considerando como matriz de entrada a de variância-covariância, adotando o estimador *ML* (*Maximum Likelihood*). Especificamente, comparou-se o modelo de três fatores com modelos alternativos: unifatorial (todos os itens saturando em um fator), bifatorial (similar aos dois fatores originais da PCL-R, ou mesmo os referentes à psicopatia primária e secundária da LSRP) e tetrafatorial (considerando os quatro fatores da PCL-R). Observa-se que para o modelo de três fatores os índices de bondade de ajuste foram marginalmente aceitáveis: $\chi^2(321) = 693,6$, $p < 0,001$; $\chi^2/\text{gl} = 2,16$; GFI = 0,81; AGFI = 0,78; CFI = 0,77; RMSEA = 0,071 (IC90% = 0,064-0,078). A estrutura fatorial correspondente é ilustrada na Figura 5 a seguir.

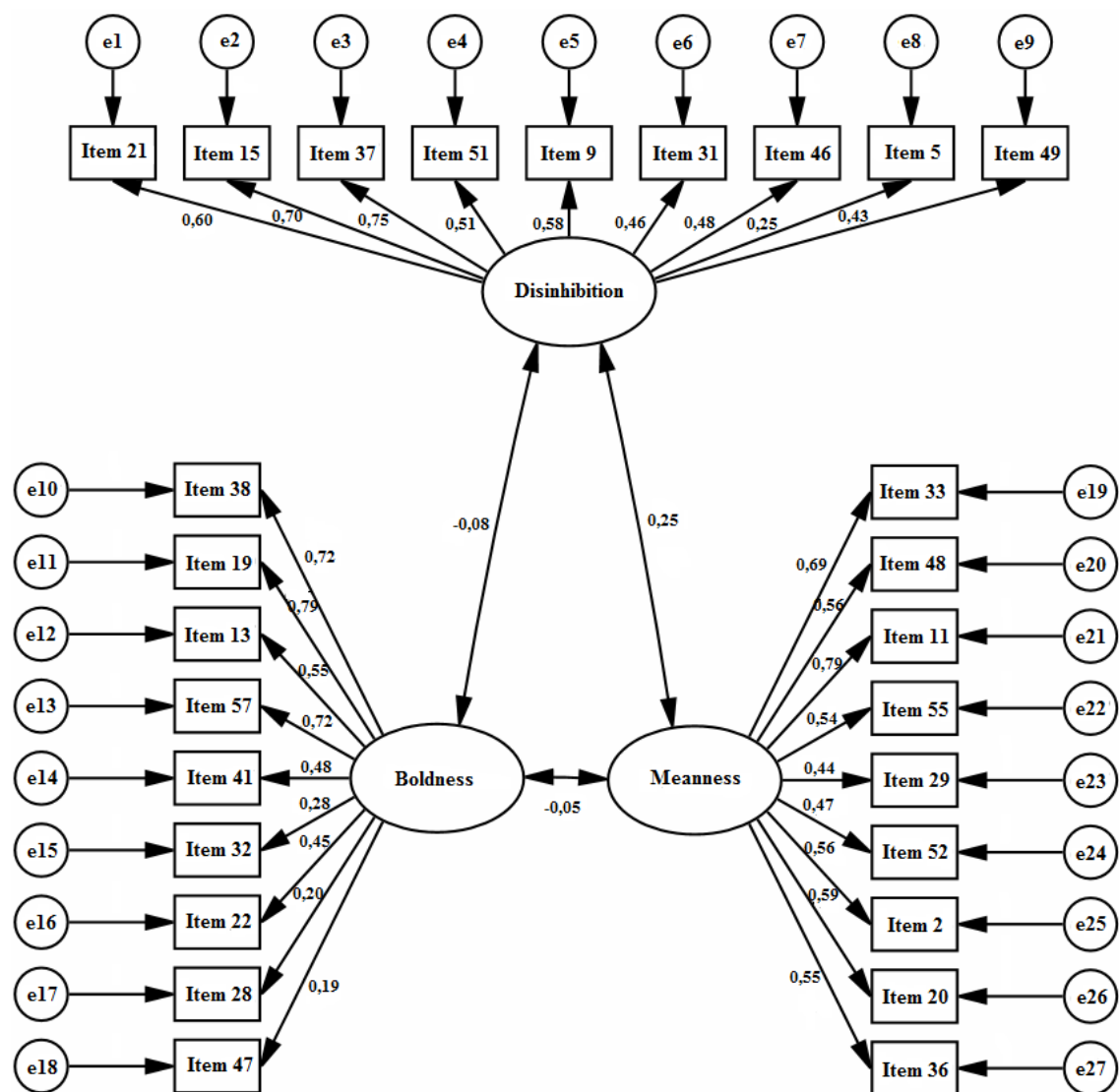


Figura 5. Estrutura fatorial da Triarchic Psychopathy Measure

Após testar a estrutura de três fatores, testaram-se modelos alternativos encontrados na literatura, como o bifatorial, levado em conta nos primeiros estudos empíricos de Hare (1991), e corrente na proposta de Levenson et al. (1995), um modelo tetrafatorial, atualmente amplamente aceito para a descrição da PCL-R, além de um modelo unifatorial, considerando a psicopatia como um construto unitário, apresentando todos os itens saturando em um único fator. Na Tabela 7, detalhada a seguir, são expostos os índices de bondade de ajuste para cada modelo testado.

Tabela 7. Indicadores de ajuste dos modelos testados

Modelos	χ^2 (gl)	GFI	AGFI	CFI	RMSEA (IC 90%)	ECVI	CAIC	$\Delta\chi^2$ (gl)
Trifatorial	693,6 (321)	0,81	0,78	0,77	0,071 (0,064 – 0,078)	3,527 (3,212–3,875)	1060,551	-
Tetrafatorial	709,174 (319)	0,80	0,77	0,76	0,073 (0,066 – 0,080)	3,612 (3,292 – 3,966)	1089,021	15,5 (2)*
Bifatorial	1034,253 (323)	0,70	0,65	0,56	0,098 (0,091 – 0,105)	4,997 (4,589 – 5,438)	1388,347	340,6 (1)*
Unifatorial	1402,148 (325)	0,60	0,54	0,33	0,120 (0,114 – 0,127)	6,586 (6,096 – 7,108)	1743,366	708,5 (4)*

Nota: N (230); χ^2 = qui-quadrado; gl = Graus de Liberdade; GFI = *Goodness-of-Fit Index*; AGFI = *Adjusted Goodness-of-Fit Index*; CFI = *Comparative Fit Index*; RMSEA = *Root-Mean-Square Error Aproximation*, IC 90% = Intervalo de Confiança de 90%; ECVI = *Expected Cross-Validation Index*; CAIC = *Consistent Akaike Information Criterion*; * $p < 0,001$.

Considerando os resultados previamente expostos, percebe-se que os modelos de três e quatro fatores apresentaram melhores indicadores de ajuste se comparado aos demais. Nota-se, porém, que o modelo de referência mostra-se algo mais adequado, tendo em conta os valores do $\Delta\chi^2$, estatisticamente significativos, e dos valores ECVI e CAIC, favoráveis a estrutura trifatorial. Ademais, assevera-se que as saturações deste modelo (lambdas λ) mostraram-se significativas e diferentes de zero ($z \neq 0$; $z > 1,96$; $p < 0,05$). Conhecido o ajuste marginalmente aceitável do modelo trifatorial, testou-se sua invariância quanto ao sexo dos participantes.

5.2.2. Invariância Fatorial

Inicialmente foi realizada uma MANOVA, comprovando o efeito que o sexo dos participantes exerce sobre as pontuações na escala de psicopatia [Lambda de Wilks = 0,90, $F(3,226) = 8,28$, $p < 0,001$]. Considerando a diferença estatisticamente significativa na pontuação de homens e mulheres, verificou-se em que medida a estrutura proposta por este instrumento é invariante quanto ao sexo dos participantes.

Especificamente, testaram-se quatro tipos de restrições: *invariância configural*, avaliando se os itens saturam nos mesmos fatores em diferentes grupos; *invariância métrica*, verificando se as cargas fatoriais dos itens equivalem entre os grupos; *invariância estrutural*, analisando se o construto apresenta a mesma estrutura empírica em diferentes grupos; e, por fim, *invariância residual*, avaliando se o erro dos itens são iguais entre os grupos (Damásio, 2013). Como índice que atesta a invariância, Byrne (2010) sugere que se verifique a diferença dos respectivos qui-quadrados ($\Delta\chi^2$), não obstante, este índice é sensível ao tamanho da amostra (Damásio, 2013). Neste sentido, alguns autores (e.g., Damásio, 2013; Pai et al., 2007) vem recomendando a consideração de outros indicadores, como, por exemplo, a diferença nos valores do RMSEA, indicando que o modelo é invariante se $\Delta RMSEA < 0,015$, comparando o modelo sem

restrição com os demais (Chen, 2007; Wu et al., 2007). Os resultados desta análise são descritos na Tabela 9 a seguir.

Tabela 8. Invariância fatorial da Triarchic Psychopathy Measure quanto ao sexo

Indicadores	Configural	Métrica	Estrutural	Residual
χ^2	1130,616	1155,786	1173,413	1251,182
gl	642	666	672	699
χ^2/gl	1,76	1,73	1,74	1,78
RMSEA	0,058	0,057	0,057	0,059
(IC90%)	(0,052-0,063)	(0,051-0,062)	(0,052-0,063)	(0,054-0,064)
ΔRMSEA	-	0,001	0,001	0,001

Como pode ser observado na tabela anterior, os indicadores de ajuste RMSEA e χ^2/gl foram adequados, percebe-se, ainda, que comparando o modelo sem qualquer restrição com os demais, o valor do ΔRMSEA foi menor que o indicado na literatura como ponto de corte, algo que indica que a estrutura é invariante considerando o sexo dos participantes.

5.3. Discussão Parcial

Este estudo objetivou conhecer a adequação da TriPM, especificamente, testou-se a estrutura fatorial que emergiu no *Estudo 1* a nível confirmatório. Ademais, foi analisado a invariância fatorial da escala, ou seja, se ela funciona do mesmo modo em diferentes grupos, neste caso específico, considerou-se o sexo dos participantes.

Foi possível notar que os modelos de três e quatro dimensões mostraram-se algo mais adequado em relação aos demais. Não obstante, comparando estes dois modelos diretamente, percebem-se índices de ajuste favoráveis ao primeiro, demonstrando ser

algo plausível pensar a psicopatia como um construto formado por três fatores (Cooke & Michie, 2001; Johansson et al., 2002). Cabe ressaltar que um dos quatro fatores da PCL-R avalia, entre outros aspectos, o histórico de comportamentos antissociais e delitivos, como assegurado anteriormente, ineficaz para avaliar a psicopatia em contextos não prisionais (Hauck Filho et al., 2012; Lilienfeld & Andrews, 2005). Nesta direção, para representar o fator foram incluídos itens referentes à falta de controle comportamental dos psicopatas.

Quanto aos resultados encontrados, percebe-se que não são os mais adequados (Byrne, 2010; Pilati & Laros, 2007), entretanto, devem ser ponderados, principalmente considerando que este é o primeiro estudo, que se tem conhecimento, de natureza confirmatória com a TriPM em contexto brasileiro. Ademais, é importante salientar que a amostra é homogênea, ou seja, de pouca variabilidade. Nesta direção, em estudos futuros é importante ter em conta participantes que sejam clinicamente diagnosticados com traços acentuados de psicopatia. Considerando estudos com amostras homogêneas, percebem-se resultados algo similares ou mesmo inferiores aos encontrados com a TriPM.

Em pesquisa com universitários, Love (2010) testou o modelo tetrafatorial da *Self-Report Psychopathy Scale* (SRP), reportando índices de ajuste marginalmente aceitáveis (e.g., CFI = 0,74; RMSEA = 0,05). Mais recentemente, Neal e Sellbom (2012) verificaram o ajuste da SRP com uma amostra de 602 estudantes universitários, verificando pobre ajuste dos dados ao modelo hipotetizado (e.g., CFI = 0,65). Considerando, ainda, medidas de autorrelato, Savard, Lussier, Sabourin e Brassard (2005) testaram a adequação da LSRP em amostra de estudantes franco-canadenses, encontrando índices de ajuste inadequados (e.g., CFI = 0,71), próximo aos valores

obtidos no estudo de Brinkley et al. (2008) com a mesma medida, sendo reportados indicadores abaixo do que a literatura recomenda (e.g., CFI = 0,76; NFI = 0,76).

Considerando a PPI, instrumento de autorrelato mais utilizado para avaliação da psicopatia (Nikolova, 2013), os resultados seguem abaixo daqueles recomendados na literatura (Byrne, 2010; Pilati & Laros, 2007), mesmo considerando amostras heterogêneas, compostas por populações carcerárias e internos em hospitais judiciários. Em estudo de Gonsalves, McLawsen, Huss e Scalora (2013), contando com a participação de 143 homens, internos de um hospital forense, verificaram um pobre ajuste do modelo aos dados (e.g., $\chi^2/\text{gl} = 6,97$; CFI = 0,62; RMSEA = 0,20).

Em outro estudo, considerando a PCL-R, Cooke e Michie (2001) verificaram a adequação do modelo bifatorial de Hare (1991), não obstante, os valores encontrados foram um tanto distantes dos ideais (e.g., RMSEA = 0,10; CFI = 0,78), no mesmo estudo, testaram um modelo unifatorial, que mostrou-se com índices ainda mais pobres (e.g., RMSEA = 0,10; CFI = 0,68). Posteriormente, tendo em conta um modelo mais parcimonioso, os autores chegaram a índices de ajuste mais aceitáveis, encontrando, por exemplo, CFI = 0,97 e GFI = 0,98 para um modelo com 10 itens. Não obstante, considerando a complexidade do construto e os diversos aspectos relativos ao transtorno, parece um tanto reducionista testar um ajuste com tão poucos itens.

Por outro lado, estudos com amostras carcerárias se mostraram com ajustes mais aceitáveis utilizando a PCL-R. Por exemplo, considerando uma amostra de 124 prisioneiros brasileiros, Flores-Mendoza, Alvarenga, Herrero e Abad (2008) encontraram resultados satisfatórios para o modelo de quatro fatores de Hare (e.g., $\chi^2/\text{gl} = 1,71$; RMSEA = 0,076; GFI = 0,92). Tais resultados podem ser reflexo do contexto criminal em que a PCL-R foi construída, e não indicando sua adequação para representar a psicopatia (Lilienfeld & Andrews, 1996), considerando alguns itens que

avaliam o histórico de comportamentos antissociais e delitivos para caracterizar um psicopata. Portanto, tal como destacam Skeem e Cooke (2010), a utilização da PCL-R para avaliação da psicopatia deve ser vista com cautela.

Pensando em potenciais limitações que poderiam auxiliar no entendimento do pobre ajuste das medidas de psicopatia, Anestis, Caron e Carbonell (2011) citam que o gênero poderia levar a resultados duvidosos, principalmente se for considerado que algumas medidas foram criadas considerando amostras compostas por homens, além de estudos de validação terem em conta, exclusivamente, participantes deste gênero. Nesta direção, tais autores sugerem a importância de checar se a estrutura é invariante quanto ao gênero dos participantes, possibilitando interpretar possíveis variações em virtude das diferenças entre os gêneros e não por ser um problema estrutural da medida por não funcionar adequadamente entre os grupos.

Com este fim, Jones, Cauffman, Miller e Mulvey (2006) checaram a invariância da PCL-R: YV, contando com uma amostra com histórico de comportamentos criminosos. Por meio do $\Delta\chi^2$, os autores asseguraram a invariância desta escala considerando o gênero dos participantes, entretanto, tal como aponta Byrne (2010), este índice é sensível ao tamanho da amostra, sendo aconselhável considerar outros indicadores, como o ΔRMSEA , tido em conta para testar a invariância da TriPM, mostrando-se dentro do recomendado pela literatura (Chen, 2007; Wu et al., 2007). Portanto, a TriPM funciona adequadamente entre os gêneros, algo importante tendo em conta estudos futuros que venham comparar traços psicopatas entre homens e mulheres.

Considerando os resultados anteriormente expostos, avalia-se que os objetivos propostos por este estudo foram alcançados, apesar de não disporem dos melhores indicadores. Contudo, reuniram-se evidências marginalmente aceitáveis que indicam a

adequação do modelo com três fatores, sendo compostos por nove itens cada, sendo utilizado no *Estudo 3*.

6. ESTUDO 3. ENTENDENDO A PSICOPATIA: PAPEL DOS TRAÇOS DE PERSONALIDADE E VALORES HUMANOS.

6.1. Método

6.1.1. Delineamento e Hipóteses

A exemplo dos dois primeiros, trata-se de um estudo correlacional (*ex post facto*). Especificamente, verificaram-se as correlações entre os cinco grandes fatores da personalidade, as seis subfunções valorativas e os três fatores do *Triarch Model of Psychopathy*. Em função dos objetivos propostos, formularam-se hipóteses divididas em três blocos: o primeiro tem em conta os correlatos entre os cinco fatores da personalidade e a psicopatia; o segundo explica a psicopatia a partir das relações com os valores humanos; e o terceiro considera o papel mediador dos valores na relação entre personalidade e traços psicopatas.

Hipóteses referentes ao papel dos traços de personalidade na psicopata

Hipótese 1.1. A pontuação total da TriPM se correlacionará negativamente com o fator amabilidade.

Hipótese 1.2. A pontuação total da TriPM e o fator conscienciosidade irão se correlacionar negativamente.

Hipótese 1.3. Abertura a mudança e a pontuação total da TriPM se correlacionarão positivamente.

Hipótese 1.4. Extroversão e o escore total da TriPM se relacionarão positivamente.

Hipótese 1.5. Neuroticismo se correlacionará negativamente com a pontuação total da TriPM.

Hipótese 1.6. A dimensão *boldness* se correlacionará positivamente com extroversão.

Hipótese 1.7. A dimensão *boldness* e o fator neuroticismo irão se correlacionar negativamente.

Hipótese 1.8. A dimensão *boldness* se correlacionará positivamente com abertura à mudança.

Hipótese 1.9. A dimensão *meanness* e o fator amabilidade irão se correlacionar negativamente.

Hipótese 1.10. A dimensão *disinhibition* irá se correlacionar positivamente com abertura à mudança.

Hipótese 1.11. A dimensão *disinhibition* e o fator extroversão irão se correlacionar positivamente.

Hipótese 1.12. A dimensão *disinhibition* e os traços de conscienciosidade se correlacionarão negativamente.

Hipóteses referentes ao papel dos valores na psicopata

Hipótese 2.1. A subfunção interativa irá se correlacionar negativamente com a pontuação total da TriPM.

Hipótese 2.2. A subfunção experimentação se correlacionará positivamente com a pontuação total da TriPM.

Hipótese 2.3. A subfunção interativa se correlacionará negativamente com o fator *meanness*.

Hipótese 2.4. A subfunção normativa e o fator *meanness* se correlacionarão negativamente.

Hipótese 2.5. A subfunção realização se correlacionará positivamente com o fator *meanness*.

Hipótese 2.6. A subfunção experimentação se correlacionará positivamente com o fator *meanness*.

Hipótese 2.7. Valores da subfunção experimentação se correlacionarão positivamente com o fator *disinhibition*.

Hipótese 2.8. Valores da subfunção experimentação se correlacionarão positivamente com o fator *boldness*.

Hipótese 2.9. A subfunção interativa e o fator *boldness* se correlacionarão negativamente.

Hipótese 2.10. A subfunção realização irá se correlacionar positivamente com a dimensão *boldness*.

Hipóteses referentes ao papel mediador dos valores na relação entre personalidade e psicopatia

Hipótese 3.1. Traços de amabilidade predizem a pontuação total da TriPM mediado por valores da subfunção interativa.

Hipótese 3.2. Neuroticismo, mediado pela subfunção experimentação, prediz a pontuação total da psicopatia.

Hipótese 3.3. Conscienciosidade, mediado por valores da subfunção realização, prediz o escore total da psicopatia.

Hipótese 3.4. Extroversão, mediado por valores da subfunção interativa, prediz a psicopatia.

Hipótese 3.5. Abertura à mudança prediz a pontuação total da TriPM mediado por valores da subfunção experimentação.

Hipótese 3.6. Abertura à mudança, mediado por valores da subfunção experimentação, irá predizer a dimensão *boldness*.

Hipótese 3.7. Neuroticismo, mediado por valores da subfunção experimentação, irá prever *boldness*.

Hipótese 3.8. Extroversão, mediado por valores da subfunção interativa, irá prever *boldness*.

Hipótese 3.9. Amabilidade, mediado por valores das subfunções experimentação e interativa, irá prever a dimensão *meanness*.

Hipótese 3.10. Experimentação mediará as relações entre abertura e *disinhibition*.

Hipótese 3.11. Experimentação mediará as relações entre conscienciosidade e *disinhibition*.

6.1.2. Participantes

Contou-se com uma amostra não probabilística de 228 estudantes universitários, de instituições públicas e particulares, da cidade de João Pessoa (PB). Estes têm idades que variam de 18 a 61 anos ($M = 25,1$; $DP = 7,51$), em maioria do sexo feminino (76%), solteiro (76%) e que se autodeclararam de classe média (37,4%).

6.1.3. Instrumentos

Os participantes responderam aos seguintes instrumentos:

Triarchic Psychopathy Measure (TriPM-27). Instrumento derivado das análises empíricas dos estudos anteriores, formado por 27 itens, nove para cada fator, apresentando mesma escala de resposta.

Inventário dos Cinco Grandes Fatores da Personalidade (ICGFP): Esta medida foi elaborada por John, Donahue e Kentle (1991) composta por 44 itens. A adaptação desta escala para o contexto brasileiro foi levada a cabo por Andrade (2008), encontrando uma estrutura formada por 34 itens, sendo que os fatores apresentaram evidências de consistência interna, com alfas que variam de 0,76 (*Extroversão*) a 0,68 (*Abertura e Conscienciosidade*). Não obstante, nesta ocasião, em virtude da aplicação

de outras escalas, optou-se por uma versão reduzida do ICGFP, composta por 20 itens que questionam como o indivíduo se percebe (*Eu me vejo como alguém que...*). Tais itens são estruturados em sentenças (e.g., *Gosta de cooperar com os outros; É amável, tem consideração pelos outros*) respondidas em escala tipo Likert de cinco pontos, com os seguintes extremos: *1 = Discordo Totalmente* e *5 = Concordo Totalmente*.

Questionário dos Valores Básicos (QVB). A primeira versão desta medida foi proposta por Gouveia (1998), sendo formada por um conjunto de 66 itens, entretanto, em 2003 surge uma versão reduzida com 24, que passou por algumas modificações dando origem a atual versão do instrumento (Gouveia, Milfont, Fischer, & Santos, 2008), composta por 18 itens/valores específicos (e.g., *Apoio social. Obter ajuda quando a necessite; sentir que não está só no mundo; Prazer. Desfrutar da vida; satisfazer todos os seus desejos*). Tais itens são respondidos em uma escala de sete pontos variando de 1 (*Totalmente não importante*) a 7 (*Extremamente importante*), a medida que os participantes consideram cada valor como um princípio que guia sua vida.

Por fim, os participantes foram convidados a responder algumas questões de cunho demográfico, objetivando descrever a amostra (e.g., sexo, idade, escolaridade).

6.1.5. Análise de dados

Os dados foram analisados com os programas estatísticos PASW e AMOS (ambos em sua versão 18). Com o primeiro, realizaram-se estatísticas descritivas, análise de correlação *r* de *Pearson* e regressão linear múltipla. Com o segundo, realizou-se uma análise de mediação, estabelecendo como variáveis independentes os traços de personalidade, variáveis mediadoras as subfunções valorativas e como variáveis dependentes os fenótipos da psicopatia.

6.2. Resultados

Organizou-se esta seção dos resultados baseada nas hipóteses estabelecidas. Portanto, inicialmente apresentam-se os valores dos correlatos entre personalidade e psicopatia, posteriormente descrevem-se as relações que a psicopatia estabelece com os valores humanos, e, por fim, apresentam-se análises de mediação, estabelecendo modelos hierárquicos onde traços de personalidade predizem a psicopatia, mediados por subfunções valorativas.

6.2.1. Correlatos entre personalidade e psicopatia

Inicialmente, computou-se os três fatores da TriPM, bem como a pontuação total da escala, somando todos os 27 itens da versão ora adaptada, o mesmo foi feito com os cinco fatores do ICGFP. Posteriormente, procedeu-se com uma análise de correlação *r* de *Pearson*, que permitiu conhecer o padrão de correlações entre as variáveis, sendo os resultados especificados na Tabela 9, descrita a seguir.

Tabela 9. Correlações entre *Big Five* e Psicopatia

	Psicopatia Total	<i>Boldness</i>	<i>Meanness</i>	<i>Disinhibition</i>
Abertura	0,14*	0,33**	-0,10	-0,02
Conscienciosidade	-0,03	0,14*	-0,12	-0,14*
Extroversão	0,23**	0,39**	-0,14*	0,11
Amabilidade	-0,24**	0,04	-0,41**	-0,14*
Neuroticismo	0,16*	-0,16*	-0,01	0,42**

Nota: * $p < 0,05$, ** $p < 0,001$ (teste bi-caudal).

Com relação aos correlatos entre psicopatia e personalidade, é possível verificar que a pontuação total da TriPM apresentou correlações com quase todos os fatores, excetuando conscienciosidade, rejeitando a hipótese 1.2. Especificamente, apresentou relações mais fortes com amabilidade ($r = -0,24$, $p < 0,001$) e com extroversão ($r = 0,23$, $p < 0,001$), corroborando, portanto, as hipóteses 1.1 e 1.4, respectivamente. Apesar de

mais fraca, a pontuação total da TriPM se correlacionou de forma significativa com abertura à mudança ($r = 0,14, p < 0,05$) e neuroticismo ($r = 0,16, p < 0,05$), confirmando as hipóteses 1.3 e 1.5, respectivamente.

Analisando as dimensões da psicopatia separadamente, observa-se que *boldness* apresentou correlações positivas com abertura ($r = 0,33, p < 0,001$), conscienciosidade ($r = 0,14, p < 0,05$) e extroversão ($r = 0,39, p < 0,001$), por outro lado, relacionou-se negativamente com neuroticismo ($r = -0,16, p < 0,05$). Nesta direção, as hipóteses 1.6, 1.7 e 1.8 foram corroboradas. Tendo em conta a dimensão *meanness*, observa-se que esta estabelece relações negativas com extroversão ($r = -0,14, p < 0,05$) e amabilidade ($r = -0,41, p < 0,001$), confirmando a hipótese 1.9. *Disinhibition*, por sua vez, relacionou-se de maneira estatisticamente significativa com neuroticismo ($r = 0,42, p < 0,001$) e negativamente com conscienciosidade ($r = -0,14, p < 0,05$) e amabilidade ($r = -0,14, p < 0,05$), mas não o fez com abertura ($r = -0,02, p > 0,05$) e extroversão ($r = 0,11, p > 0,05$). Portanto, a hipótese 1.12 foi confirmada, ao passo que as hipóteses 1.10 e 1.11 foram rejeitadas.

Observa-se que as hipóteses, em maioria, foram corroboradas, não obstante, três delas foram rejeitadas, além de relações inicialmente não previstas serem identificadas. Conhecido o padrão de relações estabelecida entre as variáveis, parte-se para a verificação dos correlatos valorativos da psicopatia.

6.2.2. Correlatos valorativos da psicopatia

Tendo em conta as três dimensões da TriPM e sua pontuação total, verificou-se as correlações com as seis subfunções valorativas. Por meio de uma análise de correlação r de *Pearson*, foi possível conhecer as relações que estas variáveis estabelecem. Tais resultados são expostos, detalhadamente, na Tabela 9, descrita a seguir.

Tabela 10. Correlatos entre valores humanos e traços psicopatas

	Psicopatia Total	<i>Boldness</i>	<i>Meanness</i>	<i>Disinhibition</i>
Valores pessoais	0,25**	0,19**	0,03	0,20**
Experimentação	0,24**	0,14*	0,06	0,21**
Realização	0,21**	0,21**	0,00	0,14*
Valores centrais	-0,10	-0,02	-0,28**	0,04
Existência	0,15*	-0,11	-0,23**	0,02
Suprapessoal	-0,03	0,07	-0,27**	0,05
Valores sociais	-0,18**	-0,05	-0,36**	0,00
Normativa	-0,10	-0,02	-0,23**	0,00
Interativa	-0,22**	-0,09	-0,42**	0,00

Nota: * $p < 0,05$, ** $p < 0,001$ (teste bi-caudal).

Baseado nos resultados apresentados anteriormente, foi possível corroborar a hipótese 2.1, onde a pontuação total da escala de psicopatia se correlacionou negativamente com os valores da subfunção interativa ($r = -0,22$; $p < 0,001$); também o fez, mas positivamente, com os valores da subfunção experimentação ($r = 0,24$, $p < 0,001$) confirmando a hipótese 2.2 e realização ($r = 0,21$, $p < 0,001$). Considerando especificamente as subfunções e os três fatores da TriPM, foi possível verificar relações entre as subfunções experimentação e realização com o fator *boldness* ($r = 0,15$, $p < 0,05$; $r = 0,21$, $p < 0,001$), endossando a hipótese 2.8 e 2.10, respectivamente. Entretanto, não o fez para a hipótese 2.9, pois não houveram relações entre a subfunção interativa e o fator *boldness*.

Relativo a dimensão *meanness*, tal como hipotetizado, foi verificado relações estatisticamente significativas com a subfunção interativa ($r = -0,44$, $p < 0,001$) e normativa ($r = -0,24$, $p < 0,001$), confirmando, respectivamente, as hipóteses 2.3 e 2.4. A dimensão *meannesss* também apresentou correlações com os valores centrais, especificamente com suprapessoal ($r = -0,23$, $p < 0,001$) e existência ($r = -0,28$, $p < 0,001$).

0,001), contudo, não o fez para subfunção realização e experimentação, rejeitando as hipóteses 2.5 e 2.6. Finalmente, considerando os correlatos de *disinhibition*, observam-se correlações com as subfunções experimentação ($r = 0,21, p < 0,001$), corroborando a hipótese 2.7, e com realização ($r = 0,14, p < 0,05$).

A exemplo dos correlatos com os traços de personalidade, algumas hipóteses referentes a relação entre valores e psicopatia foram corroboradas, ao passo que duas foram rejeitas, encontrando-se, ainda, relações que não eram esperadas. Nesta direção, conhecidas as relações entre as variáveis, parte-se para o teste dos modelos hierárquicos.

6.2.3. Valores como mediadores das relações entre personalidade e psicopatia

Objetivando conhecer em que medida os traços de personalidade e valores humanos explicam os fenótipos da psicopatia, realizaram-se quatro regressões múltiplas (método *stepwise*). Nos quatro modelos, os traços de personalidade e os valores foram considerados como variáveis antecedentes e os fenótipos da psicopatia como variáveis critério.

Especificamente, a dimensão *boldness* foi predita por três traços de personalidade e três subfunções valorativas [$R = 0,57, R^2 = 0,32, F(6, 207) = 16,67, p < 0,001$]: *extroversão* ($\beta = 0,32, t = 4,79, p < 0,001$), *abertura* ($\beta = 0,21, t = 3,24, p < 0,001$), *neuroticismo* ($\beta = -0,20, t = -3,53, p < 0,001$), *interativa* ($\beta = -0,20, t = -2,56, p < 0,05$), *realização* ($\beta = 0,28, t = 3,96, p < 0,001$) e *existência* ($\beta = -0,20, t = 2,50, p < 0,05$). A dimensão *meanness*, foi predita por um fator da personalidade e por duas subfunções valorativas [$R = 0,54, R^2 = 0,29, F(3, 211) = 28,72, p < 0,001$]: *amabilidade* ($\beta = -0,28, t = -4,44, p < 0,001$), *interativa* ($\beta = -0,38, t = -5,64, p < 0,001$) e *experimentação* ($\beta = 0,21, t = 3,39, p < 0,001$). Analisando os preditores de *disinhibition*, é perceptível destacar suas relações com dois traços de personalidade e com os valores de *realização* [$R = 0,48, R^2 = 0,23, F(3, 208) = 21,02, p < 0,05$]:

neuroticismo ($\beta = 0,41, t = 6,74, p < 0,001$), *conscienciosidade* ($\beta = -0,19, t = -3,05, p < 0,05$) e *valores de realização* ($\beta = 0,16, t = 2,45, p < 0,05$).

Por fim, considerando os preditores do escore total da TriPM, foi possível identificar que três fatores de personalidade e três subfunções valorativas a predizem [$R = 0,57, R^2 = 0,33, F(6, 201) = 16,65, p < 0,001$]: *amabilidade* ($\beta = -0,33, t = -4,71, p < 0,001$), *extroversão* ($\beta = 0,28, t = 4,14, p < 0,001$), *abertura* ($\beta = 0,17, t = 2,56, p < 0,05$), *experimentação* ($\beta = 0,20, t = 2,76, p < 0,05$), *interativa* ($\beta = -0,35, t = -5,03, p < 0,001$) e *realização* ($\beta = 0,16, t = 2,16, p < 0,05$).

Considerando os resultados das correlações, das análises de regressão e com o apoio teórico, realizaram-se análises de mediação para cada um dos componentes da TriPM, tendo como variáveis independentes os fatores da personalidade e como variáveis mediadoras as subfunções valorativas. O primeiro modelo hierárquico testado tem em conta os traços de personalidade *abertura à mudança*, *neuroticismo*, e *extroversão*, predizendo *boldness*, mediado por valores das subfunções *experimentação*, *realização* e *interativa*. Optou-se por considerar os valores de experimentação em detrimento dos valores de existência por questões de aproximação teórica.

Inicialmente, testaram-se os efeitos diretos dos fatores *abertura* ($\lambda = 0,19, IC\ 90\% = 0,08/0,29, p < 0,05$), *neuroticismo* ($\lambda = -0,19, IC\ 90\% = -0,28/-0,09, p < 0,001$) e *extroversão* ($\lambda = 0,32, IC\ 90\% = 0,21/0,42, p < 0,001$). Posteriormente, testou-se mediação múltipla, tendo as subfunções valorativas *experimentação*, *realização* e *interativa* como mediadoras dos efeitos anteriormente testados. O modelo de mediação é apresentado na Figura 6 a seguir.

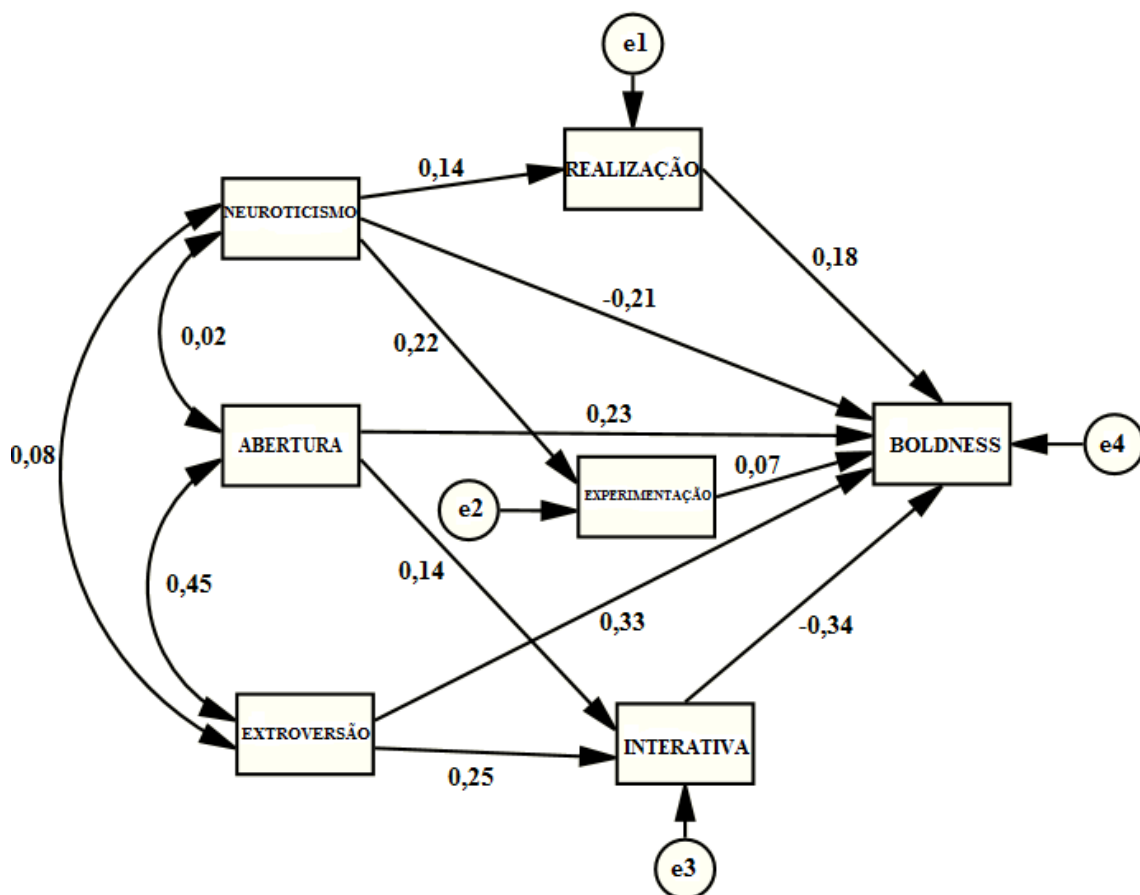


Figura 6. Modelo de mediação testado para *Boldness*

De acordo com o modelo de mediação testado, considerando o método de *Bootstrap* com 5.000 re-amostragens, verificaram-se efeitos indiretos dos traços de personalidade [Abertura ($\lambda = -0,05$, IC 90% = $-0,09/-0,01$, $p < 0,05$), Extroversão ($\lambda = -0,08$, IC 90% = $-0,14/-0,04$, $p < 0,001$) e Neuroticismo ($\lambda = 0,04$, IC 90% = $0,01/0,08$, $p < 0,05$)]. Destaca-se, ainda, que a mediação é parcial, de modo que os efeitos diretos dos traços de personalidade seguem estatisticamente significativos [Abertura ($\lambda = 0,21$, IC 90% = $0,11/0,31$, $p < 0,001$), Extroversão ($\lambda = 0,35$, IC 90% = $0,25/0,46$, $p < 0,001$) e Neuroticismo ($\lambda = -0,20$, IC 90% = $-0,30/-0,11$, $p < 0,001$)]. Portanto, as hipóteses 3.7 e 3.8 foram corroboradas, ao passo que a 3.6 foi rejeitada.

Em seguida, testou-se um modelo hierárquico para compreensão do componente *Meanness*. Para tanto, inicialmente verificou-se efeitos diretos do fator amabilidade

sobre esta dimensão ($\lambda = -0,41$, IC 90% = $-0,50/-0,31$, $p < 0,001$). Posteriormente, foram incluídas as subfunções interativa e experimentação, mediando o efeito descrito anteriormente, tal como pode ser atestado na Figura 7 a seguir.

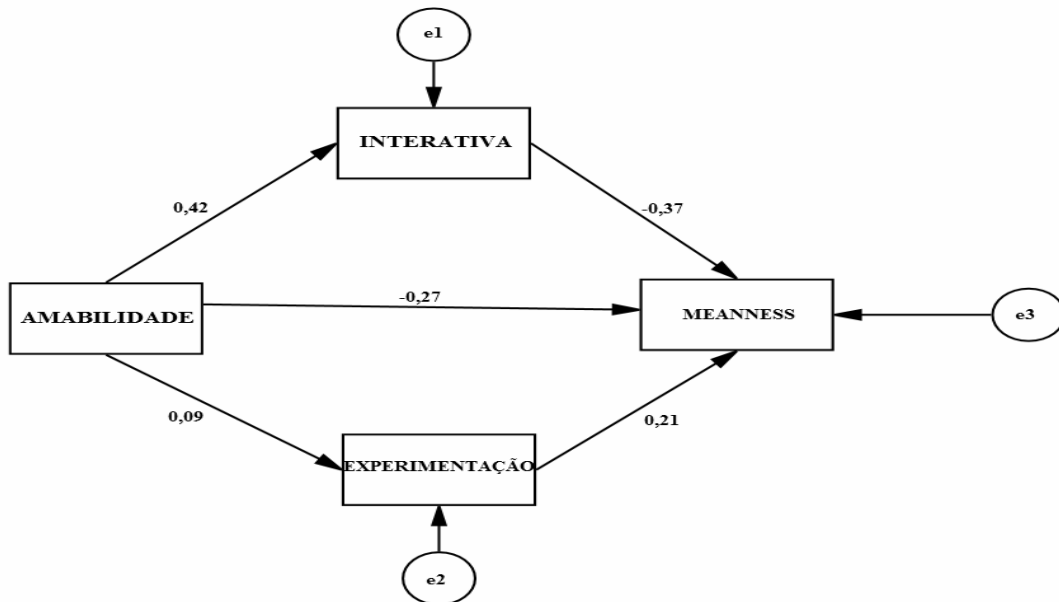


Figura 7. Modelo de mediação testado para *Meanness*.

O modelo de mediação testado aponta para efeitos indiretos do fator amabilidade na expressão dos fenótipos da dimensão *meanness* ($\lambda = -0,14$, IC 90% = $-0,19/-0,08$, $p < 0,001$). Ademais, esta mediação foi parcial, de modo que os efeitos diretos dos traços de amabilidade seguem estatisticamente significativos ($\lambda = -0,27$, IC 90% = $-0,36/-0,16$, $p < 0,001$), corroborando a hipótese 3.9.

Com a dimensão *disinhibition*, realizou-se nova análise de regressão múltipla (tipo *stepwise*), desta vez foram incluídas como predictoras deste fator de psicopatia apenas as subfunções valorativas, de modo que, teoricamente, a subfunção realização não se aproxima dos fenótipos de *disinhibition*. A nova análise permitiu verificar que experimentação é a melhor preditora para esta dimensão, tida, portanto, como mediadora.

Verificaram-se efeitos diretos dos traços de conscienciosidade ($\lambda = -0,15$, IC 90% = $-0,25/-0,05$, $p < 0,05$) e neuroticismo ($\lambda = 0,43$, IC 90% = $0,33/0,51$, $p < 0,001$). Posteriormente, foi incluído a subfunção experimentação como mediadora dos efeitos descritos anteriormente, sendo encontrados efeitos indiretos [Conscienciosidade ($\lambda = 0,01$, IC 90% = $0,00/0,04$, $p < 0,05$) e Neuroticismo ($\lambda = 0,01$, IC 90% = $0,01/0,06$, $p < 0,05$)]. Ademais, a mediação é parcial, de modo que os efeitos diretos permanecem estatisticamente significativos após a inclusão da variável mediadora [Conscienciosidade ($\lambda = -0,17$, IC 90% = $-0,26/-0,07$, $p < 0,05$) e Neuroticismo ($\lambda = 0,40$, IC 90% = $0,30/0,49$, $p < 0,001$)], confirmando as hipóteses 3.10 e 3.11. O modelo de mediação pode ser verificado na Figura 8 a seguir.

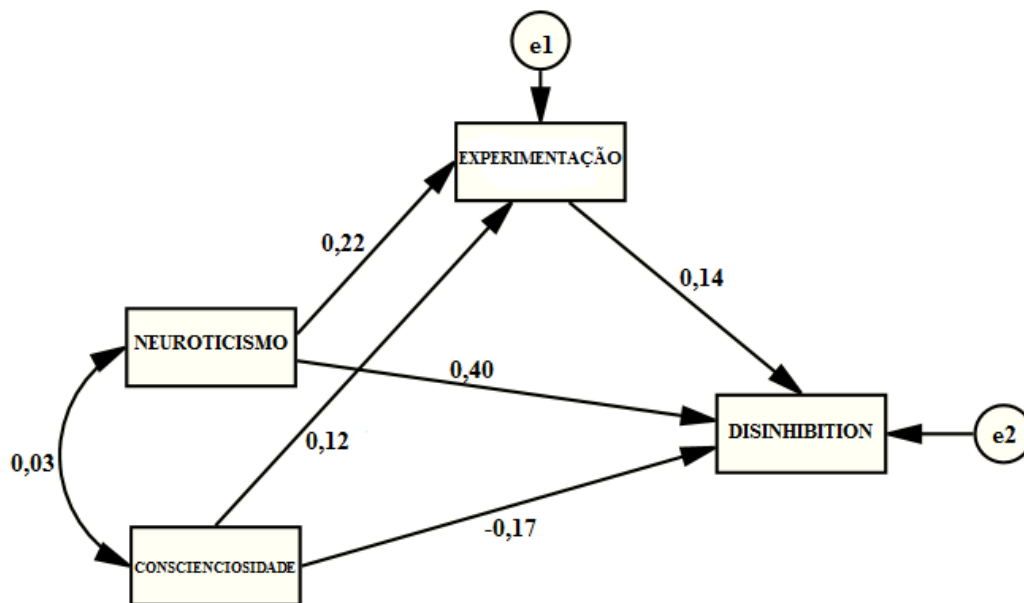


Figura 8. Modelo de mediação testado para *Disinhibition*.

Por fim, testou-se um modelo em que os traços de personalidade agiram como preditores dos escores totais de psicopatia, mediados pelos valores. Especificamente, considerando os traços de personalidade (*extroversão*, *amabilidade* e *abertura*) e as subfunções valorativas (*interativa*, *experimentação* e *realização*) indicados na regressão múltipla como preditores da psicopatia, incluindo o traço *neuroticismo* por razões teóricas, foi testado um modelo de mediação múltipla.

Inicialmente, verificaram-se efeitos diretos dos traços de personalidade sobre os fenótipos psicopatas [Abertura ($\lambda = 0,19$, IC 90% = 0,08/0,31, $p < 0,05$), Amabilidade ($\lambda = -0,43$, IC 90% = -0,53/-0,38, $p < 0,001$), Extroversão ($\lambda = -0,15$, IC 90% = 0,19/0,40, $p < 0,001$) e Neuroticismo ($\lambda = 0,12$, IC 90% = 0,02/0,22, $p < 0,05$)]. Posteriormente, foram incluídas as subfunções valorativas mediando os efeitos descritos anteriormente. O modelo de mediação testado pode ser verificado na Figura 9 a seguir.

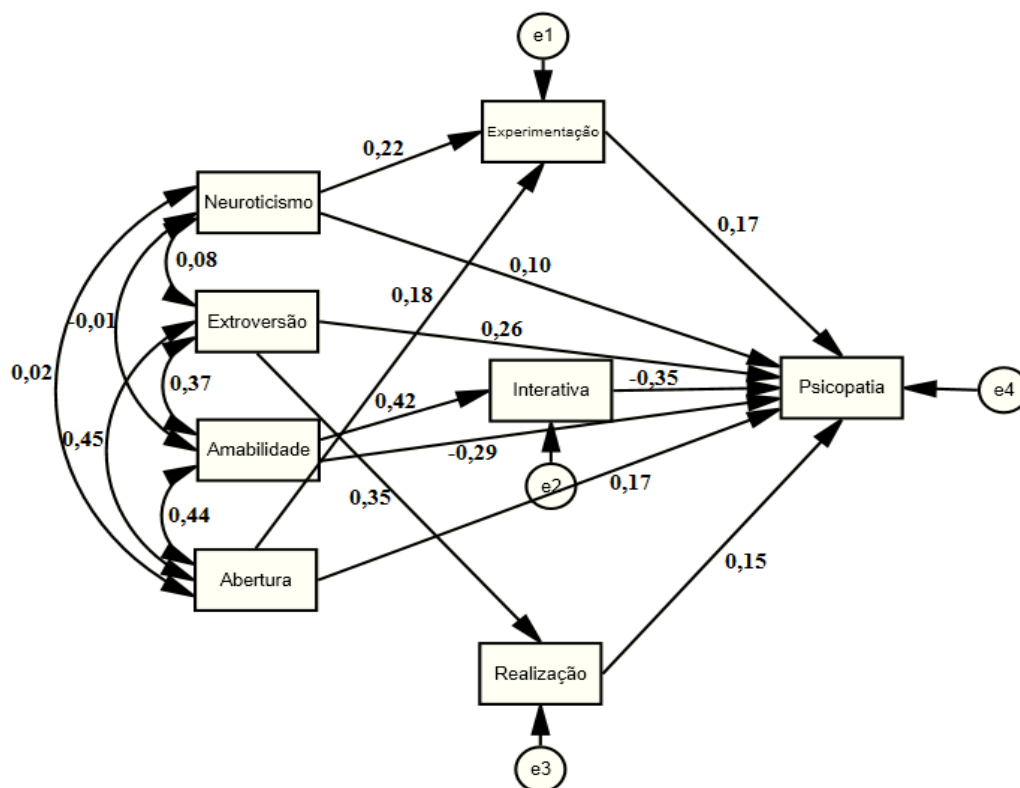


Figura 9. Modelo de mediação testado para o escore total da psicopatia.

O modelo de mediação testado aponta para efeitos indiretos dos traços de personalidade para a presença de expressões comportamentais típicas da psicopatia [Abertura ($\lambda = 0,01$, IC 90% = 0,00/0,02, $p < 0,05$), Amabilidade ($\lambda = -0,14$, IC 90% = -0,19/-0,08, $p < 0,001$), Extroversão ($\lambda = 0,05$, IC 90% = 0,01/0,10, $p < 0,05$) e Neuroticismo ($\lambda = 0,04$, IC 90% = 0,01/0,07, $p < 0,001$)]. Ademais, observam-se que os efeitos diretos dos traços Abertura ($\lambda = 0,17$, IC 90% = 0,07/0,28, $p < 0,05$), Amabilidade ($\lambda = -0,29$, IC 90% = -0,39/-0,19, $p < 0,001$) e Extroversão ($\lambda = 0,26$, IC 90% = 0,16/0,36, $p < 0,001$) seguem significativos, indicando uma mediação parcial, ao passo que o traço Neuroticismo deixou de ter efeitos diretos significativos sobre os fenótipos psicopatas ($\lambda = 0,09$, IC 90% = 0,00/0,18, $p > 0,05$), o fazendo, somente, quando mediados pelos valores de experimentação, sendo, portanto, uma mediação total. Logo, observa-se que as hipóteses 3.1, 3.2 e 3.5 foram confirmadas, ao passo que as hipóteses 3.3 e 3.4 foram rejeitadas.

6.3. Discussão Parcial

Este estudo teve como escopo estimar em que medida os cinco grandes fatores da personalidade e os valores humanos estão relacionados à psicopatia. Especificamente, levando em conta uma ordem hierárquica entre os construtos (Bilsky & Schwartz, 1994; Parks & Guay, 2009), verificou-se o papel mediador dos valores na relação entre personalidade e psicopatia.

Inicialmente, considerando a psicopatia enquanto expressão de traços de personalidade (Levenson et al., 1995; Lilienfeld & Andrews, 1996), foi possível verificar relações diretas entre os cinco grandes fatores e os fenótipos psicopatas. Nesta direção, é perceptível a influência da personalidade na manifestação dos aspectos típicos da psicopatia, indicando a pertinência de se utilizar dos cinco grandes fatores para o entendimento de transtornos de personalidade (Decuyper et al., 2009; Derfinko &

Miller, 2013; Miller et al., 2001; Reynolds & Clark, 2001; Schultz & Schultz, 2002; Widiger & Lynam, 1998).

Tal como hipotetizado, foi verificado que pessoas com baixos traços de *Amabilidade* tendem a apresentar traços de personalidade psicopática, especificamente, relacionado à dimensão *Meanness*, algo encontrado em outros estudos (Poy, et al., 2013; Stanley et al., 2012) e consistente teoricamente, de modo que sujeitos com baixos escores em *Amabilidade* tendem a ser egoístas, invejosos e com baixa empatia para com os demais. Portanto, percebe-se que tais características reúnem algumas características dos fenótipos que descrevem uma dimensão mais voltada para aspectos afetivos (Hutz et al., 1998; Nunes & Hutz, 2007; Patrick et al., 2009).

Além de *Amabilidade*, foi possível verificar relações da psicopatia com o fator *Extroversão*, apresentando, especificamente, fortes relações com a dimensão *Boldness*. Esta relação era esperada, pois psicopatas tendem a ser comunicativos, expansivos e sociáveis, algo associado a tal fator da personalidade (Gomes & Golino, 2012; Nunes & Hutz, 2006; Schultz & Schultz, 2002), podendo refletir em um domínio interpessoal do transtorno, auxiliando no entendimento de comportamentos típicos, como loquacidade e charme superficial (Patrick et al., 2009). Considerando, ainda, a dimensão *Boldness*, que também descreve aspectos relativos a baixa ansiedade em psicopatas, justifica-se as relações negativas com o fator da personalidade *Neuroticismo*, indicando, portanto, uma estabilidade emocional em pessoas com traços acentuados de psicopatia, que tendem a manter a calma e o foco em situações de perigo, relações também encontradas em outros estudos (Poy et al., 2013; Stanley et al., 2012).

Tendo em conta os correlatos de *Disinhibition*, foi possível verificar relações com os fatores *Conscienciosidade* e *Neuroticismo*. A relação negativa com o primeiro indica a falta de responsabilidade, descuido e conduta negligente em psicopatas

(DeYoung & Gray, 2009), algo que vai de encontro aos descritores de *Disinhibition* que indicam para uma tendência geral para falta de controle de impulsos, refletindo em condutas impulsivas, que demonstram falta de planejamento. Por outro lado, as relações estabelecidas com o segundo podem explicar, em alguma medida, os comportamentos externalizados e que tendem para a violação de normas (Patrick et al., 2009; Venables et al., 2013).

Analisando a influência dos valores para a expressão da psicopatia, foi possível verificar relações positivas e significativas com os valores pessoais e negativas com os sociais. Logo, é possível pensar que psicopatas tendem a ser individualistas, pouco preocupando-se com o bem comum, sendo buscadores de sensações, que dão pouca ou mesmo nenhuma importância para o estabelecimento e manutenção de relações interpessoais estáveis e tendendo para a violação das normas sociais (Hare & Neumann, 2008).

Em específico, foram encontradas relações negativas com os valores da subfunção interativa, que representa necessidades de pertença, amor e afiliação, proporcionando o estabelecimento e a manutenção das relações interpessoais (Gouveia, 2003; Gouveia et al., 2011; 2013; Medeiros et al., 2012). Portanto, tal como exposto no marco teórico, é pertinente pensar que psicopatas dão pouca importância a tais valores, pois, geralmente, são insensíveis, apresentando falta de empatia e remorso, incapacidade de estabelecer laços afetivos duradouros, possuindo um apego emocional superficial (Venables et al., 2013). É importante analisar as relações entre psicopatia e a subfunção normativa, que, mesmo não significativas, foram negativas, podendo indicar uma tendência para quebra de normas e predisposição para o envolvimento em comportamentos antissociais e delitivos, congruente com as concepções de Hare (1991)

que estabelece uma dimensão específica que avalia aspectos relativos ao envolvimento com o crime.

No sentido oposto, observaram-se relações positivas com valores pessoais. Especificamente, foi possível conhecer relações significativas entre psicopatia e experimentação, algo plausível se levado em conta a tendência dos psicopatas em preferir situações novas e emocionantes. Ademais, psicopatas são considerados como buscadores de sensações, congruente com os valores de tal subfunção, que descreve pessoas que buscam a satisfação imediata, não sendo orientados ao alcance de metas fixas em longo prazo e que dificilmente se conformam com as normas sociais, algo que pode auxiliar no entendimento dos comportamentos impulsivos e que denotam falta de planejamento em psicopatas.

Por fim, verifica-se que os valores da subfunção realização também apresentaram relações importantes com os fenótipos psicopatas, sendo que tais valores indicam pessoas imediatistas, pautadas no aqui e agora e na realização material e pessoal (Medeiros, 2011). Analisando algumas descrições de um protótipo psicopata, é possível destacar que são pessoas competitivas e que preocupam-se apenas em alcançar seus próprios objetivos, buscando sempre assumir posições de destaque, comando e controle sobre os demais (Babiak, Neumann, & Hare, 2010), algo muito próximo a descrição que Gouveia (2013) faz do valor poder, caracterizando indivíduos que dão importância ao controle de decisões e a busca por influenciar os demais. Considerando os psicopatas pautados pela subfunção realização, é possível fazer um paralelo com um tipo conhecido como psicopata corporativo, presente no mundo empresarial, de modo que tal ambiente, em alguma medida, exige alguns aspectos psicopatas para o alcance do sucesso, como a capacidade de persuasão e a tomada de decisões cruéis (Babiak et al., 2010).

Logo, percebe-se que traços de personalidade e valores podem auxiliar no entendimento da psicopatia, não obstante, assumindo que os valores podem interferir nas expressões comportamentais da personalidade, interagindo e potencializando a predição de comportamentos (Parks & Guay, 2009), testaram-se modelos de mediação estabelecidos com base nos resultados indicados nas correlações e regressões, além de ser levado em conta aspectos teóricos. Tal como apontado por Bilsky e Schwartz (1994), os fatores da personalidade precederam os valores, que agiram como mediadores para a expressão de comportamentos psicopatas.

Tal hipótese recebeu comprovação empírica, onde os efeitos indiretos foram estatisticamente significativos, corroborando o papel mediador dos valores na relação *personalidade – psicopatia*. Logo, é possível pensar que pessoas com determinados traços de personalidade e que são socializados em contextos que priorizam determinados valores em detrimento de outros, são mais susceptíveis ao desenvolvimento da psicopatia. No mesmo sentido, é possível destacar que se fossem endossados valores de ordem social, poder-se-ia pensar em uma inibição dos sintomas psicopatas.

Nesta direção, foi possível ampliar o conhecimento em torno da psicopatia a partir das relações que ela possui com outros construtos, promovendo o desenvolvimento no estudo deste controverso distúrbio, sobretudo, considerando potenciais preditores de suas expressões típicas.

Esta dissertação teve como objetivo geral verificar em que medida a psicopatia é predita pelos traços de personalidade e valores humanos, testando, especificamente, o papel mediador deste último construto. Para tanto, no marco teórico foi possível verificar que mesmo tendo um forte componente biológico, variáveis contextuais têm um papel importante para a expressão dos fenótipos psicopatas. Portanto, é possível pensar em dois construtos com tais características: os traços de personalidade, construídos inerentemente por fatores mais biológicos que sociais, e os valores humanos, com maior influência de variáveis sociais (Araújo, 2013), utilizando-os para o entendimento das expressões psicopatas.

Para atender ao objetivo proposto, partiu-se para os estudos empíricos tendo os seguintes objetivos específicos: 1) adaptar a TriPM ao contexto brasileiro; 2) testar o ajuste do modelo trifatorial da TriPM; 3) verificar se esta é invariante tendo em conta o sexo dos participantes; 4) conhecer as relações entre os cinco grandes fatores da personalidade e os fenótipos psicopatas; 5) verificar as relações entre as subfunções valorativas e os fenótipos psicopatas; e 6) conhecer quais fatores da personalidade e subfunções valorativas predizem os fenótipos psicopatas. Antes de passar para a discussão dos resultados principais, cabe ressaltar as potenciais limitações desta pesquisa.

7.1. Limitações da pesquisa

Apesar das contribuições relevantes advindas desta dissertação, como, por exemplo, conhecer evidências preliminares sobre a adequação de uma medida de autorrelato para avaliação da psicopatia em contexto brasileiro, é necessário analisar os resultados com ressalvas. Inicialmente, é possível destacar como potencial limitação a amostra não probabilística, sendo, portanto, homogênea, composta majoritariamente,

por estudantes universitários. Neste sentido, apresenta pouca variabilidade, sendo formada por pessoas que apresentam, em média, traços latentes próximos, sendo, portanto, arbitrário generalizar os resultados para além das amostras utilizadas.

Outra limitação está relacionada ao procedimento utilizado para mensuração da psicopatia, feita por meio de medidas explícitas ou tipo lápis e papel. Alguns problemas estão associados a esta forma de mensuração da psicopatia, como, por exemplo, a baixa validade convergente entre medidas, indicando uma falta de consenso sobre a natureza do construto, a falha que os psicopatas têm em perceber e avaliar o impacto do seu comportamento sobre os demais, reduzindo a utilidade de itens que avaliam este aspecto, a tendência que psicopatas têm para mentir patologicamente, comportamento que pode ocorrer ao responder ao instrumento, além do embotamento emotivo dos psicopatas, levando a uma má etiquetagem de suas experiências afetivas levando-os, comumente, a indicarem emoções imprecisas (Lilienfeld, 1994, 1998; Lilienfeld & Fowler, 2006).

Outra limitação está na desejabilidade social, em que o participante busca mostrar-se algo mais favorável, acentuando seus aspectos mais positivos. Portanto, parece inerente este viés nas medidas de psicopatia, podendo contribuir para o mascaramento de algumas características dos participantes. Apesar de ser acentuada em alguns construtos (e.g., atitudes frente ao uso de drogas, envolvimento em condutas delitivas, psicopatia), o problema da desejabilidade se amplia com o uso de instrumentos de autorrelato, levando ao falseamento das respostas, podendo interferir na estimação do real traço latente do participante (Cozby, 2003), afetando, também os construtos personalidade e valores (Araújo, 2013). Logo, em possibilidades futuras é importante reduzir ou mesmo controlar este viés.

Por fim, quando se refere a um modelo de predição, tem-se em conta ser plausível entender uma sequência temporal de influência entre as variáveis, neste caso específico, fatores da personalidade, mediados por subfunções valorativas, auxiliando no entendimento de algumas manifestações comportamentais típicas de um psicopata, cabendo destacar a impossibilidade de se estabelecer uma relação causal, a não ser se for utilizado um delineamento experimental.

7.2. Resultados Principais

Considerando as ressalvas assinaladas, é possível pensar que os objetivos propostos para esta dissertação foram alcançados, consistentes com resultados encontrados em outros estudos e congruente teoricamente com as descrições atribuídas à psicopatia (Blonigen et al., 2003; Hall et al., 2004; Masui et al., 2011; Murray et al., 2012; Willemsen & Verhaeghe, 2012).

Quanto aos achados principais, verifica-se que no *Estudo 1* foi possível encontrar uma estrutura fatorial congruente com o teorizado na literatura e encontrado com outras medidas (Cooke & Michie, 2001; Cooke et al., 2006; Gummelt et al., 2012; Patrick et al., 2009; Skeem et al., 2003; Willemsen & Verhaeghe, 2012), em que três componentes principais se destacam, explicando cerca de 25% da variância total, algo superior ao encontrado com outras medidas de autorrelato (Lilienfeld & Andrews, 1996), e com índices aceitáveis de consistência interna, acima dos preconizados pela literatura para fins de pesquisa (0,70; Cozby, 2003; Hair, Black, Babin, Anderson, & Tatham, 2009; Nunnally, 1991; Pasquali, 1999, 2003, 2010, 2012; Urbina, 2010). Percebe-se, ainda, que a medida ora adaptada é uma versão relativamente curta, se comparada a outras (Lilienfeld & Andrews, 1996; Lilienfeld & Widows, 2005), apresentando nove itens para cada dimensão, de baixo custo para aplicação e que não

exige treino para a sua administração, sendo, portanto, uma alternativa interessante para se utilizar com fins de pesquisa.

A estrutura que emergiu no primeiro estudo foi colocada à prova no *Estudo 2*, apresentando, apesar de não dispor dos melhores indicadores de bondade de ajuste (Byrne, 2010; Hair et al., 2009, Pilati & Laros, 2007), índices que permitem pensar em um modelo composto por três dimensões distintas, porém interrelacionadas (Patrick et al., 2009), com indicadores superiores aos encontrados com outras medidas (Love, 2010; Neall & Sellbom, 2012; Savard et al., 2005). Comparada diretamente com modelos alternativos de quatro fatores (Hare, 2003; Neumann et al., 2007), dois fatores (Levenson et al., 1995) e um modelo unifatorial, considerando a psicopatia enquanto um construto unitário, com todos os itens saturando em um fator geral, o modelo trifatorial mostrou-se algo mais adequado.

Atendendo a sugestão de Anestis et al. (2011), indicando que o sexo dos participantes poderia auxiliar no entendimento do pobre ajuste de medidas de psicopatia, checkou-se a invariância fatorial da TriPM. Apesar desta medida não ter sido construída tendo em conta amostras carcerárias do sexo masculino, decidiu-se verificar se a estrutura encontrada funcionava em diferentes grupos, reunindo, portanto, evidências adicionais de validade (Damásio, 2013). Foi possível assegurar a invariância do modelo, considerando quatro restrições (configural, métrica, estrutural e residual), a partir do valor do $\Delta RMSEA$, que mostrou-se dentro do recomendado pela literatura (Chen, 2007; Wu et al., 2007). Portanto, as possíveis variações se dão em virtude das diferenças de gênero entre os participantes e não por um funcionamento diferente da medida em diferentes grupos. Logo, reuniram-se evidências aceitáveis que indicam a pertinência de se utilizar da TriPM para a estimação de fenótipos psicopatas, justificando o seu emprego nesta dissertação.

Considerando os correlatos da psicopatia com os traços de personalidade e valores humanos, observa-se que as hipóteses, em maioria, foram confirmadas, indicando a pertinência de se utilizar destes construtos, de base biológica e social, para uma maior compreensão das manifestações observáveis da psicopatia (Davoglio et al., 2012; Decuyper et al., 2009; Derfinko & Miller, 2013; Farrington, 2006; Waldman & Rhee, 2006).

Foi possível observar que os traços psicopatas se relacionaram negativamente com a subfunção interativa e positivamente com as subfunções experimentação e realização, confirmando o caráter preditivo dos valores, aumentando as evidências em favor deste construto como um componente importante que explica comportamentos, atitudes e julgamentos (Bardi & Schwartz, 2001; Medeiros, 2011; Rokeach, 1973). Verificou-se, ainda, que os fatores extroversão, amabilidade, abertura e neuroticismo se correlacionaram com o transtorno, algo congruente com encontrados em outros estudos (Ross et al., 2004; Salekin et al., 2010), indicando que personalidade normal e anormal podem ser subjacentes a um mesmo traço, localizando-se em um contínuo (Samuel et al., 2010; Walton et al., 2008).

Ademais, foi possível confirmar o papel mediador dos valores humanos na relação entre psicopatia e personalidade. Tal como postulam Bilsky e Schwartz (1994), os traços de personalidade, por serem mais estáveis e com maior componente genético, antecedem os valores, que apresentam uma base mais social. Neste sentido, estes podem ser considerados enquanto uma variável que pode influenciar manifestações comportamentais dos traços de personalidade, que, interagindo, potencializam a predição de comportamentos (Parks & Guay, 2009). Portanto, este estudo constitui-se como uma evidência em favor desta hierarquia, algo que pode influenciar mais estudos que se utilizam destes dois construtos para o entendimento de outros fenômenos.

7.3. Direções Futuras e Conclusão

Considerando possibilidades futuras, é importante contar com amostras mais heterogêneas, ou seja, que apresentem graus distintos de psicopatia. Neste caso específico, é algo relevante, junto a amostras da população geral, contar com pessoas diagnosticadas com o transtorno, ou mesmo recorrer a pessoas internas em hospitais judiciários e presídios. De igual relevância seria contar com estudos de replicação com a TriPM, além de verificar a sua validade convergente, aumentando as evidências em torno deste instrumento. Outro ponto importante seria normatizar a TriPM, possibilitando, posteriormente, sua comercialização, algo importante se for considerado que apenas uma medida de psicopatia apresenta essas características em contexto brasileiro (PCL-R; Morana, 2003).

Ainda no âmbito psicométrico, parece algo interessante analisar as qualidades dos itens via Teoria de Resposta ao Item (TRI), que oferece informações adicionais importantes, como a dificuldade e discriminação para cada item. Pode-se pensar, ainda, em modificações na escala de resposta, possibilitando uma maior variabilidade e etiquetando as âncoras de modo diferente, pois a escala de resposta original pode transmitir uma sensação de dicotomia (Verdadeiro, Pouco Verdadeiro, Pouco Falso e Falso).

Também é necessário ter em conta em oportunidades futuras a aplicação de uma medida de desejabilidade social junto a medida de psicopatia, ou mesmo proceder com a construção de uma medida implícita, procedimento que reduz o viés de falseamento das respostas, de modo que tal técnica tem em conta o tempo de reação do participante, visando captar sua atividade inconsciente, não controlada (Athayde, 2012). Ademais, é relevante considerar outros potenciais preditores da psicopatia, como podem ser os estilos parentais e o apego, sendo algo importante pensar em estudos longitudinais com

crianças, verificando, de forma mais controlada, o papel de determinados construtos para o desenvolvimento de um quadro de psicopatia.

Logo, percebe-se que existem muitas possibilidades para o estudo da psicopatia, principalmente considerando o contexto brasileiro, cujo volume de publicações sobre o construto não é tão acentuado. Portanto, esta dissertação apresenta contribuições relevantes para o estudo da psicopatia, identificando potenciais explicadores do transtorno e disponibilizando uma medida com propriedades psicométricas que sugerem a adequação para o uso com fins de pesquisa.

8. REFERÊNCIAS

- Albuquerque, F. J. B., Noriega, J. A. V., Coelho, J. A. P. M., Neves, M. T. S. & Martins, C. R. (2006). Valores humanos básicos como preditores do bem-estar subjetivo. *Psico - PUCRS*, 37, 131-137.
- Allport, G. W. (1937). *Personality: A psychological interpretation*. Oxford: Holt.
- Allport, G. W. (1961). *Pattern and growth in personality*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Allport, G. W., & Odbert, H. S. (1936). Trait-names: A psycho-lexical study. *Psychological Monographs*, 47, 1-171.
- Allport, G. W., & Vernon, P. E. (1931). *A study of values*. Boston, MA: Houghton Mifflin.
- Almeida, F. J. R., & Sobral, F. J. B. A. (2009). O sistema de valores humanos de administradores brasileiros: Adaptação da escala PQV para o estudo de valores no Brasil. *Revista de Administração Mackenzie*, 10, 101-126.
- Althoff, R. W. (2010). The Big Five personality traits as predictors of academic maturity. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Eastern Illinois University, Charleston, Estados Unidos.
- Aluja, A., Cuevas, L., García, L. F., & García, O. (2007). Zuckerman's personality model predicts MCMI-III personality disorders. *Personality and Individual Differences*, 42, 1311-1321.
- Aluja, A., & García, L. F. (2004). Relationships between big five personality factors and values. *Social Behavior and Personality*, 32, 619-626.
- American Psychiatry Association (2000). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders. Text revision* (4^a ed.). Washington, DC: American Psychiatry Association.

- Andrade, J. M. (2008). *Evidências de validade do Inventário dos Cinco Grandes Fatores de Personalidade para o Brasil*. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia, Universidade de Brasília, DF.
- Anestis, J. C., Caron, K. M., & Carbonell, J. L. (2011). Examining the impact of gender on the factor structure of the Psychopathic Personality Inventory-Revised. *Assessment, 18*, 340-349.
- Angleitner, A. (1991). Personality psychology: Trends and developments. *European Journal of Personality, 5*, 185-197.
- Angleitner, A., Ostendorf, F., & John, O. P. (1990). Towards a taxonomy of personality descriptors in German: A psycho-lexical study. *European Journal of Personality, 4*, 89-118.
- Araújo, R. C. R. (2013). *As bases genéticas da personalidade, dos valores humanos e da preocupação com a honra*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Arrigo, B. A., & Shipley, S. L. (2001). The confusion over psychopathy (I): Historical considerations. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 45*, 325-344.
- Ashton, M. C., & Lee, K. (2001). A theoretical basis for the major dimensions of personality. *European Journal of Personality, 15*, 327-353.
- Athayde, R. A. A. (2012). *Medidas implícitas de valores humanos: Elaboração e evidências de validade*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Austin, E. J., & Deary, I. J. (2000). The 'four As': A common framework for normal and abnormal personality? *Personality and Individual Differences, 28*, 977-995.
- Babiak, P., Neumann, C. S., & Hare, R. D. (2010). Corporate psychopathy: Talking the

- walk. *Behavioral Sciences & The Law*, 28, 174-193.
- Bardi, A., & Schwartz, S. H. (2001). Value hierarchies across cultures: Taking a similarities perspectives. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 32, 268-290
- Barrick, M. R., & Mount, M. K. (1991). The big five personality dimensions and job performance: A meta-analysis. *Personnel Psychology*, 44, 1-26.
- Baumgarten, F. (1933). Die Charktereigenschaften [The character traits]. *Beitraege zur Charakter- und Persoenlichkeitsforschung*. Bern: A. Francke.
- Beltri, R. T., & Fuentes, A. C. (2008). Psicopatía: Una entidad clínica controvertida pero necesaria en psiquiatría forense. *Revista Española de Medicina Legal*, 34, 25-35.
- Benet-Martínez, V., & John, O. P. (1998). Los cinco grandes across cultures and ethnic groups: Multitrait-multimethod analyses of the big five in Spanish and English. *Journal of Personality and Social Psychology*, 75, 729-750.
- Benning, S. D., Patrick, C. J., Blonigen, D. M., Hicks, B. M., & Iacono, W. G. (2005). Estimating facets of psychopathy from normal personality traits: A step toward community-epidemiological investigations. *Assessment*, 12, 3-18.
- Benning, S. D., Patrick, C. J., Hicks, B. M., Blonigen, D. M., & Krueger, R. F. (2003). Factor structure of the Psychopathic Personality Inventory: Validity and implications for clinical assessment. *Psychological Assessment*, 15, 340-350.
- Bilsky, W. (2009). A estrutura de valores: Sua estabilidade para além de instrumentos, teorias, idade e culturas. *Revista de Administração Mackenzie*, 10, 12-33.
- Bilsky, W. & Schwartz, S. H. (1994), Values and personality. *European Journal of Personality*, 8, 163-181.
- Blair, R. J. R. (1995). A cognitive developmental approach to morality: Investigating the psychopath. *Cognition*, 7, 1-29.

- Blair, R. J. R. (2003). Neurological basis of psychopathy. *British Journal of Psychiatry*, 182, 5-7.
- Blair, R. J. R. (2007). The amygdala and ventromedial prefrontal cortex in morality and psychopathy. *Trends in Cognitive Sciences*, 11, 387-392.
- Blair, R. J. R. (2008). The cognitive neuroscience of psychopathy and implications for judgments of responsibility. *Neuroethics*, 1, 149-157.
- Blair, R. J. R. (2010). Neuroimaging of Psychopathy and Antisocial Behavior: A Targeted Review. *Current Psychiatry Reports*, 12, 76-82.
- Blais, M. A. (2010). The common structure of normal personality and psychopathology: Preliminary exploration in a non-patient sample. *Personality and Individual Differences*, 48, 322-326.
- Blonigen, D. M., Carlson, S. R., Krueger, R. F., & Patrick, C. J. (2003). A twin study of self-reported psychopathic personality traits. *Personality and Individual Differences*, 35, 179-197.
- Boccardi, M., Frisoni, G. B., Hare, R. D., Cavedo, E., Najt, P., Pievani, M., Rasser, P. E., Laakso, M. P., Aronen, H. J., Repo-Tiihonen, E., Vaurio, O., Thompson, P. M., & Tiihonen, J. (2011). Cortex and amigdala morphology in psychopathy. *Psychiatry Research*, 193, 85-92.
- Boccardi, M., Ganzola, R., Rossi, R., Sabattoli, F., Laakso, M. P., Repo-Tiihonen, E., Vaurio, O., Kononen, M., Aronen, H. J., Thompson, P. M., Frisoni, G.B., & Tiihonen, J. (2010). Abnormal hippocampal shape in offenders with psychopathy. *Human Brain Mapping*, 31, 438-447.
- Boyle, G. J., & Helmes, E. (2009). Methods of personality assessment. In P. J. Corr & G. Matthews (Eds.), *The Cambridge handbook of personality psychology* (pp. 110-126). Cambridge: Cambridge University Press

- Brazil, I. A., Verkes, R. J., Brouns, B. H. J., Buitelaar, J. K., & Bulten, B. H. (2012). Differentiating psychopathy from general antisociality using the P3 as a psychophysiological correlate of attentional allocation. *Plos One*, 7, 1-8.
- Brinkley, C. A., Diamond, P. M., Magaletta, P. R., & Heigel, C. P. (2008). Cross-validation of Levenson's Psychopathy Scale in a sample of federal female inmates. *Assessment*, 15, 464-482.
- Brinkley, C. A., Schmitt, W. A., Smith, S. S., & Newman, J. P. (2001). Construct validation of a self report psychopathy scale: Does Levenson's SRPS measure the same construct as Hare's PCL-R? *Personality and Individual Differences*, 31, 1021-1038.
- Byrne, B. M. (2010). *Structural equation modeling with Amos: Basic concepts, applications, and programming* (2^a ed.). New York: Routledge.
- Carvalho-Netto, E. F. (2009). Medo e ansiedade: Aspectos comportamentais e neuroanatômicos. *Arquivos Médicos dos Hospitais e da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo*, 54, 62-65.
- Cattell, R. B. (1950). *Personality: A systematic theoretical and factual study*. New York: McGraw-Hill.
- Chen, F. F. (2007). Sensitivity of goodness of fit indexes to lack of measurement invariance. *Structural Equation Modeling*, 14, 464-504.
- Chorągwicka, B. (2010). *The Big Five facets and performance prediction*. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia, Universidade Santiago de Compostela, Espanha.
- Clawson, C. J., & Vinson, D. E. (1978). Human values: A historical and interdisciplinary analysis. *Advances in Consumer Research*, 5, 396-402.
- Cleckley, H. M. (1988). *The mask of sanity: An attempt to clarify some issues about the*

- so-called psychopathic personality*. Augusta: E.S. Cleckley.
- Cloninger, C. R. (1978). The antisocial personality. *Hospital Practice*, 13, 97-106.
- Cooke, D. J., & Michie, C. (2001). Refining the construct of psychopathy: Towards a hierarchical model. *Psychological Assessment*, 13, 171-188.
- Cooke, D. J., Michie, C., & Hart, S. D. (2006). Facets of clinical psychopathy: Toward clear measurement. In C.J. Patrick (Ed.) *Handbook of psychopathy* (pp. 91-106). New York: The Guilford Press
- Cooke, D. J., Michie, C., Hart, S. D., & Clark, D. A. (2004). Reconstructing psychopathy: Clarifying the significance of antisocial and socially deviant behavior in the diagnosis of psychopathic personality disorder. *Journal of Personality Disorders*, 18, 337-357.
- Cooke, D. J., Michie, C., Hart, S. D., & Hare, R. D. (1999). Evaluating the screening version of the Hare Psychopathy Checklist-Revised (PCL:SV): An item response theory analysis. *Psychological Assessment*, 11, 3-13.
- Costa, P. T., Jr., & McCrae, R. R. (1992). *Revised NEO Personality Inventory (NEO PI-R) and NEO Five-Factor Inventory (NEO-FFI) professional manual*. Odessa, FL: Psychological Assessment Resources.
- Cox, J., Edens, J. F., Magyar, M. S., Lilienfeld, S. O., Douglas, K. S., & Poythress, N. G. (2013). Using the Psychopathic Personality Inventory to identify subtypes of antisocial personality disorder. *Journal of Criminal Justice*, 41, 125-134.
- Cozby, P. C. (2003). *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento*. São Paulo: Atlas.
- Crowne, D. P., & Marlowe, D. (1964). *The approval motive*. New York: John Wiley & Sons.
- Damasio, A. R. (1994). *Descartes' error: Emotion, reason, and the human brain*. New

York: Putnam.

Damásio, B. F. (2013). Contribuições da análise fatorial confirmatória multigrupo (AFCM) na avaliação de invariância de instrumentos psicométricos. *Psico-USF*, 18, 211-220.

Davoglio, T. R., Gauer, G. J. C., Jaeger, J. V. H., & Tolotti, M. D. (2012). Personalidade e psicopatia: Implicações diagnósticas na infância e adolescência. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 17, 453-460

Deary, I. J. (2009). The trait approach to personality. In P. J. Corr & G. Matthews (Eds.), *The Cambridge Handbook of Personality Psychology*, (pp. 89-109). Cambridge: Cambridge University Press.

Decuyper, M., Pauw, S., Fruyt, F., Bolle, M., & Clercq, B. J. (2009). A meta-analysis of psychopathy, antisocial PD and FFM associations. *European Journal of Personality*, 23, 531-565.

DeLisi, M. (2009). Psychopathy is the Unified Theory of Crime. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 7, 256–273.

Derefinko, K., & Lynam, D. R. (2013.). Psychopathy from the perspective of the five-factor model of personality. In T. A. Widiger & P. T. Costa (Eds.), *Personality disorders and the five-factor model of personality* (3^a ed.), (pp. 103–117). Washington: American Psychological Association. Retirado de <http://content.apa.org/books/13939-007>

DeYoung, C. G, & Gray J. R. (2009). Personality neuroscience: Explaining individual differences in affect, behavior, and cognition. In P. J. Corr & G. Matthews (Eds). *The Cambridge handbook of personality psychology* (pp. 323-346). New York: Cambridge University Press.

Digman, J. M. (1990). Personality structure: Emergence of the five factor model.

Annual Review of Psychology, 41, 417-440.

- Dindo, L., & Fowles, D. (2011). Dual temperamental risk factors for psychopathic personality: evidence from self-report and skin conductance. *Journal of Personality and Social Psychology*, 100, 557-566.
- Diniz, S. S. (2009). *A influência dos traços de personalidade na escolha de estratégias de coping em adolescentes*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO.
- Distel, M. A., Trull, T. J., Willemsen, G., Vink, J. M., Derom, C. A., Lynskey, M., Martin, N. G., & Boomsma, D. I. (2009). The five-factor model of personality and borderline personality disorder: A genetic analysis of comorbidity. *Biological Psychiatry*, 66, 1131-1138.
- Duijsens, I. J., & Diekstra, R. F. W. (1996). DSM-III-R and ICD-10 personality disorders and their relationship to the big five dimensions of personality. *Personality and Individual Differences*, 21, 119-133.
- Dukes, W. F. (1955). Psychological studies of values. *Psychological Bulletin*, 52, 24-50.
- Dumont, F. (2010). *A history of personality psychology: Theory, science, and research from Hellenism to the twenty-first century*. New York: Cambridge University Press.
- Engler, B. (1991). *Personality theories: An introduction* (3ª ed.). Boston, MA: Houghton Mifflin Company.
- Espada, A. A., Rodríguez-Sutil, C., & Sánchez, J. R. H. (1997). Evaluación de la Personalidad Patológica. Nuevas Perspectivas. In A. Cordero (Org.) *Evaluación Psicológica en el año 2000* (pp.79-107). Madrid: TEA.
- Eysenck, H. J. (1970). *The structure of human personality* (3ª ed.). London: Methuen.
- Eysenck, H. J. (1986). Can personality study ever be scientific? *Journal of Social*

Behavior and Personality, 1, 3-19.

- Eysenck, H. J. (1997). Personality and experimental psychology: The unification of psychology and the possibility of a paradigm. *Personality Processes and Individual Differences, 73*, 1224-1237.
- Eysenck, H. J., & Eysenck, S. B. G. (1987). *Cuestionario de personalidad EPI. Manual*. Madrid: TEA Ediciones.
- Farrington, D. P. (2006). Family background and psychopathy. In C. J. Patrick (Ed), *Handbook of psychopathy* (pp. 229-250). New York: The Guilford Press.
- Felthous, A. R., & Sass, H. (Eds.). (2007). *International handbook on psychopathic disorders and the law*. New York: Wiley.
- Fiske, D. W. (1949). Consistency of the factorial structures of personality rating from different sources. *Journal of Abnormal Social Psychology, 44*, 329-344.
- Flores-Mendoza, C. E., Alvarenga, M. A. S., Herrero, O., & Abad, F. J. (2008). Factor structure and behavioral correlates of the Psychopathy Checklist-Revised (PCL-R) in a Brazilian sample. *Personality and Individual Differences, 45*, 584-590.
- Fowles, D. C. (1980). The three arousal model: Implications of Gray's two-factor learning theory for heart rate, electrodermal activity, and psychopathy. *Psychophysiology, 17*, 87-104.
- Fowles, D. C. (1987). Applications of a behavioral theory of motivation to the concepts of anxiety and impulsivity. *Journal of Research in Personality, 21*, 417-435.
- Goldberg, L. R. (1981). Language and individual differences: The search for universals in personality lexicons. In L. Wheeler (Ed.), *Review of personality and social psychology* (pp. 141 -165). Beverly Hills, CA: Sage.
- Goldberg, L. R. (1990). An alternative "Description of personality": The Big-Five factor structure. *Journal of Personality and Social Psychology, 59*, 1216-1229.

- Goldberg, L. R. (1993). The structure of phenotypic personality traits. *American Psychologist*, 48, 26-34.
- Goldberg, L. R. (1995). An alternative “description of personality”: The Big Five structure. *Personality Processes and Individual Differences*, 59, 1216-1229.
- Gomes, C. M. A., & Golino, H. F. (2012). Relações hierárquicas entre os traços amplos do Big Five. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25, 445-456.
- Gonçalves, V. M., McLawsen, J. E., Huss, M. T., & Scalora, M. J. (2013). Factor structure and construct validity of the psychopathic personality inventory in a forensic sample. *International Journal of Law and Psychiatry*, 36, 176-184.
- Gouveia, V. V. (1998). *La naturaleza de los valores descriptores del individualismo del colectivismo: Una comparación intra e intercultural*. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia Social, Universidade Complutense de Madri, Espanha.
- Gouveia, V. V. (2003). A natureza motivacional dos valores humanos: Evidências acerca de uma nova tipologia. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 8, 431-443.
- Gouveia, V. V. (2013). *Teoria funcionalista dos valores humanos: Fundamentos, aplicações e perspectivas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Gouveia, V. V., Fonsêca, P. N., Milfont, T. L., & Fischer, R. (2011). Valores humanos: Contribuições e perspectivas teóricas. In C. V. Torres, & E. R. Neiva (Eds.), *A psicologia social: Principais temas e vertentes* (pp.296-313). Porto Alegre, RS: ArtMed.
- Gouveia, V. V., Milfont, T. L., Fischer, R. & Santos, W. S. (2008). Teoria funcionalista dos valores humanos. In M. L. M. Teixeira (Ed.), *Valores humanos e gestão: Novas perspectivas* (pp. 47-80). São Paulo, SP: Senac.
- Gouveia, V. V., Milfont, T. L., & Guerra, W. M. (2014). Functional theory of human

- values: Testing its content and structure. *Personality and Individual Differences*, 60, 41-47.
- Gray, J. A. (1970). The psychophysiological basis of introversion–extraversion. *Behavior Research and Therapy*, 8, 249–266.
- Gray, J. A. (1975). *Elements of a two-process theory of learning*. New York: Academic Press.
- Guay, Jean-Pierre, Ruscio, J., Knight, R. A., & Hare, R. D. (2007). A taxometric analysis of the latent structure of psychopathy: evidence for dimensionality. *Journal of Abnormal Psychology*, 116, 701-716.
- Guillham, N. W. (2001). Sir Francis Galton and the birth of eugenics. *Annual Review of Genetics*, 35, 83-101.
- Gummelt, H. D. (2010). *Successful psychopaths: Investigating the relationship between psychopathy, protective factors, and antisocial behavior*. Retirado de <http://etd.lib.fsu.edu/theses/available/etd-07202010-225734/>
- Gummelt, H. D., Anestis, J. C., & Carbonell, J. L. (2012). Examining the Levenson Self Report Psychopathy Scale using a graded response model. *Personality and Individual Differences*, 53, 1002-1006.
- Haigler, E. D., & Widiger, T. A. (2001). Experimental manipulation of NEO PI-R items. *Journal of Personality Assessment*, 77, 339–358.
- Hair, J. F. Jr., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados* (6ª ed.). Porto Alegre, RS: Bookman.
- Hall, C. S., Lindzey, G., & Campbell, J. B. (2000). *Teorias da personalidade* (4ª Ed.). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Hall, J. R. (2009). *Interview assessment of boldness: Construct validity and empirical links to psychopathy and fearlessness*. Tese de Doutorado. Departamento de

Psicologia, Universidade de Minnesota, Estados Unidos.

- Hall, J. R., & Benning, S. D. (2006). The “Successful” psychopath: Adaptive and subclinical manifestations of psychopathy in the general population. In C. J. Patrick (Ed.), *Handbook of psychopathy* (pp. 459-478). New York: The Guilford Press.
- Hall, J. R., Benning, S. D., & Patrick, C. J. (2004). Discriminant validity of the three-factor model of psychopathy: Personality, behavior, and adaptive functioning. *Assessment, 11*, 4-16.
- Hare, R. D. (1980). A research scale for the assessment of psychopathy in criminal populations. *Personality and Individual Differences, 1*, 111–119.
- Hare, R. D. (1991). *The Hare psychopathy checklist revised manual*. Toronto: Multi-Health Systems.
- Hare, R. D. (2003). *Manual for the Revised Psychopathy Checklist* (2^a ed.). Toronto, ON, Canada: Multi-Health Systems.
- Hare, R. D., & Neumann, C. S. (2005). Structural models of psychopathy. *Current psychiatry reports, 7*, 57–64.
- Hare, R. D., & Neumann, C. S. (2008). Psychopathy as a clinical and empirical construct. *Annual Review of Clinical Psychology, 4*, 217-246.
- Hare, R. D., & Neumann, C. S. (2009). Psychopathy: Assessment and forensic implication. *The Canadian Journal of Psychiatry, 54*, 791-802.
- Hare, R. D., & Neumann, C. S. (2010). The role of antisociality in the psychopathy construct: Comment on Skeem and Cooke (2010). *Psychological Assessment, 22*, 446–454.
- Hart, S., Cox, D., & Hare, R. D. (1995). *Manual for the Psychopathy Checklist: Screening Version (PCL:SV)*. Toronto, ON, Canada: Multi-Health Systems.

- Hauck Filho, N., Teixeira, M. A. P., & Dias, A. C. G. (2009). Psicopatia: O construto e sua avaliação. *Avaliação Psicológica*, 8, 337-346.
- Hauck Filho, N., Teixeira, M. A. P., & Dias, A. C. G. (2012). Psychopathy: A dimensional and noncriminal approach of the construct. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 30, 317-327.
- Hecht, D. (2011). An inter-hemispheric imbalance in the psychopath's brain. *Personality and Individual Differences*, 51, 3-10.
- Henriques, R. P. (2009). De H. Cleckley ao DSM-IV-TR: a evolução do conceito de psicopatia rumo à medicalização da delinquência. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 12, 285-302.
- Herpertz, S. C., & Sass H. (2000). Emotional deficiency and psychopathy. *Behavior Science and the Law*, 18, 567-580.
- Hutz, C. S., Nunes, C. H. S. S., Silveira, A. D., Serra, J., Anton, M., & Wieczorek, L. S. (1998). O desenvolvimento de marcadores para a avaliação da personalidade no Modelo dos Cinco Grandes Fatores. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11, 395-409.
- Inglehart, R. (1977). *The silent revolution: Changing values and political styles among Western publics*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- John, O. P., Angleitner, A., & Ostendorf, F. (1988). The lexical approach to personality: A historical review of trait taxonomic research. *European Journal of Personality*, 2, 171-203.
- John, O. P., Donahue, E. M., & Kentle, R. L. (1991). *The "Big Five" Inventory & Versions 4a and 54*. Berkeley, University of California. Institute of Personality and Social Research.
- John, O. P., & Srivastava, S. (1999). The Big-Five trait taxonomy: History, measurement, and theoretical perspectives. In L. A. Pervin & O. P. John (Eds.),

- Handbook of personality: Theory and research* (Vol. 2, pp. 102–138). New York: Guilford Press.
- Johansson, P., Andershed, H., Kerr, M., & Levander, S. (2002). On the operationalization of psychopathy: Further support for a three-faceted personality oriented model. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, *106*, 81-85.
- Johnson, S. L., Turner, R. J., & Iwata, N. (2003). BIS/BAS levels and psychiatric disorder: An epidemiological study. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, *25*, 25-36.
- Jones, S., Cauffman, E., Miller, J. D., & Mulvey, E. (2006). Investigating different factor structures of the Psychopathy Checklist: Youth version: Confirmatory factor analytic findings. *Psychological Assessment*, *18*, 33-48.
- Just, C. (2011). A review of literature on the general factor of personality. *Personality and Individual Differences*, *50*, 765-771.
- Karpman, B. (1948). The myth of the psychopathic personality. *American Journal of Psychiatry*, *104*, 523-534.
- Kennealy, P. J., Skeem, J. L., Walters, G. D., & Camp, J. (2010). Do core interpersonal and affective traits of PCL-R psychopathy interact with antisocial behavior and disinhibition to predict violence? *Psychological Assessment*, *22*, 569-580.
- Klages, L. (1926). *The science of character*. London: Allen and Unwin.
- Kluckhohn, C. (1951). Values and value orientations in the theory of action. In T. Parsons & E. Shils (Eds.), *Toward a general theory of action* (pp. 388-433). Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Koenings, M., Baskin-Sommers, A., Zeier, J., & Newman, J. P. (2011). Investigating the neural correlates of psychopathy: A critical review. *Molecular Psychiatry*, *16*, 792-799.

- Kosson, D. S., Neumann, C. S., Forth, A. E., Salekin, R. T., Hare, R. D., Krischer, M. K., & Sevecke, K. (2013). Factor structure of the Hare Psychopathy Checklist: Youth Version (PCL:YV) in adolescent females. *Psychological Assessment*, 25, 71-83.
- Kotov, R., Gamez, W., Schmidt, F., & Watson, D. (2010). Linking “Big” personality traits to anxiety, depressive, and substance use disorders: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 136, 768-821.
- Krueger, R. F., Markon, K. E., Patrick, C. J., Benning, S. D., & Kramer, M. (2007). Linking antisocial behavior, substance use, and personality: An integrative quantitative model of the adult externalizing spectrum. *Journal of Abnormal Psychology*, 116, 645-666.
- Lalumière, M. L., Harris, G. T., & Rice, M. E. (2001). Psychopathy and developmental instability. *Evolution and Human Behavior*, 22, 75-92.
- Larsen, R. J., & Buss, D. M. (2002). *Personality psychology: Domains of knowledge about nature*. Boston, MA: McGraw Hill.
- Leistico, A. R., Salekin, R. T., DeCoster, J., & Rogers, R. (2008). A large-scale meta-analysis relating the Hare measures of psychopathy to antisocial conduct. *Law and Human Behavior*, 32, 28-45.
- Levenson, M., Kiehl, K., & Fitzpatrick, C. (1995). Assessing psychopathy attitudes in a noninstitutionalized population. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68, 151-158.
- Lilienfeld, S. O. (1994). Conceptual problems in the assessment of psychopathy. *Clinical Psychology Review*, 14, 17-38.
- Lilienfeld, S. O. (1998). Methodological advances and developments in the assessment of psychopathy. *Behaviour Research and Therapy*, 36, 99-125.

- Lilienfeld, S. O., & Andrews, B. P. (1996). Development and preliminary validation of a self-report measure of psychopathic personality traits in noncriminal populations. *Journal of Personality Assessment*, 66, 488-524.
- Lilienfeld, S. O., & Fowles, K. A. (2006). The self-report assessment of psychopathy: Problems, pitfalls, and promises. In C. J. Patrick (Ed.), *Handbook of psychopathy* (pp. 107-132). New York: Guilford Press.
- Lilienfeld, S. O., & Widows, M. R. (2005). *Professional manual for the Psychopathic Personality Inventory-Revised (PPI-R)*. Lutz, FL: Psychological Assessment Resources.
- Lima, M. P. (1997). *NEO-PI-R Contextos teóricos e psicométricos: 'Ocean' ou 'Iceberg'?* Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia, Universidade de Coimbra, Portugal.
- Lima, T. J. S. (2012). *Modelos de valores de Schwartz e Gouveia: Comparando conteúdo, estrutura e poder preditivo*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Love, A. B. (2010). *The relations between subjective well-being, psychopathy, and the NEO Big Five personality traits*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Artes, University of British Columbia, Canadá.
- Lykken, D. T. (1957). A study of anxiety in the sociopathic personality. *Journal of Abnormal and Clinical Psychology*, 55, 6-10.
- Lykken, D. T. (1995). *The antisocial personalities*. Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Lykken, D. T. (2006). Psychopathic personality: The scope of the problem. In C.J. Patrick (Ed), *Handbook of Psychopathy* (pp. 3-13). New York: The Guilford Press.
- Magro, C. L., & Sánchez, J. I. R. (2005). Aproximación histórica al concepto de

- psicopatía. *Psicopatología Clínica, Legal y Forense*, 5, 137-168.
- Mahmut, M. K., Menictas, C., Stevenson, R. J., & Homewood, J. (2011). Validating the factor structure of the self-report Psychopathy scale in a community sample. *Psychological Assessment*, 23, 670-678.
- Maio, G. R. (2010). Mental representations of social values. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 42, pp. 1-43). New York: Academic Press.
- Markon, K. E., Krueger, R. F., & Watson, D. (2005). Delineating the structure of normal and abnormal personality: An integrative hierarchical approach. *Personality Processes and Individual Differences*, 88, 139-157.
- Maslow, A. H. (1954). *Motivation and personality*. New York: Harper & Row.
- Masui, K., Iriguchi, S., Nomura, M., & Ura, M. (2011). Amount of altruistic punishment accounts for subsequent emotional gratification in participants with primary psychopathy. *Personality and Individual Differences*, 51, 823-828.
- Mathieu, C., Hare, R. D., Jones, D. N., Babiak, P., & Neumann, C. S. (2013). Factor structure of the B-Scan 360: A measure of corporate psychopathy. *Psychological Assessment*, 25, 288-293.
- Maya, Mei-Tal (2005). *The legal and social management of psychopaths*. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia, Durham University, Inglaterra.
- McAdams, D. P. (2012). Two historical tales about personality, poorly told. *Theory & Psychology*, 22, 527-534.
- McCrae, R. R. (1989). Why I advocate the five-factor model: Joint analyses of the NEO-PI and other instruments. In D. M. Buss & N. Cantor (Eds.), *Personality psychology: Recent trends and emerging directions* (pp. 237-245). New York: Springer-Verlag.

- McCrae, R. R. (2010). The place of the FFM in personality psychology. *Psychological Inquiry*, 21, 57-64.
- McCrae, R. R. (2011). Personality theories for the 21st Century. *Teaching of Psychology*, 38, 209-214.
- McCrae, R. R. & Costa, P. (1997). Personality trait structure as a human universal. *American Psychologist*, 52, 509-516.
- McCrae, R. R. & John, O. P. (1992). An introduction to the five-factor model and its applications. *Journal of Personality*, 60, 175-215.
- Medeiros, E. D. (2011). *Teoria funcionalista dos valores humanos: Testando sua adequação intra e interculturalmente*. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Medeiros, E. D., Gouveia, V. V., Gusmão, E. E. S., Milfont, T. L., Fonseca, P. N., & Aquino, T. A. A. (2012). Teoria funcionalista dos valores humanos: Evidências de sua adequação no contexto paraibano. *Revista de Administração Mackenzie*, 13, 18-44.
- Miller, J.D., Lynam, D.R., Widiger, T.A., & Leukefeld, C. (2001). Personality disorders as extreme variants of common personality dimensions: Can the Five-Factor Model adequately represent psychopathy? *Journal of Personality*, 69, 253-276.
- Millon, T., Simonsen, E., & Birket-Smith M. (2003). Historical conceptions of psychopathy in the United States and Europe. In T. Millon, E. Simonsen, M. Birket-Smith, & R. D. Davis (Eds.), *Psychopathy: Antissocial, criminal and violent behavior* (pp. 3 – 31), New York: Guilford Press.
- Millon, T., Simonsen, E., Birket-Smith, M., & Davis, R. D. (Eds.). *Psychopathy: Antissocial, criminal and violent behavior*. New York: Guilford Press
- Morana, H. (2003). *Identificação do ponto de corte PCJ-R (Psychopathy Checklist*

- Revised*) em população forense brasileira. Caracterização de dois subtipos de personalidade: Transtorno global e parcial. Tese de Doutorado. Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, SP.
- Murray, H. A. (1938). *Explorations in personality*. New York: Oxford University Press.
- Murray, A. A., Wood, J. M., & Lilienfeld, S. O. (2012). Psychopathic personality traits and cognitive dissonance: Individual differences in attitude change. *Journal of Research in Personality*, 46, 525-536.
- Neal, T. M. S., & Sellbom, M. (2012). Examining the factor structure of the Hare Self-Report Psychopathy scale. *Journal of Personality Assessment*, 94, 244-253.
- Neumann, C. S., Hare, R. D., & Newman, J. P. (2007). The super-ordinate nature of the Psychopathy Checklist-Revised. *Journal of Personality Disorders*, 21, 102–117.
- Neumann, C. S., Kosson, D. S., Forth, A. E., & Hare, R. D. (2006). Factor structure of the Hare Psychopathy Checklist: Youth Version (PCL:YV) in incarcerated adolescents. *Psychological Assessment*, 18, 142-154.
- Nikolova, N. L. (2013). *The Psychopathic Personality Inventory-Revised: Evaluation of its psychometric properties, incremental validity, and moderating effects of gender in a correctional sample*. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia, Simon Fraser University, Canadá.
- Norman, W. T. (1963). Toward an adequate taxonomy of personality attributes: Replicated factor structure in peer nomination personality ratings. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 66, 574-583.
- Norman, W. T. (1967). *2800 personality traits descriptors: Normative operating characteristics for a university population*. Ann Arbor, MI: Department of Psychology, University of Michigan.
- Nunes, C. H. S. S. (2005). *Construção, validação e normatização das escalas de*

- extroversão e socialização no modelo dos Cinco Grandes Fatores*. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Nunes, C. H. S. S., & Hutz, C. S. (2006). Construção e validação de uma escala de extroversão no modelo dos Cinco Grandes Fatores de Personalidade. *Psico-USF*, *11*, 147-155.
- Nunes, C. H. S. S., & Hutz, C. S. (2007). Construção e validação da Escala Fatorial de Socialização no Modelo dos Cinco Grandes Fatores. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *20*, 20-25.
- Nunnally, J. C. (1991). *Teoría psicométrica*. México, DF: Trillas.
- Oliver, J. M., & Mooradian, T. A. (2003). Personality traits and personal values: A conceptual and empirical investigation. *Personality and Individual Differences*, *35*, 109–125.
- Ostrosky-Solís, F., Rebollar, C. R., Garcia, A. V., & Villalpando, R. O. (2009). Asociaciones implícitas como método para la detección de violencia y psicopatía. *Revista Chilena de Neuropsicología*, *4*, 170-178.
- Pai, A. L. H., Mullins, L. L., Drotar, D., Burant, C. Wagner, J., & Channey, J. M. (2007). Exploratory and confirmatory factor analysis of Child Uncertainty in Illness Scale among children with chronic illness. *Journal of Pediatric Psychology*, *32*, 288-296.
- Pakizeh, A., Gebauer, J. E., & Maio, G. R. (2007). Basic human values: Inter-value structure in memory. *Journal of Experimental Social Psychology*, *43*, 458-465.
- Parks, L., & Guay, R. P. (2009). Personality, values, and motivation. *Personality and Individual Differences*, *47*, 675-684.
- Parsons, T. (1959/ 1976). *El sistema social*. Madri: Revista do Occidente.

- Parsons, T., & Shils, E. A. (1951). *Toward a general theory of action*. New York: Harper.
- Pasquali, L. (1999). *Instrumentos psicométricos: Manual prático de elaboração*. Brasília, DF: LabPAM/IBAPP.
- Pasquali, L. (2000). *Os tipos humanos: A teoria da personalidade*. Brasília, DF: LabPam.
- Pasquali, L. (2003). *Psicometria: Teoria dos testes na psicologia e na educação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Pasquali, L. (2010). *Instrumentação psicológica: Fundamentos e práticas*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Pasquali, L. (2012). *Análise fatorial para pesquisadores*. Brasília, DF: LabPam.
- Patrick, C. J. (2010). *Operationalizing the triarchic conceptualization of psychopathy: Preliminary description of brief scales for assessment of boldness, meanness, and disinhibition*. Manual não publicado, Departamento de Psicologia, Florida State University, Estados Unidos. Retirado de <http://www.phenxtoolkit.org>
- Patrick, C. J., Fowles, D. C., & Krueger, R. F. (2009). Triarchic conceptualization of psychopathy: Developmental origins of disinhibition, boldness, and meanness. *Development and Psychopathology*, 21, 913-938.
- Patrick, C. J., Vaidyanathan, U., Benning, S. D., Hicks, B. M., & Kramer, M. D. (2010). *Refining measurement of the fearless-dominance component of psychopathy: Development and validation of the Boldness Inventory*. Manuscrito não publicado.
- Paunonen, S. V., & Jackson, D. N. (2000). What is beyond the Big Five? Plenty! *Journal of Personality*, 68, 821-835.
- Pereira, C., Camino, L., & Costa, J. B. (2004). Análise fatorial confirmatória do

- Questionário de Valores Psicossociais-QVP24. *Estudos de Psicologia*, 9, 505-512.
- Pervin, L. A. (1978). *Personalidade: Teoria, avaliação e pesquisa*. São Paulo: EPU.
- Pilati, R., & Laros, J. A. (2007). Modelos de equações estruturais em psicologia: Conceitos e aplicações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23, 205-216.
- Pimentel, C. E. (2004). *Valores humanos, preferência musical, identificação grupal e comportamentos de risco*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Pinho, C. C. M. (2005). *Taxonomia brasileira da personalidade: Um estudo dos adjetivos da língua portuguesa*. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia, Pontífice Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP.
- Plomin, R., & Rende, R. (1991). Human behavioral genetics. *Annual Review of Psychology*, 42, 161-190.
- Poy, R., Segarra, P., Esteller, À., López, R., & Moltó, J. (2013). FFM description of the triarchic conceptualization of psychopathy in men and women. *Psychological Assessment*, 13, 1-8.
- Reynolds, S. K., & Clark, L. A. (2001). Predicting dimensions of personality disorders from domains and facets of the five-factor model. *Journal of Personality*, 69, 199-222.
- Ribeiro, J. B. E. S. (2009). *Psicopatia em Portugal: Uma análise da comunicação científica portuguesa*. Monografia não publicada. Departamento de Psicologia, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Portugal.
- Roccas, S., Sagiv, L., Schwartz, S. H., & Knafo, A. (2002). The big five personality factors and personal values. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 28, 789-801.

- Rohan, M. J. (2000). A rose by any name? The values construct. *Personality and Social Psychology Review*, 4, 255-277.
- Rokeach, M. (1973). *The nature of human values*. New York: Free Press.
- Rosario, T. C. S. (2009). *La medición de la psicopatía en el contexto del sistema de justicia juvenil en España*. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia Básica, Universidad de València, Espanha.
- Ros, M. (2006). Psicologia social dos valores humanos: Uma perspectiva histórica. In M. Ros & V. V. Gouveia (Orgs.), *Psicologia social dos valores humanos: Desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados* (pp. 23-53). São Paulo: Editora Senac São Paulo.
- Ross, S. R., Lutz, C. J., & Bailley, S. E. (2004). Psychopathy and the five factor model in a noninstitutionalized sample: A domain and facet level analysis. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 26, 213-223.
- Saß, H., & Felthous, A. R. (2007). History and conceptual development of psychopathic disorders. Em A. R. Felthous & H. Saß (Eds), *International handbook on psychopathic disorders and the law* (pp. 9-30). New York: John Wiley & Sons Ltd.
- Salekin, R. T., Debus, S. A., & Barker, E. D. (2010). Adolescent psychopathy and the five factor model: Domain and facet analysis. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 32, 501-514.
- Salvador-Silva, R., Vasconcellos, S. J. L., Davoglio, T. R., Gauer, G. J. C., & Kosson, D. (2012). Psicopatía e comportamentos interpessoais em detentos: um estudo correlacional. *Avaliação Psicológica*, 11, 239-245.
- Samuel, D. B., Simms L. J., Clark L. A., Livesley W. J., & Widiger T. A. (2010). An item response theory integration of normal and abnormal personality

- scales. *Personality Disorders: Theory, Research, and Treatment*. 1, 5–21.
- Samuel, D. B., & Widiger, T. A. (2008). A meta-analytic review of the relationships between the five-factor model and DSM-IV-TR personality disorders: A facet level analysis. *Clinical Psychology Review*, 28, 1326-1342.
- Stankov, L., Boyle, G. B., & Cattell, R. B. (2006). *Models and paradigms in personality and intelligence research*. Manuscrito não publicado.
- Saucier, G., & Goldberg, L. R. (1996). Evidence for the Big Five in analyses of familiar English personality adjectives. *European Journal of Personality*, 10, 61-77.
- Saucier, G., & Ostendorf, F. (1999). Hierarchical subcomponents of the Big Five personality factors: A cross-language replication. *Journal of Personality and Social Psychology*, 76, 613-627.
- Saulsman, L. M., & Page, A. C. (2004). The five-factor model and personality disorder empirical literature: A meta-analytic review. *Clinical Psychology Review*, 23, 1055-1085.
- Savard, C., Lussier, Y., Sabourin, S., & Brassard, A. (2005). French-Canadian validation of the Levenson self-report psychopathy scale. *Canadian Psychological Association*, 10, 1-4.
- Schwartz, S. H. (1992). Universals in the context and structure of values: Theoretical advances and empirical tests in 20 countries. In M. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 25, pp. 1-65). Orlando, FL: Academic Press.
- Schwartz, S. H. (2006). Há aspectos universais na estrutura e no conteúdo dos valores humanos? In M. Ross & V. V. Gouveia (Eds.), *Psicologia social dos valores humanos: Desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados* (pp. 55-85). São Paulo: Editora Senac.
- Schwartz, S. H. (2012). An overview of the Schwartz Theory of Basic Values. *Online*

Readings in Psychology and Culture, 2, 1-20.

Schwartz, S. H., & Boehnke, K. (2004). Evaluating the structure of human values with confirmatory factor analysis. *Journal of Research in Personality*, 38, 230-255.

Schultz, D. P., & Schultz, S. E. (2002). *Teorias da personalidade*. São Paulo: Pioneira Thomson.

Schultz, S. E., & Schultz, D. P. (2011). *Teorias da personalidade* (9ª ed.). São Paulo: Cengage Learning.

Sellbom, M., & Phillips, T. R. (2012). An examination of the triarchic conceptualization of psychopathy in incarcerated and nonincarcerated samples. *Journal of Abnormal Psychology*, 122, 208-214.

Silva, I. B., & Nakano, T. C. (2011). Modelo dos Cinco Grandes Fatores da Personalidade: Análise de pesquisas. *Avaliação Psicológica*, 10, 51-62.

Silva, D. R., Rijo, D., & Salekin, R. T. (2012). Child and adolescent psychopathy: A state-of-the-art reflection on the construct and etiological theories. *Journal of Criminal Justice*, 40, 269-277.

Silva, D. R., Rijo, D., & Salekin, R. T. (2012). Child and adolescent psychopathy: Assessment issues and treatment needs. *Agression and Violent Behavior*, 18, 71-78.

Skeem, J. L., & Cooke, D. J. (2010). Is criminal behavior a central component of psychopathy? Conceptual directions for resolving the debate. *Psychological Assessment*, 22, 433-445.

Skeem, J. L., Polaschek, D. L. L., Patrick, C. P., & Lilienfeld, S. O. (2011). Psychopathy personality: Bridging the gap between scientific evidence and public policy. *Psychological Science in the Public Interest*, 12, 95-162.

Skeem, J. L., Poythress, N., Edens, J. F., Lilienfeld, S. O., & Cale, E. M. (2003).

- Psychopathic personality or personalities? Exploring potential variants of psychopathy and their implications for risk assessment. *Agression and Violent Behavior*, 8, 513-546.
- Smederevac, S., Mitrović, D., & Čolović, P. (2007). The structure of the lexical personality descriptors in Serbian language. *Psihologija*, 40, 485-508.
- Soeiro, C. & Gonçalves, R. A. (2010). O estado da arte do conceito de psicopatia. *Análise Psicológica*, 1, 227-240.
- Spates, J. L. (1983). The sociology of values. *Annual Review Sociology*, 9, 27-49.
- Spranger, E. (1929). *Types of men*. New York: Stechert-Hafner.
- Stanley, J. H., Wygant, D. B., & Sellbom, M. (2012). Elaborating on the construct validity of the triarchic psychopathic measure in a criminal offender sample. *Journal of Personality Assessment*, 95, 343-350.
- Thomas, W. I. & Znaniecki, F. (1918). *The Polish peasant in Europe and America*. Boston, MA: University of Chicago Press.
- Thurstone, L. L. (1934). The vectors of mind. *Psychological Review*, 41, 1-32.
- Tonnaer, F., Cima, M., Sijtsma, K., Uzieblo, K., & Lilienfeld, S. O. (2012). Screening for Psychopathy: Validation of the Psychopathic Personality Inventory-Short Form with Reference Scores. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 35, 153–161.
- Tupes, E. C., & Christal, R. E. (1958). Stability of personality trait rating factors obtained under diverse conditions. *USAF WADC Tech*, 58-61.
- Tupes, E. C., & Christal, R. E. (1961). Recurrent personality factors based on trait ratings. *USAF ASD Tech . Rep .* 61-97.
- Urbina, S. (2007). *Fundamentos da testagem psicológica*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Vasconcelos, T. C. (2004). *Personalidade, valores e condutas anti-sociais de jovens*.

Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.

Vasconcelos, V. (2013). Pesquisador se descobre psicopata ao analisar o próprio cérebro. *BBC Brasil*. Retirado em 26 de dezembro de 2013, de http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/12/131223_psychopath_inside_mv.shtml

Vaughn, M. G. & Howard, M. O. (2005). The construct of psychopathy and its potential contribution to the study of serious, violent, and chronic youth offending. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 3, 235–252.

Venables, N. C., Hall, J. R., & Patrick, C. J. (2013). Differentiating psychopathy from antisocial personality disorder: a triarchic model perspective. *Psychological Medicine*, 9, 1-9.

Venables, N. C., & Patrick, C. J. (2012). Validity of the Externalizing Spectrum Inventory in a criminal offender sample: Relations with disinhibitory psychopathology, personality, and psychopathic features. *Psychological Assessment*, 24, 88–100.

Ventura, S. V. (2009). *El modelo alternativo de los Cinco Grandes: Estudios de fiabilidad y validez del Zuckerman-Kulhuman Personality Questionnaire (ZKPQ) en población general y clínica*. Tese de Doutorado. Departamento de Psiquiatria e Medicina Legal, Universidade Autònoma de Barcelona, Espanha.

Vien, A. (2006). Psychopathy: Theory, Measurement, and Treatment. *Trauma, Violence, & Abuse*, 7, 155–174.

Visser, B. A. (2010). *An investigation of the psychopathy construct and its (novel) correlates in non-clinical samples*. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia, Brock University, Canadá.

- Waldman, I. D., & Rhee, S. H. (2006). Genetic and environmental influences on psychopathy and antisocial behavior. In C. J. Patrick (Ed), *Handbook of psychopathy* (pp. 205-228). New York: The Guilford Press.
- Waller, N. G. (1999). Evaluating the structure of personality. Em Cloninger, C. R. (Ed.), *Personality and psychopathology* (pp. 155–197). Washington, DC: American Psychiatric Association.
- Walton, K. E., Roberts, B. W., Krueger, R. F., Blonigen, D. M., & Hicks, B. M. (2008). Capturing abnormal personality with normal personality inventories: an item response theory approach. *Journal of Personality*, 76, 1623-16448.
- Walsh, A. & Wu, Huei-Hsia (2008). Differentiating antisocial personality disorder, psychopathy, and sociopathy: evolutionary, genetic, neurological, and sociological considerations. *Criminal Justice Studies: A Criminal Journal of Crime, Law and Society*, 21, 135-152.
- Watson, D., Clark, L. A., & Chmielewski, M. (2008). Structures of personality and their relevance to psychopathology: II. Further articulation of a comprehensive unified trait structure. *Journal of Personality*, 76, 1545-1586.
- Watt, B. D., & Brooks, N. S. (2012). Self-Report Psychopathy in an Australian Community Sample. *Psychiatry, Psychology and Law*, 19, 389–401.
- Weber, S., Habel, U., Amunts, K., & Schneider, F. (2008). Structural brain abnormalities in psychopaths—a review. *Behavioral Sciences & the Law*, 26, 7–28.
- Weir, J. M. (2007). *Subtyping psychopathy: Exploring the roles of degree of punishment, cognitive dissonance and optimism*. University of South Florida. Retrieved from <http://scholarcommons.usf.edu/etd/2405/>
- Widiger, T. A. (2005). Five factor model of personality disorder: Integrating science

- and practice. *Journal of Research in Personality*, 39, 67-83.
- Widiger, T. A., & Costa, P. T. Jr. (2012). Integrating normal and abnormal personality structure: The five factor model. *Journal of Personality*, 80, 1471-1506.
- Widiger, T. A., & Lynam, D. R. (1998). Psychopathy as a variant of common personality traits. Implications for diagnosis, etiology, and pathology. In T. Millon (Ed.), *Psychopathy: Antisocial, criminal, and violent behavior* (pp. 171-187). Nova York: Guilford.
- Widiger, T. A., & Mullins-Sweatt, S. N. (2010). Clinical utility of a dimensional model of personality disorder. *Professional Psychology: Research and Practice*, 41, 488-494.
- Wiggins, J. S., Renner, K. E., Clore, G. L., & Rose, R. J. (1971). *The psychology of personality*. Reading: Addison-Wesley.
- Willemsen, J., & Verhaeghe, P. (2012). Psychopathy and internalizing psychopathology. *International Journal of Law and Psychiatry*, 35, 269-275.
- Williams, K. M., Nathanson, C., & Paulhus, D. L. (2003). Structure and validity of the Self-Report Psychopathy Scale-III in normal populations. Em *111th annual convention of the American Psychological Association*. Retirado de http://www2.psych.ubc.ca/~dpaulhus/research/DARK_TRIAD/PRESENTATIONS/APA03_kevin_SRP_poster.pdf
- Williams, K. M., & Paulhus, D. L. (2004). Factor structure of the Self-Report Psychopathy Scale (SRP-II) in non-forensic samples. *Personality and Individual Differences*, 37, 765-778.
- Wright, E. M. (2008). The measurement of psychopathy: Dimensional and taxometric approaches. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 53, 464-481.

- Wu, A. D., Li, Z., & Zumbo, B. D. (2007). Decoding the meaning of factorial invariance and updating the practice of multi-group confirmatory factor analysis: A demonstration with TIMSS data. *Practical Assessment, Research & Evaluation, 12*, 1-26.
- Yamada, L. T. (2009). *O horror e o grotesco na psicologia: a avaliação da psicopatia através da escala Hare PCL-R (Psychopathy Checklist Revised)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, RJ.

Anexo 1. Inventário dos Cinco Grandes Fatores da Personalidade

INSTRUÇÕES. A seguir são apresentadas 20 afirmações que tratam de características pessoais. Leia cada uma com atenção e, utilizando a escala de resposta abaixo, indique o quanto concorda ou discorda com o fato de cada característica descrevê-lo.

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo em parte	Nem concordo nem discordo	Concordo em parte	Concordo totalmente

Eu me vejo como alguém que...

01. ____ É conversador, comunicativo.
02. ____ É minucioso, detalhista no trabalho.
03. ____ Insiste até concluir a tarefa ou o trabalho.
04. ____ Gosta de cooperar com os outros.
05. ____ É original, tem sempre novas idéias.
06. ____ É temperamental, muda de humor facilmente.
07. ____ É inventivo, criativo.
08. ____ É prestativo e ajuda os outros.
09. ____ É amável, tem consideração pelos outros.
10. ____ Faz as coisas com eficiência.
11. ____ É sociável, extrovertido.
12. ____ É cheio de energia.
13. ____ É um trabalhador de confiança.
14. ____ Tem uma imaginação fértil.
15. ____ Fica tenso com frequência.
16. ____ Fica nervoso facilmente.
17. ____ Gera muito entusiasmo.
18. ____ Gosta de refletir, brincar com as idéias.
19. ____ Tem capacidade de perdoar, perdoa fácil.
20. ____ Preocupa-se muito com tudo.

Anexo 2. Questionário dos Valores Básicos

INSTRUÇÕES. Por favor, leia atentamente a lista de valores descritos a seguir, **considerando seu conteúdo**. Utilizando a escala de resposta abaixo, **indique com um número ao lado de cada valor** o grau de importância que este tem como um **princípio que guia sua vida**.

1	2	3	4	5	6	7
Totalmente não importante	Não importante	Pouco importante	Mais ou menos importante	Importante	Muito importante	Totalmente importante

01. ____ **AFETIVIDADE**. Ter uma relação de afeto profunda e duradoura; ter alguém para compartilhar seus êxitos e fracassos.
02. ____ **ÊXITO**. Obter o que se propõe; ser eficiente em tudo que faz.
03. ____ **APOIO SOCIAL**. Obter ajuda quando a necessite; sentir que não está só no mundo.
04. ____ **CONHECIMENTO**. Procurar notícias atualizadas sobre assuntos pouco conhecidos; tentar descobrir coisas novas sobre o mundo.
05. ____ **EMOÇÃO**. Desfrutar a vida desafiando o perigo; buscar aventuras.
06. ____ **PODER**. Ter poder para influenciar os outros e controlar decisões; ser o chefe de uma equipe.
07. ____ **SEXUALIDADE**. Ter relações sexuais; obter prazer sexual.
08. ____ **RELIGIOSIDADE**. Crer em Deus como o salvador da humanidade; cumprir a vontade de Deus.
09. ____ **SAÚDE**. Preocupar-se com sua saúde antes de ficar doente; não estar física ou mentalmente enfermo.
10. ____ **PAZER**. Desfrutar da vida; satisfazer todos os seus desejos.
11. ____ **PRESTÍGIO**. Saber que muita gente lhe conhece e admira; quando velho receber uma homenagem por suas contribuições.
12. ____ **OBEDIÊNCIA**. Cumprir seus deveres e obrigações do dia a dia; respeitar aos seus pais e aos mais velhos.
13. ____ **ESTABILIDADE PESSOAL**. Ter certeza de que amanhã terá tudo o que tem hoje; ter uma vida organizada e planejada.
14. ____ **CONVIVÊNCIA**. Conviver diariamente com os vizinhos; fazer parte de algum grupo, como: social, esportivo, entre outros.
15. ____ **BELEZA**. Ser capaz de apreciar o melhor da arte, música e literatura; ir a museus ou exposições onde possa ver coisas belas.
16. ____ **TRADIÇÃO**. Seguir as normas sociais do seu país; respeitar as tradições da sua sociedade.
17. ____ **SOBREVIVÊNCIA**. Ter água, comida e poder dormir bem todos os dias; viver em um lugar com abundância de alimentos.
18. ____ **MATURIDADE**. Sentir que conseguiu alcançar seus objetivos na vida; desenvolver todas as suas capacidades.

Anexo 3. Questionário Demográfico

CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA

1. Idade: _____ anos 2. Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino

3. Seus pais são....

☐ Casados / conviventes

☐ Separados... Quantos anos você tinha quando se separaram? _____ anos

☐ Falecido(s).... ☐ Mãe (Ano: _____) ☐ Pai (Ano: _____)

4. O quanto você é religioso? (Circule um número na escala abaixo)

Nada religioso	1	2	3	4	5	6	Totalmente religioso
----------------	---	---	---	---	---	---	----------------------

Anexo 4. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CCHLA – DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL
CEP 58.051-900 – João Pessoa - PB
Tel.: 83 3216 7924 / Fax: 83 3216 7064

E-MAIL: renanpmonteiro@gmail.com/vvgouveia@gmail.com

Prezado (a) colaborador (a),

Estamos realizando uma pesquisa no estado da Paraíba com o propósito de conhecer possíveis fatores contribuintes para a explicação de comportamentos sociais. Para efetivação do estudo, gostaríamos de contar com sua colaboração respondendo a este questionário. O estudo objetiva verificar a adequação do Triarchic Model of Psychopathy em contexto brasileiro. Após, será verificado em que medida os fatores desta medida se relacionam com os cinco grandes fatores da personalidade e com os valores humanos.

Como benefícios, destaca-se a possibilidade de uma nova medida ser utilizada em contexto brasileiro para identificação de traços psicopatas, além da possibilidade de maior compreensão sobre o construto a partir das relações que estabelece com os traços de personalidade e os valores humanos. Como possíveis riscos, destaca-se que alguns itens dos instrumentos podem causar certo desconforto psicológico nos participantes.

Assim, solicitamos a sua colaboração para participar desta pesquisa, como também sua autorização para publicar os resultados deste estudo em revista científica. Esclarecemos que sua participação no estudo é totalmente voluntária e, portanto, você não é obrigado a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador(a), podendo, a qualquer momento, desistir do mesmo. Caso discorde ou sinta-se constrangido em responder, você pode declinar da pesquisa no momento que preferir.

Asseguramos, ainda, o caráter anônimo e confidencial de todas as suas respostas. Nesta direção, antes de prosseguir, de acordo com o disposto nas resoluções 196/96 e 251/97 do Conselho Nacional de Saúde, faz-se necessário documentar seu consentimento.

Por fim, colocamo-nos à sua inteira disposição no endereço acima para esclarecer qualquer dúvida que necessite.

Assinatura do participante da Pesquisa

Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Campus I, Cidade Universitária, Ambiente 12A.
CEP: 58.051-900
Telefone do Ambiente de Trabalho: (83) 3216-7924
Telefone Pessoal: (83) 9957-4030

Atenciosamente,


Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Participante

Comitê de Ética em Pesquisa do CCS
Universidade Federal da Paraíba
CAMPUS I, Cidade Universitária
Bloco Arnaldo Tavares, sala 812
João Pessoa - PB
CEP: 58.051-900

Fone: 3216-7791

Anexo 5. Carta de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE	
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Psicopatia: Conceitos, medidas e correlatos
Pesquisador: Renan Pereira Monteiro
Área Temática:
Versão: 2
CAAE: 16212113.1.0000.5188
Instituição Proponente: Programa de Pós-graduação em Psicologia Social
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 383.319
Data da Relatoria: 20/08/2013

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um estudo não-experimental (correlacional), do tipo ex post facto. Tal estudo tem ênfase psicométrica, objetivando verificar evidências de validade fatorial, validade convergente e consistência interna de uma medida que avalia traços de personalidade psicopática, denominada Triarchic Psychopathy Measure. A partir da adequação deste instrumento, pretende-se verificar em que medida a psicopatia se relaciona com os cinco fatores de personalidade e com os valores humanos.


Metodologia Estudo 1. Participantes Neste estudo, espera-se contar com a participação de 200 estudantes universitários da cidade de João Pessoa, tal número amostral se justifica em função das análises estatísticas que serão empregadas, visto que exigem uma distribuição normal.

Instrumentos

Os participantes serão solicitados a responder a Triarchic Psychopathy Measure (TriPM). Este instrumento foi elaborado por Patrick (2010), visando mensurar os traços psicopáticos na população geral. Tal medida é composta por 58 itens, respondidos em uma escala tipo Likert de quatro pontos (1 = Verdadeiro, 2 = Um pouco verdadeiro, 3 = Um pouco falso e 4 = Falso), onde os sujeitos são orientados a indicar as características que melhor o descrevem. Além da TriPM, os participantes deverão responder um conjunto de perguntas de cunho demográfico, tais como idade e gênero, utilizadas para descrição da amostra.

Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOÃO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: eticacc@ccs.ufpb.br; elianeduarda@hotmail.com

Página 01 de 04

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE	
---	---

Continuação do Parecer: 383.319

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, salvo melhor juízo, recomenda-se ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP-CCS, que de acordo com as atribuições definidas na Resolução do CNS 466/12 manifeste-se por considerar o protocolo de pesquisa aprovado.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

JOÃO PESSOA, 04 de Setembro de 2013

Assinador por:

Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOÃO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: eticacc@ccs.ufpb.br; elianeduarda@hotmail.com

Página 04 de 04